

MEMÓRIA
HISTÓRIA
ARQUIVO
fronteiras e intersecções

Vol. 2

Fabiele S. De Nardi

Orgs.

Ricardo Postal

MEMÓRIA
HISTÓRIA
ARQUIVO
fronteiras e intersecções

Vol. 2

Fábiela S. De Nardi

Orgs.

Ricardo Postal

Copyright © Os autores
Reservados todos os direitos desta coleção. Reprodução proibida, mesmo parcialmente, sem autorização expressa do(s) autor(es).

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Carolina Leal Pires

ILUSTRAÇÃO DA CAPA

“Die neuen Babelturme”
de Mariola Wloch © Copyright
<http://bildergaleriewloch.com/>
(gentilmente cedida)

REVISÃO

Os organizadores

EDIÇÃO

Editora
Universitária  UFPE

CATALOGAÇÃO NA FONTE:

Bibliotecária Joselly de Barros Gonçalves, CRB4-1748

M533 Memória, história, arquivo : fronteiras e intersecções, vol. 2 [recurso eletrônico] / [organizadores] Fabiele S. de Nardi, Ricardo Postal. – Recife : Editora UFPE, 2015.

(Coleção E-letras)

Inclui referências.

ISBN978-85-415-0728-8 (online)

1. Linguística. 2. Análise do discurso. 3. Memória (Filosofia). 4. História – Filosofia. 5. Arquivos. I. Nardi, Fabiele Stockmans de (Org.). II. Postal, Ricardo (Org.). III. Título da Coleção (Org.).

410

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2015-141)

RECIFE
2015

Organizadores

Ricardo Postal (UFPE)
Fabiele Stockmans De Nardi (UFPE)

Conselho Editorial

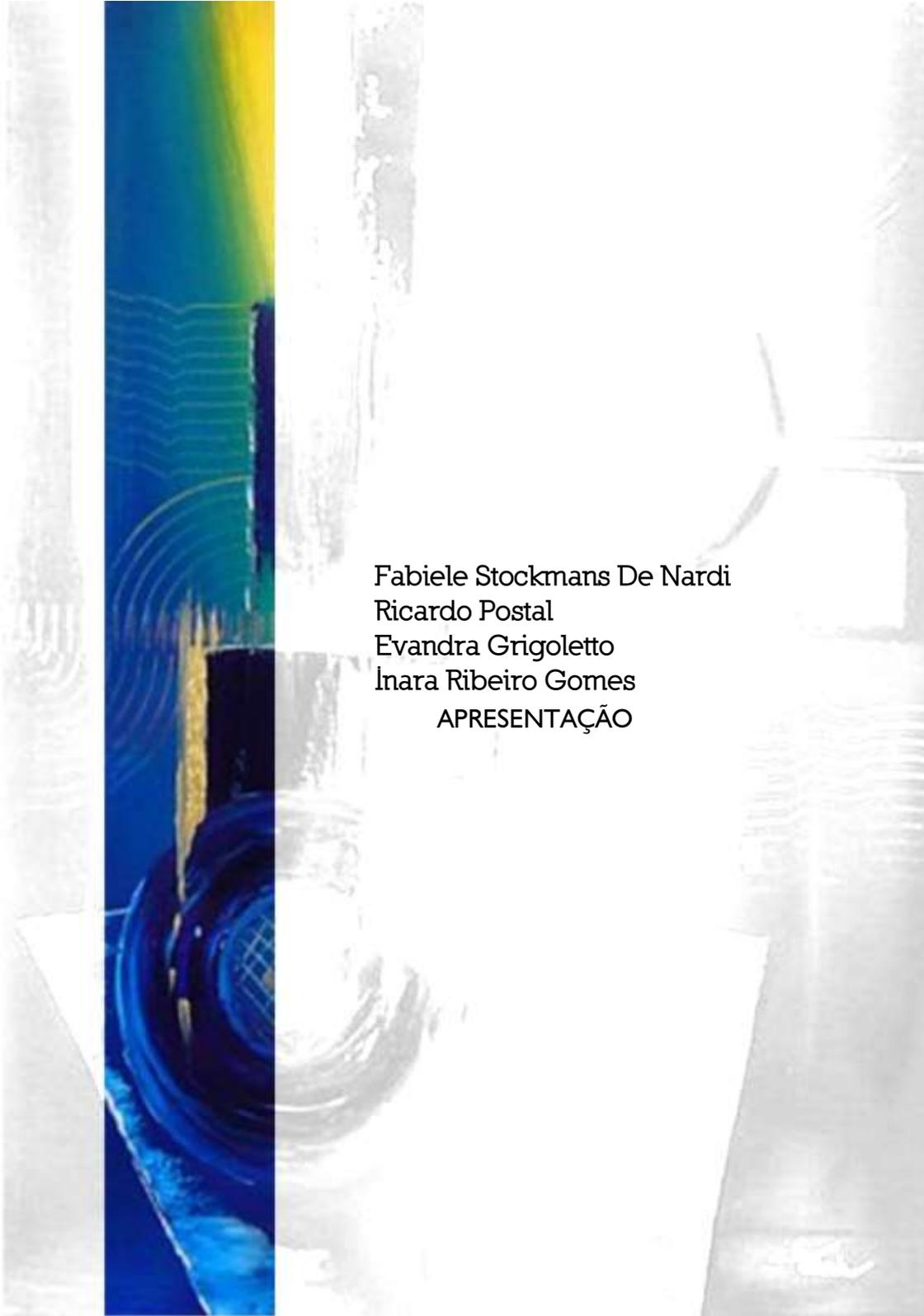
Alfredo Cordiviola (UFPE)
Benedito Bezerra (UIPE)
Denize Elena Garcia da Silva (UNB)
Julio César Araújo (UFC)
Maria Antónia Coutinho (Universidade de Nova Lisboa)
Maria Aparecida Ribeiro (Univ. de Coimbra)
Maria Augusta Reinaldo (UFCG)
Regina Lúcia Peret Dell'Isola (UFMG)
Sandra Helena Dias Melo (UFRPE)
Sandra Luna (UFPB)
Saulo Neiva Coelho (Univ. Blaise-Pascal - Clermont-Ferrand II)
Sebastião Alves Teixeira Lopes (UFPI)

SUMÁRIO

- 8 Os organizadores
APRESENTAÇÃO: DOS TRAJETOS DA MEMÓRIA
- 16 Isabel Cristina Martins Guillen
PRODUÇÃO DOCUMENTAL E ESCRITA DA HISTÓRIA: A “FABRICAÇÃO”
DO ACERVO DO LAHOI (LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL E DA
IMAGEM DA UFPE)
- 25 Felipe Augusto Santana do Nascimento
MEMÓRIA E HISTÓRIA: OS BRASIGUAIOS
- 38 Carolina P. Fedatto
DISCURSO E LITERATURA: ALGUMAS REFLEXÕES
- 52 Rodrigo Oliveira Fonseca
DAS CONDIÇÕES DE LEGIBILIDADE DA CONJURAÇÃO BAIANA: A
DESQUALIFICAÇÃO DOS SUJEITOS
- 74 Thiago Alves França
ESQUECIMENTOS E EFEITOS DE SENTIDO (RE)PRODUZIDOS COM AS
DESIGNAÇÕES “PROJETO DE CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA” E
“KIT-GAY”
- 85 Cassiana Grigoletto
MEMÓRIA E REPRESENTAÇÕES DA COLONIALIDADE NA TESSITURA
NARRATIVA DE *PONCIÁ VICÊNCIO*
- 103 Fabiele Stockmans De Nardi
“10 RAZÕES PARA AMAR”: QUESTÕES SOBRE A FUNÇÃO-HEROICA NOS
DISCURSOS SOBRE JOSÉ MUJICA
- 116 Andrea Czarnobay Perrot
MEMÓRIA E FICÇÃO EM *DIÁRIO ÍNTIMO* E *DIÁRIO DO HOSPÍCIO*, DE LIMA
BARRETO

125 Fabio Elias Verdiani Tfouni
CORPO E SUBJETIVIDADE EM REVISTAS DE GRANDE CIRCULAÇÃO

140 Silmara Dela Silva
MÍDIA, ARQUIVO, REDE ELETRÔNICA E O (NÃO) LUGAR DA
INTERPRETAÇÃO NO JORNALISMO



Fabiele Stockmans De Nardi
Ricardo Postal
Evandra Grigoletto
Inara Ribeiro Gomes
APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Dos trajetos da Memória

As investigações levadas adiante (e nunca a cabo) pelo Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual primam sempre pelo diálogo entre campos teóricos e conceitos de diversas (in)disciplinas acadêmicas. Tendo posto em evidência, em publicação anterior, os questionamentos sobre Identidade, tratam os presentes volumes da Memória. Não poderia ela ser abordada de maneira unívoca, posto que sempre foi inquirida por vários campos da ciência e das humanidades e, em sua volatilidade conceitual, escapa constantemente de uma precisão.

A Memória é vista aqui a partir das fronteiras e intersecções propostas nas falas e discussões realizadas durante o II SEPLEV (Seminário de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual), as quais deram origem a esta publicação. Posta no centro de um campo de imantações ou gravitações conceituais, permite um movimento gradual em direção à porosidade que lhe é própria, (des)integrando os fios da história que a atravessam.

Situadas em pontos diametrais em relação à Memória, que aqui se encontra posicionada centralmente, figuram três noções que se interseccionam, já que perpassam e atravessam os limites das fronteiras do que pode se dizer Memória. São elas o Arquivo, a História e o Herói.

O Arquivo, para além de um depósito inerte, é um registro ativo dos resíduos e dos retidos que insistimos em recuperar e retomar para que falem sobre o passado. Não pertencem a ele todos os fatos, fazeres e discursos, mas somente os que tiveram relevância para a reelaboração do vivido no presente. O gesto de arquivar já pressupõe uma tentativa de “guardar” a memória de um povo, de uma nação, de um acontecimento, de um personagem etc., e isso faz História.

A História, há muito descida do pedestal em que punha o rol dos homens e dos fatos tornados célebres, aproxima-se das narrativas em que o mais ínfimo fato pode ser coetâneo do acontecimento social e ambos, unidos, fazem fortuitas revelações que materializam nosso presente.

Os valores perdidos - numa pós-modernidade cada vez mais simulacro de si mesma - ainda teimam em se agregar e produzir figuras modelares para as quais os processos de subjetivação convergem, alçando por vezes as personagens mais cotidianas, ao serem ditas e reditas como magníficas, à condição de heróis.

Os textos destas coletâneas transitam, então, num circuito de proximidade e afastamento em relação ao campo mais específico das bordas conceituais do Arquivo, da História e do Herói, movendo-se para o centro, confluência onde cremos estar a matéria inapreensível da Memória.

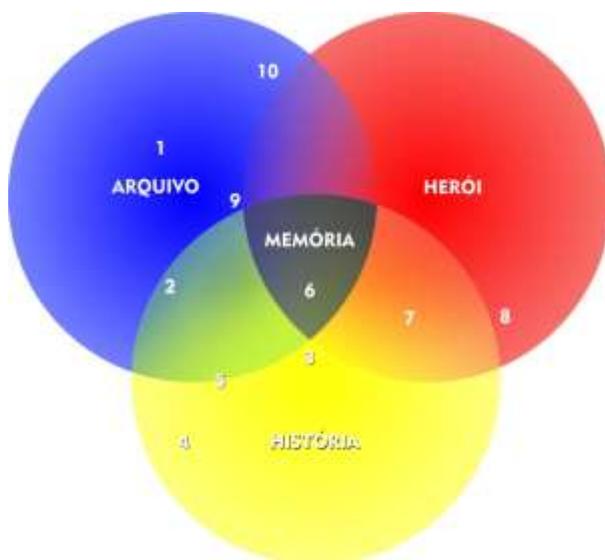
As fronteiras exteriores dos círculos conceituais, suas bordas, sabemos serem partícipes de outras intersecções, formando uma rede infinita de possibilidades teóricas. O foco destes textos fixa-se, por escolha, no ponto central da Memória.

A disposição da leitura, então, se dá por várias possibilidades de escolha: existe a linha que está aqui traçada, que vai do Arquivo, em que a matéria da Memória é teorizada ou analisada, passando-se pelos diálogos da História com a Memória, em que as marcas humanas já são mais indeléveis no processo epistemológico, até chegar nos pontos em que a subjetividade máxima é atingida pelo protagonismo do Herói como figura a ser lembrada. Memória dos Objetos, Memória dos Fatos Humanos e Memória dos Sujeitos, esse pode ser o mapa de tal percurso.

Outra sugestão é ler os textos que estão apresentados com nuances de cores assemelhadas, e que portam, então, uma circulação centrífuga com um mesmo aspecto conceitual: textos heróicos, históricos, arquivísticos.

São vários os modos, então, de tangenciar a Memória e de se inserir nos diálogos realizados e a serem propostos a partir dessa leitura, conforme sugere a imagem dos círculos abaixo. Seguimos afirmando que um grupo de pesquisadores díspares, de latitudes diversas, com interesses de estudo vários, podem proporcionar uma abertura significativa nas fronteiras estanques entre áreas, disciplinas e pesquisas individuais.

Fica aqui o desejo de uma profícua leitura e de novas constelações conceituais, cheias de instigantes caminhar.



O volume II

Abrindo este volume, Isabel Cristina Martins Guillen aborda o problema da precariedade das ações voltadas tanto à preservação do acervo documental produzido nas pesquisas acadêmicas quanto à criação de arquivos por parte das universidades brasileiras. No artigo **Produção documental e escrita da história: a “fabricação” do acervo do LAHOI** [1], ela relata as atividades do Laboratório de História Oral e da Imagem da UFPE, mostrando, ao mesmo tempo, as dificuldades de organização e de publicação dos acervos por falta de uma política institucional de formação de arquivo. A seguir, enumera alguns desafios para o trabalho do historiador na produção de acervos etnográficos: atuar interdisciplinarmente com outras ciências humanas, mas também com a ciência da informação e com áreas técnicas; tornar o acervo acessível de modo virtual, com um nível de operabilidade que permita pesquisas amplas; manter o acervo tecnologicamente em dia com o que há de mais moderno em termos de acervos multimídia. Por fim, lembra que o arquivo é uma construção histórica e uma vontade política, que ele não é uma instituição neutra, mas carrega um sentido de história e de memória.

A memória é também o centro da discussão empreendida por Felipe Augusto Santana do Nascimento, em seu artigo intitulado **Memória e história: os brasiguaios** [2]. Nele, o autor retoma trabalhos anteriores para discutir o que chama de *questões latentes* que seguem a reclamar sentido, entre as quais está o modo como o discurso sobre os *brasiguaios* é atravessado pelo que ele chama de “lugar do sentimento nacional” que é colocado em relação ao próprio lugar ocupado pelos *brasiguaios* no Paraguai. A partir de uma discussão sobre os conceitos de memória e história, e de uma retomada dos modos de constituição e funcionamento da designação *brasiguaios*, Nascimento nos mostra como o discurso historiográfico faz eco nos discursos da mídia sobre os *brasiguaios* e como os dizeres tanto sobre a nação quanto acerca do pertencimento a ela criam, para esses sujeitos, um lugar à margem, fazendo a “verdadeira história” trabalhar a partir de um sentimento nacional que coloca esse outro, incômodo e indesejado, num não lugar.

Do discurso historiográfico vamos para as relações entre discurso e literatura pelas palavras de Carolina P. Fedatto, que nos apresenta uma instigante discussão teórica ao colocar em contato-confronto os olhares do campo da literatura e do discurso para pensar o ordinário da língua, o literário na língua e as políticas linguísticas em seu artigo **Discurso e literatura: algumas reflexões** [3]. Ao definir o discurso literário a partir de uma perspectiva discursiva, a autora se propõe a dialogar com os escritos de Roland Barthes, em *O rumor da língua*, a partir de questionamentos sobre “o problema do texto e sua exterioridade, o debate sobre o estilo e a questão do político que constitui o literário”. Em seu percurso, Fedatto nos coloca diante do político e do histórico que constituem o fazer literário, trabalhando esses lugares a partir de uma análise em contraponto dos poemas *Anti-evasão*, do escritor cabo-verdiano Ovídio Martins (1973), e *Vou-me embora pra Pasárgada*, de Manuel Bandeira (1930).

A história retorna pelo viés de Rodrigo Fonseca Oliveira que, em **Das condições de legibilidade da Conjuração Baiana: a desqualificação dos sujeitos** [4], trata da profusão de denominações do movimento de 1798 na Bahia e as suas séries de legibilidade, que fazem com que o acontecimento seja inscrito de um modo ou de outro, diverso, na memória social. A academia, ao nomear o movimento de Conjuração Baiana, apaga as

contradições, interdições e censuras, buscando produzir um efeito de consenso sobre o movimento, ao mesmo tempo em que desqualifica os sujeitos que dela participaram.

Mecanismos similares são postos em observação quando Thiago Alves França, com **Esquecimentos e efeitos de sentido (re)produzidos com as designações “projeto de criminalização da homofobia” e “kit-gay”** [5], analisa os efeitos de sentidos (re)produzidos a partir dessas designações, que se referem, respectivamente, ao Projeto de Lei da Câmara 122/06 e ao material planejado pelo Ministério da Educação por meio do projeto “Escola sem homofobia”. O autor observou que, por meio de uma rede parafrástica, essas designações são atualizadas em discursos que circulam, sobretudo, na internet, produzindo um efeito de desqualificação que ocorre por meio da transferência, para os materiais legal e didático, do estigma que ainda costuma ser associado à homossexualidade e aos homossexuais.

Demonstrando a luta contra o apagamento de vozes subalternas e a afirmação da escrita feminina pós-colonial, Cassiana Grigoletto, em **Memória e representações da colonialidade na tessitura narrativa de Ponciá Vicêncio** [6], mostra como a escritora Conceição Evaristo faz uma literatura comprometida com a realidade social e identitária do negro no Brasil. A análise de seu romance *Ponciá Vicêncio* centra-se nos efeitos que a herança da escravidão produz no destino da personagem-título. Grigoletto recorre a autores como Paul Ricoeur e Aleida Assmann, para tratar da dinâmica entre memória e esquecimento, e Aníbal Quijano, que, com o conceito de “colonialidade do poder”, discute as permanências do legado colonialista em um novo padrão de poder, ainda calcado na noção de raça. Marcadas pela experiência do desenraizamento, as personagens do romance, ao final de um doloroso processo de reconstituição da memória e da identidade alienadas, reafirmam laços de amor e solidariedade. O discurso literário de Conceição Evaristo constitui-se, assim, como resistência ao esquecimento.

Amar sem esquecer as prerrogativas da complexidade é um ato de liberdade não permitido regularmente pelo discurso midiático. A facilidade com a qual lemos determinadas figuras históricas torna-se um contrassenso quando se desvelam os procedimentos discursivos de folclorização a que podem ser submetidos os heróis pós-modernos gerados pela mídia. Em **“10 razões para amar”: questões sobre a função-**

heroica nos discursos sobre José Mujica [7], Fabiele Stockmans De Nardi observa como a insistência dos meios de comunicação brasileiros em repetirem determinados enunciados a respeito do ex-presidente uruguaio produzem questões sobre o que essa univocidade pode estar encobrendo enquanto mecanismo político de despolitização. Ama-se Mujica, mas a construção dessa função-heroica que passa a desempenhar, ao mesmo tempo em que convoca o sujeito a identificar-se com esse sujeito, esvazia o político que haveria no cerne do processo.

Tal esvaziamento pode ocorrer também no âmbito da história literária, quando a leitura monolítica a respeito de um autor impede que o mesmo se singularize para além de rótulos e catalogações. Andrea Czarnobay Perrot, no artigo **Memória e ficção em Diário Íntimo e Diário do Hospício, de Lima Barreto** [8], percorre as anotações de Lima Barreto em seus diários para desvelar algumas faces do escritor: a do intelectual extravagante, a do indivíduo que se defronta cotidianamente com a penúria e com o drama familiar, a do interno de hospício que faz uma análise lúcida de si mesmo e do espaço institucional de confinamento do louco. Autores como Lejeune, Bourdieu e Gagnebin fornecem a base teórica para caracterizar o discurso autobiográfico do autor e sua singular mistura de memória e imaginário. Lima Barreto defendia que a literatura deve estar alicerçada na experiência pessoal. Os diários revelam que o oposto também é verdadeiro.

Das leituras que aprisionam também trata Fabio Tfouni em seu artigo **Corpo e subjetividade em revistas de grande circulação** [9], em que analisa capas de revistas voltadas à questão do corpo, observando como nelas é fabricada a subjetividade do leitor. As análises realizadas pelo autor demonstram que tais revistas, ao fazer uso de um discurso do tipo pedagógico, assujeitam o leitor, impondo-lhe “uma dada forma de subjetividade como ideal a ser alcançado”. Trata-se de um discurso do mestre, que oferece para o sujeito modelos com os quais possa identificar-se, num discurso sobre o corpo que se faz discurso sobre a vida.

É também para o trabalho de leitura e interpretação que se volta o artigo **Mídia, arquivo, rede eletrônica e o (não) lugar da interpretação no jornalismo** [10], no qual Silmara Dela Silva reflete acerca da relação entre mídia, seus gestos de constituição de arquivos na rede eletrônica e o lugar da interpretação no discurso jornalístico. Analisando

postagens do blog *Faz Caber*, da revista *Época*, criado para explicar o processo de elaboração de capas das edições semanais da revista, a autora nos mostra que, embora o blog reorganize o gesto de leitura que constitui arquivos com as capas de uma publicação jornalística, a suposta interatividade com o leitor não se sustenta. O que se produz é uma reafirmação da divisão do trabalho de leitura e interpretação: “às publicações jornalísticas é dado produzir a capa ideal e ao leitor cabe apenas a apreciação da escolha óbvia que a constitui.”

Os círculos, assim, não se fecham, mas apontam somente para as suas zonas limítrofes onde nos cabe seguir pensando na eterna transposição dos mecanismos de dizer, criar, investigar e propor modos outros de compartilhar conceitos que aqui ficam, para exercício da memória, arquivados.

FABIELE STOCKMANS DE NARDI E RICARDO POSTAL
(Organizadores do Vol. 2)

EVANDRA GRIGOLETTO E INARA RIBEIRO GOMES
(Organizadoras do Vol. 1)



Isabel Cristina Martins Guillen
PRODUÇÃO DOCUMENTAL E
ESCRITA DA HISTÓRIA:
A “FABRICAÇÃO” DO ACERVO
DO LAHOI (LABORATÓRIO DE
HISTÓRIA ORAL E DA IMAGEM
DA UFPE)

PRODUÇÃO DOCUMENTAL E ESCRITA DA HISTÓRIA: A “FABRICAÇÃO” DO ACERVO DO LAHOI (LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL E DA IMAGEM DA UFPE)

Há muitos anos, diversos programas de pós-graduação, em um sem número de universidades, na área das ciências sociais, têm produzido teses e dissertações pautadas em entrevistas orais. Concluídos os processos de escrita e defesa, o que acontece com essas entrevistas? Via de regra, pode-se afirmar sem muito medo de errar, não são tornadas públicas, e permanecem no âmbito do acervo pessoal dos pesquisadores. Como afirmou Alberti (2000), eles "acabam contribuindo para a 'má fama' da história oral no meio acadêmico, uma vez que se tornam, mais do que qualquer outro pesquisador, 'donos' de suas fontes, escondidas, quando não perdidas, em gavetas ou armários inacessíveis."

Ainda são raros os exemplos no Brasil de universidades ou programas de pós-graduação que têm uma preocupação expressa com a preservação das etnografias e/ou entrevistas que embasam os trabalhos de pesquisa e que formam acervos com elas. Dentre várias razões para tal pode-se apontar que torná-las públicas não estava previsto no momento em que foram produzidas, colocando questões éticas e de direitos autorais tanto para o pesquisador quanto para a instituição. Contudo, vale salientar a importância desses arquivos na produção do conhecimento em ciências sociais (CUNHA, 2005).

Aqui na UFPE não é muito diferente. A universidade tem nos dado respaldo circunstancial, mas não institucional, para a formação de arquivos que possam abrigar os acervos produzidos no âmbito das pesquisas científicas. Historiadores e arquivistas têm apontado para a dificuldade que as universidades no Brasil demonstram na preservação de seu acervo documental e na criação de arquivos, a despeito de todos serem capazes de reconhecer que é dever da universidade “garantir a memória das organizações para efeitos científicos da pesquisa histórica ou para efeitos de transmissão cultural.” (BELLOTTO, 2014, p. 74). Nesse sentido, preservar a documentação gerada na universidade não apenas otimiza sua gestão, mas é uma ação necessária na preservação do patrimônio documental local e nacional. Mais do que meras atividades administrativas, preservam-se documentos que nos possibilitam aceder a uma experiência histórica.

¹ Doutora em História pela UNICAM, com estágio pós-doutoral na UFF. Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE.

O que temos feito no Laboratório de História Oral e da Imagem da UFPE é um trabalho de muito boa vontade, envolvendo a colaboração de professores e alunos na formação de um acervo de história oral. Não obstante, muitas vezes, sentimos a falta do respaldo institucional, ou seja, de que a universidade tenha clareza quanto ao seu papel na formação e preservação de acervos documentais. Não podemos deixar de mencionar que temos recebido na Universidade muitos alunos bolsistas que ajudam, que fazem grande parte do trabalho lá desenvolvido, como transcrição de entrevistas, alimentação dos sites, edição e todo o trabalho necessário para preservar as entrevistas realizadas.

O Laboratório de História Oral tem um site na página da UFPE, cujo endereço é o www.ufpe.br/lahoi. Nesse site pode-se aceder aos acervos produzidos no âmbito dos projetos ali desenvolvidos, ou saber que entrevistas existem no LAHOI. Desde 2009, nós temos produzido depoimentos orais (entrevistas empregando o método da história oral) com militantes dos movimentos negros no Recife, e também com pessoas responsáveis pelo fazer de algumas manifestações da chamada cultura popular do Brasil, particularmente com os maracatus nação, manifestação da cultura negra pernambucana. Juntamente com o pesquisador Ivaldo Marciano de França Lima, fizemos algumas dezenas de entrevistas com antigos e antigas maracatuzeiros e maracatuzeiras: reis, rainhas, mestres de batuque, desfilantes, intelectuais, enfim, as mais diversas pessoas que fizeram os maracatus nação nas últimas décadas ou que possuem a memória sobre esse fazer em períodos mais remotos do século XX. Isso foi feito gradativamente em vários projetos.

Começamos em 2009, com um projeto financiado pelo FUNCULTURA, projeto este denominado de *Ritmos, Cores e Gestos da Negritude Pernambucana*, cujo trabalho de pesquisa pode ser acompanhado em um site na UFPE: www.ufpe.br/negritude. Aqui pode-se ter acesso ao material documental que levantamos e produzimos no âmbito do projeto, que consta de levantamento documental feito em jornais como o *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*. As notícias foram digitalizadas e grande parte já está disponível no site, ainda que de forma bastante precária, sem um sistema de busca e sem indexação que facilite a interoperabilidade dos dados.

Também desenvolvemos, com financiamento do FUNCULTURA, dois outros grandes projetos em 2011. O *Inventário sonoro dos maracatus nação de Pernambuco* resultou num considerável acervo de fotografias, vídeos de apresentação dos grupos e músicas que compunham os repertórios desses mesmos grupos. O resultado final do projeto foi um CD, espécie de coletânea, em que cada maracatu nação apresenta uma música. O objetivo do projeto foi preservar a sonoridade e estilos musicais dos grupos em processo de rápida

transformação. Concomitantemente prosseguimos com as entrevistas com os maracatuzeiros e maracatuzeiras no projeto *História e memória dos maracatus nação de Pernambuco*.²

Durante os anos de 2012 e 2013 desenvolvemos o *Inventário Nacional de Referências Culturais dos Maracatus Nação* (INRC), do qual resultou o material documental, dossiê analítico e vídeo que deu suporte ao pedido de reconhecimento dos maracatus nação como patrimônio cultural do Brasil, e cujo material documental constituído de novas entrevistas, vídeos e fotografias foi agregado ao acervo já existente.³

Deve-se destacar que o LAHOI ainda abriga entrevistas desenvolvidas no âmbito de cursos de metodologia da história oral e outras disciplinas ministradas na graduação do curso de História, a exemplo de uma série de entrevistas sobre o período da ditadura civil militar em Pernambuco. Alguns poucos alunos têm se preocupado em deixar no LAHOI seu material de pesquisa, e destaque deve ser dado ao trabalho da pesquisadora Joana D'Arc, que organizou no LAHOI todo seu acervo de pesquisa que resultou em sua tese de doutorado, no projeto *O país da saudade*.⁴ Estes são aspectos importantes que conectam as atividades do arquivo com o ensino, dando-lhe uma dinamicidade própria. Experiências similares existem em diversos outros lugares, como apontado por Levin (2011).

Demais pesquisadores também têm tido a preocupação de disponibilizar para o público o resultado de trabalhos coletivos de pesquisa, a exemplo do projeto *Marcas da memória*, coordenado pelo professor Antônio Torres Montenegro, cujas entrevistas podem ser consultadas no LAHOI.⁵

A despeito de termos recebido um suporte mínimo da universidade para desenvolvermos as nossas pesquisas, não possuímos uma política de formação de arquivo, o que nos leva a refletir sobre a responsabilidade da instituição na preservação desses acervos, considerando que todos os pesquisadores algum dia saem da universidade, mas seu trabalho fica. Somos todos passageiros, mas os arquivos não deveriam sê-lo. É nesse sentido que nos sentimos desafiados a fazer com que a Universidade assuma para si essa tarefa, que

² Os projetos podem ser acompanhados em blogs produzidos pela equipe: <http://inventariomaracatus.blogspot.com.br> e <http://www.historiamaracatusnacao.com>.

³ O trabalho do inventário pode ser acompanhado no blog: <http://inventariomaracatusnacao.blogspot.com.br>. Também não podemos esquecer que excertos das entrevistas estão publicadas no canal do LAHOI no *youtube*: <https://www.youtube.com/user/LAHOIUFPE>.

⁴ https://www.ufpe.br/lahoi/index.php?option=com_content&view=article&id=328&Itemid=262

⁵ Ou no canal do *youtube*: https://www.youtube.com/channel/UCc_-o5ZHJR03GDtpUqCvvXg.

é a de guardar esses acervos, de ser responsável pela memória do trabalho que os pesquisadores realizam aqui, bem como contribuir para a construção e preservação de documentação histórica. Fazer a memória circular de outros modos tem sido um dos objetivos dos pesquisadores do LAHOI, destacando-se nesse fazer uma discussão sobre que memória se quer lançar para o futuro, e o poder dos arquivos, que não é inocente nem isento nessa questão (SCHWARTZ; COOK, 2002).

É nesse sentido que é importante refletirmos sobre a precariedade com que desenvolvemos nosso trabalho de pesquisa e preservação de acervos na universidade. O Laboratório de História Oral e da Imagem da UFPE atua de uma forma muito precária, considerando o nível de tecnologia alcançado na última década. Mas reflete a precariedade do cotidiano da Universidade, com tecnologia e equipamentos (computadores, por exemplo) defasados. Atuamos com pequenos recursos que pesquisadores individuais conseguem do CNPq e da FACEPE, insuficientes, infelizmente, para enfrentar o desafio tecnológico, que está posto para as políticas de preservação e formação de arquivos, que é a recorrente obsolescência tecnológica que se vive na contemporaneidade. Apesar de podermos contar com parcerias ocasionais do NTI e de outros departamentos, ainda não se trata de uma política institucional. E, não obstante, o LAHOI não é, com certeza, o único laboratório a tentar preservar um acervo de pesquisa na UFPE. E tenho quase certeza que os demais enfrentam problemas parecidos. Este é um problema que tem sido discutido recorrentemente nos últimos anos por especialistas na formação de arquivos, a exemplo de Alberti (2000) e a experiência desenvolvida no CPDOC.

Devemos provocar uma reflexão que parta de nossos esforços individuais, não para engrandecê-los, mas para somarmos esforços. Podemos aqui refletir que nós gastamos tantas horas das nossas vidas, das nossas pesquisas, formando acervos, mas não temos uma garantia mínima de que haverá um futuro para estes acervos. Isto porque, em especial para a área das ciências humanas, infelizmente, ainda trabalhamos imersos numa cultura acadêmica muito individualista, pouco pautada no trabalho em equipe: é o laboratório do professor fulano ou cicrano, numa cultura que privatiza o conhecimento resultante dos projetos de pesquisa desenvolvidos.

Mas, quem está preocupado em formar acervo, não está pensando na sua própria pesquisa. Se assim o fosse, ficaria com seus acervos em casa. Quem está formando acervo é porque está preocupado com a história que se fará no futuro, tem seu olhar dirigido para o futuro. Para que no futuro outros pesquisadores possam ter acesso a essa forma como nós hoje entendemos o fazer do historiador, como operamos. E também, evidentemente,

documentando as experiências vividas em nosso tempo, principalmente de pessoas que não teriam como deixar “rastros” de sua existência para a história.

Enfrentamos alguns desafios hoje, seja do ponto de vista acadêmico, sejam operacionais. O grande desafio para quem trabalha documentando a história de indivíduos, colhendo depoimentos orais, é o de atuar interdisciplinarmente. Não só temos que trabalhar com outras ciências sociais, notadamente a antropologia e a sociologia, sem deixar de mencionar a psicologia, mas é fundamental que tenhamos conhecimentos de áreas como ciência da informação, além de áreas técnicas, necessárias para dar suporte à filmagem e edição de vídeo. É evidente que um só pesquisador não pode se apropriar devidamente de todos esses campos do saber. Daí a necessidade de se trabalhar em equipe.

Isso coloca para o trabalho do historiador, também, alguns incômodos teórico-metodológicos, como o desafio de trabalhar incorporando no nosso *métier* outras formas de produzir documentos, e de lidar com eles, assim como coloca esses desafios a outros cientistas sociais. Particularmente, encontrei ao fazer história dos maracatus um limite muito grande do trabalho tradicional do historiador, e eu realmente me vi compelida a virar um pouco antropóloga, ou seja, a não fazer uma história de vida com as pessoas e depois construir o meu texto fora. É nesse sentido que frequentei cotidianamente a vida dos maracatus nação, buscando entender seu universo simbólico, e para tal filmei muitas das apresentações dos maracatus, bem como os fotografei quase que sistematicamente. Como é que o historiador, hoje, que pesquisa a cultura popular trabalha com acervos etnográficos? O que é, do ponto de vista do historiador, constituir um acervo etnográfico? Porque não é um acervo histórico tradicional, é um acervo que vai preservar filmes, fotografias e outros documentos. Como registrar filmicamente essas manifestações, como fotografar, como preservar, como catalogar? Há toda uma nova lógica para a qual os historiadores não têm formação. Enfim, são desafios assim, instigantes sem dúvida, que colocam as nossas discussões num campo de poder, efetivamente, que é o campo simbólico, o poder de significar. Ao mesmo tempo, há o desafio de trazer os “objetos” do nosso estudo como sujeitos da história na própria constituição do arquivo. No Laboratório de História Oral e da Imagem desenvolvemos um projeto, *Inventário Sonoro de Maracatus*, financiado pelo FUNCULTURA, gravamos, em situação de rua, dezenove grupos de maracatus, cada um tocando as músicas do seu repertório. Um leigo, ao ouvir ao longe o soar dos tambores, sabe reconhecer musicalmente que se trata de um maracatu. Mas os maracatuzeiros conseguem identificar qual grupo está tocando, por sua sonoridade particular. Todo mundo acha que música de maracatu é uma coisa só, mas existem, sob o ponto de vista

etnomusical, especificidades muito sutis nos toques do maracatu, inclusive posturas corporais. Os registros desse processo estão guardados LAHOI. Desse modo, o historiador enfrenta o desafio de ser antropólogo, músico, registrar filmicamente e fotografar, de estar atento a essas novas linguagens que nos colocam o desafio de formar arquivos de um novo tipo, não mais os arquivos tradicionais, pois estes não dão conta da história que queremos escrever. Ou construímos esses arquivos, ou a história dessas pessoas não vai ser contada.

Outros grandes desafios se impõem, o primeiro deles o de tornar o acervo acessível de modo virtual, com todo o respeito aos direitos autorais, e ao mesmo tempo incentivando a novas pesquisas. É preciso criar sites que permitam pesquisas amplas no acervo, que possam contar com uma operabilidade mínima. O outro grande desafio é manter nosso acervo atualizado com as linguagens e com as mídias. Isto porque as mídias se modificam de modo muito rápido, com uma velocidade tal que nenhum pesquisador individual é capaz de arrecadar recursos para comprar os equipamentos e material para manter o acervo tecnologicamente em dia com o que há de mais moderno em termos de acervos multimídia. A Universidade também não, mas a tecnologia é implacável e as mídias mudam todos os dias. Há poucas décadas atrás fazíamos entrevistas de história oral usando as fitas K-7, em gravadores portáteis que revolucionaram o próprio método da história oral. Mas, hoje, sequer temos equipamento para reproduzir essas mídias, que precisaram ser digitalizadas, uma vez que das fitas passamos aos gravadores digitais. Essa é uma grande conquista, que permitiu o compartilhamento dos acervos, mas ao mesmo tempo coloca questões sobre sua preservação, diante da rápida obsolescência tecnológica que se vive. É nesse sentido que se questiona: Que tipo de arquivo vai se legar para o futuro? Arquivos a que as pessoas não podem ter acesso? Arquivo que se transformarão em museus de peças inacessíveis? Se pensarmos que, hoje, estamos deixando de usar CDs e DVDs, talvez compreendam nossa grande preocupação ao saberem que grande parte do acervo do LAHOI ainda se mantém nessas mídias. Parte considerável dos back-ups das entrevistas feitas no Laboratório de História Oral e da Imagem da UFPE está em CDs e DVDs, que têm uma durabilidade muito menor do que a do papel, e muito menor que uma fita K-7. Um CD dura em média cinco anos. Se durar. É por isso que todo ano temos que fazer novas cópias para manter o acervo com uma segurança mínima. É nesse sentido que é fundamental ter uma política institucional, é preciso que a Universidade assuma também o papel de conservadora dos acervos, discussão esta que no conduz à grande questão política, que fundamenta este debate.

O que é fazer arquivo? O arquivo é uma construção histórica, uma vontade política. Então, qual é a vontade política que está por trás dos arquivos e da formação de acervos? Qual memória e história se lançam para o futuro? No meu caso, especificamente, o que me moveu a formar esse arquivo foi a falta absoluta de documentação para se fazer uma história da população negra de Pernambuco. Qualquer pessoa que for aos arquivos documentais, aos acervos tradicionais de história, que são jornais ou processos criminais, por exemplo, vai encontrar a população negra prisioneira de uma lógica arquivista em que não se consegue fazer a história dessas pessoas como protagonistas, como sujeitos de sua própria história. Quase toda a documentação é indiciária. Foi o que me moveu a fazer história oral e a história de vida dessas pessoas, no sentido de mostrar outra possibilidade de escrita da história de pessoas que têm e tiveram um protagonismo político importante.

No momento estamos organizando o acervo do Movimento Negro Unificado de Pernambuco, que é guardado com muito boa vontade, pois a direção e seus militantes sabem, politicamente, da importância de preservar uma memória e história dos movimentos sociais no Brasil. Foi organizando esse acervo que descobrimos, por exemplo, a existência de pelo menos uma centena de encontros que esse movimento negro organizou do início dos anos 80 até o momento atual: encontros nacionais de que esses militantes participaram, encontros que eles organizaram aqui, grupos de trabalho sobre a questão da mulher negra, grupos de trabalho sobre a questão da homossexualidade, grupos de trabalho sobre a saúde do negro. Não fosse o esforço de se preservar esse acervo, ninguém nunca faria uma história do movimento negro, porque para outros arquivos, os oficiais, eles não vão. Neles não se pode encontrar essa movimentação cotidiana, quase de “formiguinha”, que sustentou os movimentos negros em Pernambuco.

Caminhamos a contrapelo, buscando escrever a história num outro sentido, que também é político para o próprio fazer da história e do historiador. Portanto, ao construirmos arquivos devemos considerar sua própria historicidade, uma vez que ele não é uma instituição neutra, carrega um sentido de história e de memória. Nosso grande desafio hoje, como historiadores, é o de desconstruir esse lugar, provocar um deslocamento de sentidos nos caminhos da história, como temos tentado fazer no LAHOI. Como afirmou Arlette Farge, ao concluir seu livro *O sabor do Arquivo*,

O sabor do arquivo é visivelmente uma errância por meio das palavras de outro, a procura de uma língua que salve suas pertinências. Talvez seja mesmo uma errância por meio das palavras de hoje, uma convicção pouco razoável de que se escreve a história para não contá-la, para articular um passado morto em uma linguagem e produzir a “troca entre vivos”. Para penetrar em um

discurso inacabável sobre o homem e o esquecimento, a origem e a morte. Sobre as palavras que traduzem a implicação de cada um no debate social." (FARGE, 2009, p. 119)

Referências

ALBERTI, Verena. How to deal with sounds archives. Dilemas on the technical preservation of oral history interviews. In: **XI International Oral History Conference**. Istanbul, Turkey, 2000.

BAUER, Letícia. Acervos orais, acervos virtuais: museus, pessoas e histórias de vida. In: **Revista de História Oral**, v.13, n.02, p.53-64, jul-dez 2010.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos**. Estudos e reflexões. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2014.

CASTRO, Celso. **Pesquisando em arquivos**. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

CUNHA, Olívia Marin. Gomes da. Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, no. 36, p. 7-32, julho-dezembro de 2005.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2009

FOGERTY, James. Oral History and Archives: documenting context. In: CHARLTON, T.; MYERS, L.; SHARPLESS, R. **History of Oral History: foundations and methodology**. Lanham, AltaMira Press, 2007.

LEVIN, Howard. Authentic doing: student-produced web-based digital video oral history. **The oral history review**. Vol. 38 n. 01, p 06-33, 2011.

SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry. Archives, records and power: the making of modern memory. **Archival Science**. N.02, p.1-19, 2002



Felipe Augusto S. do Nascimento
MEMÓRIA E HISTÓRIA: OS
BRASIGUAIOS

MEMÓRIA E HISTÓRIA: OS BRASIGUAIOS

*Que se leia, nestas páginas, e mesmo em suas lacunas,
um questionamento da relação da língua com a história
na ordem do discurso.*

Jean-Jacques Courtine, *Análise do discurso político*.

Primeiras palavras...²

Neste artigo, retomo a apresentação feita no *II Seminário de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual*, em 2014, e a articulo com minha dissertação de Mestrado, defendida no início do ano de 2015, no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE. Estou atravessado, dessa forma, por esses dois trabalhos que apresentam suas particularidades: uma apresentação parcial dos resultados de minha pesquisa até então e minha dissertação de Mestrado, que traz um efeito-fecho para essa pesquisa. Início este artigo descrevendo esse percurso porque ele me parece importante para compreender a leitura que ora apresento. Ao voltar à minha pesquisa “concluída”, me deparo com questões latentes e que (ainda) reclamam (outros) sentidos, a exemplo: o lugar do sentimento nacional e o lugar ocupado pelos brasiguaios no Paraguai. Tomo, portanto, a construção do sentimento nacional como mote para este trabalho, analisando, mais especificamente, os trabalhos da memória e da história no *discurso sobre* os brasiguaios.

Filiado, então, à Análise de Discurso fundada por Michel Pêcheux e aos seus desdobramentos no Brasil, parto do pressuposto de que as construções de sentimentos nacionais são práticas ideológicas³ e, portanto, discursivas que produzem a segregação entre

¹ Doutorando em Linguística na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), bolsista do CNPq; e-mail: felipe.augustus@hotmail.com

² Parte da discussão que ora apresento está presente em minha dissertação de Mestrado “Entre as Fronteiras da *Terra Prometida*: os trabalhos da memória e da história na representação dos brasiguaios”, orientada pela Professora Doutora Fabiele Stockmans De Nardi, a quem agradeço toda atenção concedida a mim no meu percurso acadêmico.

³ É preciso salientar que toda prática é discursiva e, assim sendo, ela não está fora da relação do simbólico com o político. Isso significa dizer que a construção de um sentimento nacional por parte dos Estados-nação é uma prática discursiva, já que os sentimentos, no dizer de Orlandi (2012a, p. 219), “são sentidos produzidos por uma prática ideológica, ou melhor, por uma ideologia que é uma prática”. A autora se refere ao sentimento de humilhação que produz (resulta/se apresenta como) a *segregação* em nossa sociedade capitalista. Deslocando o contexto trabalhado por Orlandi (2012a), não seria possível

os que pertencem e não pertencem aos “seus”. Nesse sentido, a presença dos brasiguaios no Paraguai produziu um amplo sentimento nacional e com ele a prática de atitudes xenófobas: se, por um lado, alguns paraguaios acusam os brasiguaios de não respeitarem os símbolos nacionais, por outro, alguns brasileiros os acusam de ter abandonando suas terras. No entremédio dos Estados brasileiro e paraguaio, parte dos brasiguaios passou a se identificar com os dizeres sobre a nação paraguaia, enquanto outros se identificam apenas com a nação brasileira. A partir da mídia *on-line* brasileira e paraguaia, observo como a memória e a história trabalham nesses processos de identificação: na construção e determinação de lugares a partir dos quais os brasiguaios identificam-se e significam-se como (não-)pertencentes a essas nações.

Movimentos da história e da memória

A interpelação do sujeito, desde os primeiros trabalhos de Michel Pêcheux, é uma noção cara à Análise de Discurso (AD). A leitura que Pêcheux faz da obra de Althusser sobre Marx, de que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos, é central para a AD porque é por meio dela, ao ser articulada ao inconsciente, que é possível pensar num mecanismo de interpelação do sujeito. A ideologia, dessa forma, é o elemento necessário para o funcionamento da reprodução/transformação das condições de produção, pois é pela ideologia que o sujeito e os sentidos são submetidos ao efeito de transparência. Sendo a ideologia constitutiva da prática discursiva e tendo o discurso como materialidade específica, ela está presente na luta de classes, dissimulando – assim como o funcionamento do inconsciente – a existência de contradições.

Em sua leitura sobre a obra de Marx, Althusser vai afirmar que “a ideologia não tem história, dado que sua história está fora dela, está onde existe a única história possível, a dos indivíduos concretos, etc.” (ALTHUSSER, 1985, p. 73). Em outras palavras para Althusser (1985), apesar de ser determinada pela luta de classes, a ideologia não tem uma história *própria*, porque ela é *omni-histórica*, ela é (existe). Pêcheux, por sua vez, corrobora com esse pensamento althusseriano ao afirmar que: “a história é um imenso sistema *natural-humano* em movimento, cujo motor é a luta de classes. (...) é no interior desse processo ‘natural-humano’ da história que ‘a Ideologia é eterna’ (*omni-histórica*) – enunciado esse que

pensar que todo e qualquer sentimento nacionalista também não produz uma espécie de segregação? O sentimento de pertencer ao passado paraguaio, a seus heróis e símbolos e, principalmente, à derrota na Guerra do Paraguai, também não é um mecanismo de exclusão do outro – o diferente – da nação paraguaia?

faz eco à expressão de Freud: ‘o inconsciente é eterno’” (PÊCHEUX, 2009, p. 138). É pelo funcionamento da ideologia e do inconsciente que o sujeito tem a ilusão de unidade, de pertencimento a uma nação, pois

faz parte do imaginário do sujeito, em sua diferença, pensar a unidade para identificar-se, assim como também faz parte desse mesmo sujeito – o da Modernidade e o da Contemporaneidade – ter de referir-se a uma pátria para ter uma identidade “nacional” (ORLANDI, 2012b, p. 130)

A construção dessa identidade nacional é possível porque há “gestos de interpretação do político (nação, Estado, governo, etc.)” (*idem*, p. 131). Há, dessa forma, o trabalho da política e do político na construção da identidade nacional. O Estado, por meio do discurso historiográfico, por exemplo, forja um lugar de identificação para os sujeitos, no qual eles devem se reconhecer, ao se sentirem parte de um todo: a nação. No caso do Paraguai, os acontecimentos ligados à Guerra do Paraguai⁴ são determinantes para se compreender o lugar ocupado pelos brasiguaios nesse país. Por se tratar de histórias que eram contadas a partir de posições distintas, esse acontecimento histórico foi (re)acentuado de maneiras diferentes, sendo resultado de um jogo político construído em momentos diferentes da relação entre Brasil e Paraguai por meio (e sobre) o discurso historiográfico. Nos diferentes livros de história do Paraguai, dessa forma, é possível observar um embate entre versões sobre essa história e, conseqüentemente, uma disputa política sobre a verdade em relação a essas versões⁵, produzindo diferentes efeitos de sentido sobre o mesmo “fato” e relações diferentes da sociedade com a história de seu país, movimentos que tenderam a criar na população (e me refiro especificamente à população paraguaia) um forte sentimento nacionalista.

O uso político do discurso historiográfico, pelo Estado paraguaio, serviu para justificar e legitimar atos que produziram uma ideia de nação paraguaia e, sobretudo, um sentimento

⁴ Para Squinelo (2002, p. 23), não há um consenso sobre a designação a ser utilizada em relação à Guerra do Paraguai e isso está relacionado a questões políticas que envolvem esse acontecimento histórico, já que a designação utilizada para se referir à Guerra marca um ato político e evidencia que nenhum processo de designação está isento do político (GUIMARÃES, 2005).

⁵ E é difícil falar em “(re)escrever a história” e não se fazer menção à obra *1984*, de George Orwell, na qual os acontecimentos históricos eram constantemente reescritos pelo “Ministério da Verdade”, a partir da posição que interessava ao governo. Guardada as devidas proporções, é possível pensar que a obra de Orwell é uma grande metáfora que elucida bem a tentativa do Estado em construir um sentimento de nação por meio, no caso, da (re)escrita da história e a legitimidade dada ao que está escrito: a história conta que foi assim; está registrado nos livros históricos e não pode ser diferente, porque está escrito. Paráfrases que vão construindo efeitos de sentido de que a história – o discurso historiográfico – é inquestionável e imparcial.

nacional por meio das questões de língua, de terra e dos heróis nacionais. Nesse sentido, os livros sobre a história do Paraguai sofrem o atravessamento da própria história e dele não escapam, mesmo quando os autores têm o “desejo” de dele sair. Assim, as obras sobre a história do Paraguai estão marcadas pelo desejo de contar a “verdadeira história” sobre a Guerra do Paraguai: ora enaltecendo a atitude do Estado paraguaio na guerra, ora criticando-a. O discurso historiográfico sofre o atravessamento da própria história, visto que é fruto das condições histórico-políticas que marcam esses movimentos de revisionismo. Essa rápida descrição sobre esses diferentes momentos da história, que produziram interpretações distintas sobre os acontecimentos históricos e não param de produzir sentidos atualmente, é fundamental para compreender os discursos sobre os brasileiros.

É por meio do uso da língua guarani, que se torna língua oficial (ainda o é hoje, juntamente com o espanhol), que se constrói a memória sobre o que é ser um paraguaio e, conseqüentemente, o que não significa ser um paraguaio. Essa memória se constrói pela ilusão de que, ao contrário de outros países, a “resistência” paraguaia se dá pela valorização da língua guarani e, portanto, por uma aceitabilidade do local⁶. A invocação à língua guarani foi frequentemente mobilizada ao longo do século XX para justificar um certo nacionalismo paraguaio, que se baseia numa essência e numa suposta pureza paraguaia. No entanto, esse discurso da aceitabilidade é rememorado nos trabalhos sobre o nacionalismo paraguaio como um movimento singular entre os países colonizados. Com isso, tais trabalhos

deshistoricizam esse nacionalismo tão ‘peculiar’ dos ‘paraguaios’, apagando sua inscrição em um nacionalismo tradicionalista, extremamente conservador, que constituído na França em final do século XIX, determinou o pensamento de extrema direita que marcou os rumos da história mundial nas primeiras décadas do século XX. (RODRÍGUEZ, 2000, p. 38)

Tal movimento, como afirma a autora, ao apagar a inscrição em um nacionalismo tradicionalista, provoca o esquecimento de suas raízes e produz o efeito-presença da memória por meio da “apologia do guarani e o orgulho e a lealdade que ela manifestaria” (*Idem*, p. 39, *grifo da autora*). Esse efeito-presença corroborou para a construção de uma memória de que o Paraguai é progressista e que acolhe o *outro*, nesse caso a própria língua guarani. Tal discurso foi atualizado na ditadura de Stroessner, como aponta Rodríguez

⁶ Rodríguez (2000), em sua tese de doutorado, aponta que não se trata de resistência nos moldes como essa noção é compreendida na AD, mas de uma preservação da língua guarani porque ela seria pura, ou seja, primitiva, o que significa que ela não pode ser maculada. Nesse sentido, a língua guarani seria a língua do coração, do afeto, em contrapartida ao espanhol que seria a língua da razão, por ser superior.

(2000), para enaltecer o Paraguai e o seu povo, encobrimdo, contudo, o caráter político desse enaltecimento. No viés utilizado pela autora, esse discurso de enaltecimento e de acolhimento do *outro* também colaborou para a inserção do brasileiro no Paraguai, que passa a ser, então, o *outro* a ser acolhido pelos paraguaios. O efeito-presença é construído no jogo *continuum* entre *presença-ausência* que, no caso do Paraguai, produz o movimento de pertencimento ao povo paraguaio, de estar participando da construção da memória.

Tais movimentos nos levam a retomar Anderson (1993), que refere-se à nação como uma comunidade imaginada, já que é no jogo entre memória e esquecimento (presença-ausência⁷) que se constrói a ilusão de pertencimento a uma nação, pois:

como a las personas modernas, así ocurre a las naciones. La conciencia de estar formando parte de un tiempo secular, serial con todo lo que esto implica de continuidad, y sin embargo de “olvidar” la experiencia de la comunidad – producto de las rupturas de finales del siglo XVIII – da lugar a la necesidad de una narración de “identidad”. (ANDERSON, 1993, p. 285)

Para Anderson (1993), portanto, o pertencimento à nação se constitui por meio dessa narrativa da identidade nacional que leva o sujeito a ter “consciência” de fazer parte de um todo: a nação. Apesar de o autor se utilizar do termo “consciência”, é importante observar que essa “consciência” de pertencimento a uma nação não é apenas de ordem cognitiva, pois ela não se constrói apenas por meio da memória cognitiva, mas por meio de uma memória sócio-histórico-discursiva que leva em consideração, a partir de meu posicionamento teórico, o inconsciente. Assim, ao se inserir nessa memória sócio-histórico-discursiva e no imaginário coletivo de um povo, o sujeito terá a ilusão de pertencer à nação, de fazer parte dessa *comunidade imaginada*, e a partir daí vai poder dizer(-se), significar(-se).

É, então, na ditadura de Stroessner que esse movimento foi utilizado mais fortemente de forma política. A necessidade de construir uma unidade nacional era necessária no governo de Stroessner para que seu pacto com o Brasil não sofresse fortes rejeições. Era preciso primeiro consolidar a identidade nacional (daí o enaltecimento da língua guarani e dos heróis nacionais e a necessidade de um revisionismo histórico sobre a Guerra do Paraguai) para tornar possível, posteriormente, a vinda de brasileiros para o país, com o intuito de industrializá-lo. Nesse sentido, era preciso “reescrever” a história e construir uma

⁷ A memória, na Análise de Discurso, também funciona por meio da relação entre lembrança e esquecimento e tal movimento se constrói pela presença-ausência, ou seja, na necessidade de esquecer – por meio do efeito-ausência – para poder lembrar, e produzir memória – por meio do efeito-presença.

“nova memória”, longe de uma memória do fracasso da guerra. Assim Soler (2007, p. 436), ao fazer um estudo sobre as transformações ocorridas no Estado e nação paraguaia de López a Stroessner, observa que os heróis nacionais foram retomados e forçados na ditadura de Stroessner para legitimar seu governo. O povo paraguaio precisava ver-se como povo forte, que reconstruiu seu país apesar de todas as diversidades, e que não temesse uma nova “ocupação/invasão/colonização” brasileira durante a ditadura de Stroessner. A derrota na Guerra é rememorada, por parte dos paraguaios, como a imagem de “uma invasão brasileira” (ALBUQUERQUE, 2005, p. 145) sobre o território paraguaio e a questão da terra é uma chaga aberta que insiste em não sarar, levando os habitantes do Paraguai a disputas pelas terras e a discursos, muitas vezes, xenófobos.

Estado e nação, portanto, trabalham na construção dessa identificação e preservação de *uma* memória (é a memória da força do paraguaio, da injustiça sofrida pelo estrangeiro, da resistência e recuperação que é preservada, e não a memória da derrota da Guerra) que possibilite aos paraguaios essa identificação com o Estado e com a nação. Daí a necessidade de se conservar a memória de um Paraguai que já foi um grande país que, por meio da violência física e simbólica dos países fronteiriços, perdeu seu território: a terra que chamava de “sua”. Esse movimento de preservação da memória é o que “garante” a “resistência” e, mais do que isso, a possibilidade de essas perdas não mais ocorrerem.

É o que se sucede atualmente no Paraguai, onde a relação entre os paraguaios e os brasileiros que vivem no país (os brasiguaios) recupera a memória histórica compartilhada pelos dois países para (des)legitimar a permanência e o direito dos brasileiros de serem considerados cidadãos paraguaios. Essas questões aparecem no *discurso sobre*⁸ os brasiguaios que circulam na mídia; e o fato de o discurso historiográfico “reconstruir” a história do Paraguai, principalmente durante a ditadura paraguaia, aponta para o trabalho revisionista sobre a história, produzindo uma anterioridade, uma “nova” memória, com a qual os paraguaios passam a se identificar, fato que possibilita mais facilmente a abertura a negociações entre o Brasil e o Paraguai.

Daí o jogo construído entre “paraguaio puro” e “paraguaio não puro”, “cidadão paraguaio” e “cidadão não paraguaio”, “ter direito à terra paraguaia” e “não ter direito à terra paraguaia” etc. São esses dizeres, que funcionam por meio de um trabalho de

⁸ Os *discursos sobre*, segundo Mariani (1996, p. 67), “são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória”. Assim, o discurso jornalístico “funciona como uma modalidade de *discurso sobre*, pois coloca o mundo como objeto” (*ibidem*, *grifo da autora*), ao atuar na institucionalização dos sentidos.

memória(s) sobre o imigrante (brasileiro), que são atualizados nos *discursos sobre os brasiguaios* veiculados pela mídia.

O discurso sobre os brasiguaios

A designação “brasiguaios” é um neologismo formado pelo processo de aglutinação dos gentílicos: [brasi]leiro e para[guai]o = brasiguaião. Apesar de diferentes trabalhos teóricos – Wagner (1990) e Albuquerque (2005) etc. – compartilharem o argumento de que o termo “brasiguaião” surgiu em uma conversa entre os líderes dos brasiguaios e o deputado federal sul mato-grossense Sérgio Cruz, na cidade de Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul, em 1985, verifiquei o uso da designação “brasiguaião” já em 1981, em uma reportagem da revista *Veja*: “Uma nação trilingue: a terra dos *brasiguaios* que foram viver em solo paraguaião” (edição 694, 23 de dezembro de 1981, *grifo meu*)⁹. No entanto, apesar dos indícios de que a designação já existia no início da década de 1980, a sua nomeação é datada de 1985. A partir de seu lugar social de deputado federal, o sujeito tem o *poder sobre* (PRELLVITZ, 2006, p. 66) os sujeitos à margem e os nomeia. Tal processo só é possível porque ele ocupa esse lugar legitimado pelo Estado. Assim, mesmo a designação já existindo, ela só passa a ser mais frequente a partir de sua nomeação pelo deputado federal que ocupa um lugar social privilegiado, forjando, por meio desse ato, um lugar ao qual se retorna para se falar dos brasiguaios.

Neste trabalho, discuto os lugares ocupados pelos brasiguaios a partir das questões relacionadas aos símbolos nacionais paraguaios e ao direito à terra paraguaiã. Tal recorte é constituído por meio de regularidades que apontam para um certo nacionalismo que parece ser determinante no *discurso sobre os brasiguaios* que circulam na mídia. Tais representações, dessa forma, funcionam na atualização e construção de uma memória sobre esse grupo, a qual trabalha por meio de dizeres sobre o brasileiro, o paraguaião e o próprio brasiguaião. São a língua guarani, os símbolos nacionais, o (não-)pertencimento e o direito à terra que são mobilizados para se falar dos brasiguaios. São memórias que se cruzam, que se entrecruzam.

SDI: El ABOGADO Alfredo Romero, en representación del brasiguayo Claudio Bruck, indicó que el mencionado productor fue maltratado por los funcionarios del Estado, del Servicio NACIONAL de CALIDAD y Sanidad Vegetal y de

⁹ O *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2001) aponta que o termo “brasiguaios” é datado dos anos de 1970.

Semillas (Senave), solo porque no sabía hablar en guaraní. (ABC, 17/08/2010, grifo meu)

SD2: En cuanto al concepto de "brasiguayos" manifestó que se resiste a utilizar. "Hay brasileños que viven acá y hay paraguayos de origen brasileño. Si son paraguayos, tienen todo el derecho a tener tierras. Tenemos que favorecer a los compatriotas", agregó [El titular del Indert, Marciano Barreto]. (ABC, 16/08/2011, grifo meu)

SD3: "Brasiguayos' no existen para nosotros, o paraguayos o brasileños, sencillo es el tema", expresó Eulalio López. (...) El mismo indicó que **"el paraguay puro es el que habla guaraní, usa la moneda nacional, entra en nuestras escuelas, levanta nuestras banderas. Ellos no, con el nombre de 'brasiguayos' usan nuestra cultura a su favor",** agregó. (...) **"Los 'brasiguayos' no son puros, pero fundamentalmente por más que sea con mezcla es importante que se rijan a la ley paraguaya, respeten los símbolos y canten el Himno Nacional. Son residentes en Paraguay; los japoneses son residentes en Paraguay y los alemanes son residentes en Paraguay",** sostuvo. (ABC, 24/01/2012, grifo meu)¹⁰

As sequências discursivas acima se filiam à “FD do nacionalismo dogmático paraguaio”¹¹, que tem uma filiação discursiva com a filosofia idealista do romantismo europeu e sua consolidação nos ideais republicanos do positivismo. Caracteriza-se pela volta ao passado, pela busca das raízes de um povo-origem, com o intuito de encontrar o que de mais essencial distingue essa nação de outras. No caso do Paraguai, o essencial da nação paraguaia é perpassado pela língua guarani, a língua falada pela maior parte da população, apesar da colonização espanhola. A língua guarani é tida como a *língua do coração* (RODRÍGUEZ, 2000, p. 242), que foi fixada como sinônimo do povo paraguaio, apesar de nem todo paraguaio se identificar com o guarani (*ibidem*). Baseado na pureza da raça, na pureza de uma língua, é que o *discurso sobre* o povo paraguaio vai sendo construído. Assim, pode-se observar que os saberes reguladores dessa FD fazem “ecoar” discursos *já-ditos*, isto é, retomando enunciados já formulados em outro(s) lugar(es) e em outra(s) conjuntura(s) sócio-histórica(s)” (CAZARIN, 2010, p. 9), mas que retornam no fio do discurso pela memória discursiva.

Inseridos nesta formação discursiva, os sujeitos são levados a se identificarem com tais dizeres, que determinam os lugares ocupados por si e pelos outros. A partir desta formação discursiva, o lugar ocupado por um paraguaio não pode ser o mesmo do de um estrangeiro ou de um brasiguai, pois ser paraguaio é não ser o outro, o estranho, o estrangeiro. É

¹⁰ Eulalio López é líder da Liga Nacional dos *Carperos* (os sem terras paraguaios).

¹¹ Em trabalhos anteriores (NASCIMENTO, 2013; 2015), detalho como chego a esta afirmação.

diferenciar-se. Ser paraguaio é não ser brasileiro, não ser brasiguaiio: é ser “paraguaio puro”. É a pureza que determina os lugares que podem ser ocupados na sociedade paraguaia, são os sentidos em torno desse ideal que vão legitimando quem tem direito ou não à terra paraguaia e ao pertencimento a essa nação. É a partir deste lugar que muitas vezes os brasiguaios são representados.

Em SD1, em disputa pelo direito à posse da terra paraguaia com o Estado paraguaio, o brasiguaiio Claudiño Bruck não tem o direito de “provar” a legitimidade de suas terras por não saber falar guarani. Ainda que o brasiguaiio consiga se comunicar com os paraguaios, é a língua guarani que é colocada como requisito para qualquer diálogo oficial e, mais do que isso, requisito para que se tenha direito a reivindicar, neste caso, a posse da terra. Não saber o guarani equivale a não ter direito de falar, de reivindicar. Os brasiguaios são levados a ocupar um lugar de não-pertencimento, de não-cidadão paraguaio, já que não podem se dizer neste lugar. Ainda que o nome do brasiguaiio em questão seja “Claudiño”, um nome grafado em espanhol, ele não pode pertencer à nação paraguaia: não fala o guarani. Bruck, que não pertence à linhagem dos sobrenomes esperados para um “paraguaio”, é maltratado pelos funcionários do Estado por não falar guarani, por não se reconhecer na história oficial de manutenção do guarani, ainda que nem todos os paraguaios se reconheçam neste lugar. Não se subjetivou na língua guarani e, portanto, não se subjetivou na memória oficial sobre o ser paraguaio. Os brasiguaios são representados como os que não sabem o guarani, não pertencentes, assim, à nação paraguaia, já que é um “risco” para a manutenção da *língua do coração*. No entanto, equivaler o paraguaio ao guarani não reflete, segundo Rodríguez (2000, p 242), “a heterogeneidade que caracteriza a sociedade nacional”, pois tal mecanismo põe os que falam outras línguas e seus grupos num “mecanismo de injusta exclusão de que o próprio guarani e seus falantes foram objeto e que se pretende hoje superar” (*ibidem*). Exclusão que vem representando os brasiguaios como um peso para o país, colocando-os em um lugar de não-pertencimento.

Há, em SD2, uma tentativa de negação da existência dos brasiguaios. O sujeito resiste em utilizar a designação “brasiguaios” porque para ele brasiguaios não existem, apesar de um grupo de pessoas se identificarem com esse lugar. Brasiguaios não existem, porque “*hay brasileños que viven acá y hay paraguayos de origen brasileño*”. É negada a dupla filiação aos brasiguaios, assim como o direito de se reconhecerem nos dois países. Resistir ao termo “brasiguaios”, ao contrário de ser um movimento a favor do reconhecimento desses sujeitos como cidadãos de/com direito a pertencer ao Estado brasileiro ou paraguaio, é negar sua existência, é pô-los à margem. Existem os brasileiros e os paraguaios de origem

brasileira, e só os paraguaios têm direito à terra paraguaia, porque são compatriotas. Por meio do argumento de teor nacionalista, a terra deve ser dos paraguaios porque eles são compatriotas. Não se diz, no entanto, quem são os “paraguaios”: todo e qualquer nascido/naturalizado paraguaio ou um grupo específico?

É em SD3, portanto, que é dito quem são os paraguaios. É um *nosotros* (nós) quem tem o direito de categorizar quem pertence ou não à identidade paraguaia e, assim, o direito de excluir da nação paraguaia aqueles que são “diferentes”. Ao contrário de incluir o outro, esse *nosotros* é excludente e trabalha em busca de uma homogeneidade paraguaia, em um movimento de resistência ao discurso da diferença, ao discurso da heterogeneidade. Mais do que isso: o discurso do nacionalismo dogmático paraguaio põe um fim na discussão sobre os brasiguaios – “*Brasiguayos! no existen para nosotros, o paraguayos o brasileños, sencillo es el tema*” – aos pô-los em um local à margem. Os brasiguaios, para SD3, nunca poderão ser paraguaios, já que “*el paraguay puro es el que habla guaraní, usa la moneda nacional, entra en nuestras escuelas, levanta nuestras banderas*”.

A naturalização da desigualdade na distribuição de terras no Paraguai, dessa forma, é um efeito da ideologia que faz a realidade se apresentar *como se fosse* transparente e não pudesse ser de outro jeito. Pelo efeito da ideologia, é trabalhada a memória de que os brasiguaios são os responsáveis pela desigualdade na má distribuição de terras no Paraguai, e não a administração política que favoreceu determinado segmento da sociedade. A luta de classes é, assim, mascarada (a realidade apresenta-se sem contradição) e é trabalhada, por meio de um sentimento nacionalista, a aversão ao estrangeiro, no caso o brasileiro. Com isso, a luta pela terra é desviada da desigualdade decorrente do privilégio de uns em detrimento do bem estar de todos e passa a ser pensada como um problema, exclusivamente, ocasionado pela presença dos brasiguaios na região, sendo os brasiguaios pobres os primeiros a sofrerem intimidações, já que são os mais vulneráveis: não tem a quem recorrer.

Considerações finais

Na mídia, em relação ao *discurso sobre* os brasiguaios, foi possível observar que o discurso historiográfico faz eco no discurso midiático, trabalhando na atualização de representações sobre quem são os paraguaios, os brasileiros e os brasiguaios a partir de interesses político-econômicos. Isto é possível porque há os trabalhos da memória e da

história que funcionam, por meio da relação entre o discurso historiográfico e o discurso midiático, mobilizando diferentes memórias para representar esses sujeitos.

Os dizeres sobre quem são os brasiguaios tendem à homogeneidade. Os brasiguaios, muitas vezes, são aqueles que usurparam as terras paraguaias e as usufruíram, são aqueles que simbolizam a ameaça, o retorno de uma nova Guerra e da perda da soberania nacional. São os imperialistas, os responsáveis pela desigualdade da distribuição de terras no Paraguai. Esse discurso é corroborado por algumas práticas sociais (alguns brasiguaios não utilizam a moeda nacional, não respeitam os símbolos nacionais, não falam o guarani e utilizam o discurso do imperialista: sua supremacia sobre o povo paraguaio para assegurar seu direito à terra paraguaia) que vão sendo utilizadas como justificativa para atitudes xenóforas por parte de alguns paraguaios. São as questões da identidade nacional e do sentimento nacional que são mobilizadas no *discurso sobre* esses sujeitos no Paraguai. Muitas são as histórias e memórias em torno dos brasiguaios e elas são movimentadas segundo o interesse político-econômico em jogo. A designação “brasiguaios”, dessa forma, é trabalhada por diferente(s) história(s) e memória(s), recobrando diferentes sujeitos.

Referências

- ALBUQUERQUE, J. L. C. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais**: a imigração brasileira no Paraguai. Tese de Doutorado em Sociologia – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2005.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2. ed. Trad. de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. Traducción de Eduardo L. Suárez. México D. F.: Fondo de Cultura económica, 1993.
- CAZARIN, E. A. Gestos interpretativos na configuração metodológica de uma FD. In: LEANDRO FERREIRA, M. C. (Org.) **A pesquisa em Análise e discurso no PPG-LETRAS/UFRGS e sua expansão institucional**. Revista Organon (*on-line*), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 24, n. 48, 2010, p. 1-11.
- COURTINE, J-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCAR, 2009.
- GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. 2 ed. São Paulo: Pontes, 2005.
- MARIANI, B. **O comunismo imaginário**: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da linguagem. Campinas, SP: [s. n.], 1996.

NASCIMENTO, F. A. S. Nas teias do sujeito do discurso: movimentos de resistência nos processos de identificação dos brasiguaios com o ser paraguaio In: **Anais do VI SEAD** – Seminário de Estudos em Análise de Discurso. Porto Alegre: UFRGS, 2013. p. 1 – 7.

_____. **Entre as fronteiras da terra prometida**: os trabalhos da memória e da história na representação dos brasiguaios. Dissertação de Mestrado em Letras, Universidade Federal de Pernambuco. Recife: [s. n.], 2015.

ORLANDI, E. Por uma teoria discursiva da resistência do sujeito. In. _____. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012a, p. 213-236.

_____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 6. ed. Campinas: Pontes, 2012b

ORWELL, G. **1984**. Trad. Alexandre Huner; Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 2009a.

PRELLVITZ, T. **Estrangeiro ou imigrante**: o discurso da imprensa construindo a (in)aceitabilidade. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

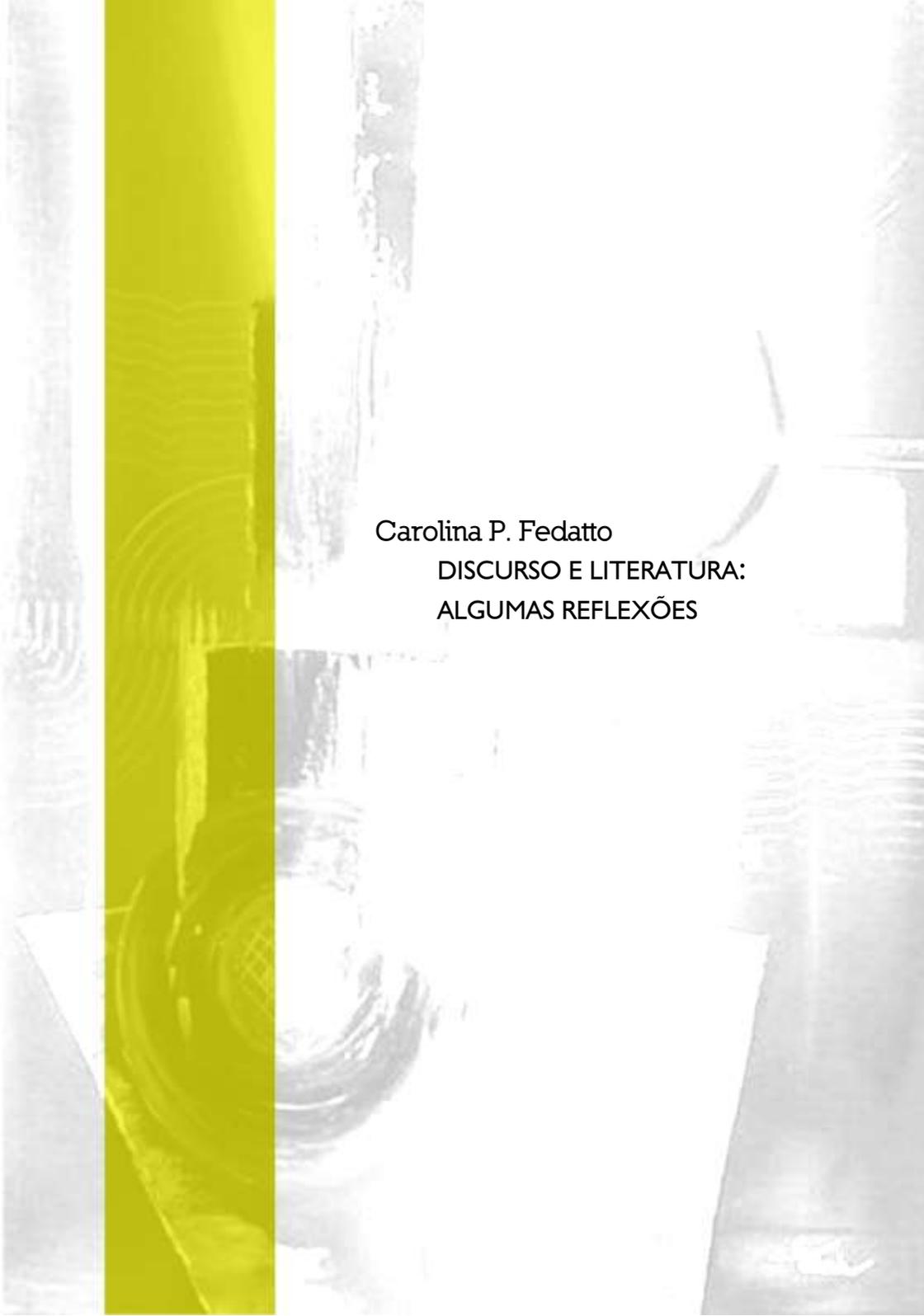
RODRÍGUEZ, C. M. Z. **Língua, nação e nacionalismo**: um estudo sobre o guarani no Paraguai. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da linguagem. Campinas, SP: [s. n.], 2000.

SQUINELO, A. P. **A Guerra do Paraguai, essa desconhecida...** Ensino, memória e história de um conflito secular. Campo Grande: Editora UCDB, 2002.

SOLER, L. La familia paraguaya. Transformaciones del Estado y la Nación de López a Stroessner. In: WALDO, Ansaldo (director). **La democracia en América Latina**. Um barco a la deriva. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007, p. 435-465.

SPRANDEL, M. A. **Brasiguaios**: conflitos e identidade em fronteiras internacionais. Dissertação de Mestrado em Antropologia social - UFRJ. Rio de Janeiro, 1992.

WAGNER, C. **Brasiguaios**: homens sem pátria. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.



Carolina P. Fedatto

DISCURSO E LITERATURA:
ALGUMAS REFLEXÕES

DISCURSO E LITERATURA: ALGUMAS REFLEXÕES

Introdução: ordinário/literário?

A literatura e o discurso literário fazem parte da *política constitutiva das línguas* e podem também dizer algo sobre as *políticas linguísticas*.² Por *política das línguas* entendemos o fato de que falar/escrever é, por definição, tomar posição em relação à interpretação, é escolher uma forma linguística dentre outras, combinando-a com outras formas de uma maneira e não de outra, maneira esta remetida ao dizível, isto é, à memória do dizer e ao já-dito. No caso da literatura, a política do dizer que se coloca em cena gira em torno da divisão entre belo e modesto, extraordinário e cotidiano, história e verdade, vida e ficção, dentre outros. Já as *políticas linguísticas* são práticas externas à língua, ideológicas e históricas por natureza, que cristalizam determinados sentidos para o papel e a função das línguas umas em relação às outras. Estamos pensando especificamente no espaço discursivo da língua portuguesa, que congrega línguas em espaços históricos distintos projetando-as no cenário mundial sob o título da *lusofonia*. Diante da tensão entre unidade, singularidade e universalidade, a língua portuguesa se mostra ao mesmo tempo una e única nas produções literárias dos diferentes países que a praticam como língua oficial, seja materna, seja segunda e isso é o resultado de uma política linguística específica para a literatura.

Nosso olhar para a literatura considera, assim, as implicações da colocação da língua em funcionamento, isto é, o modo como o sistema linguístico funciona social e historicamente num campo específico, o literário. Questionamos, dessa forma, o papel de literatura enquanto discurso na saturação da interpretação dos sentidos de poesia, beleza, língua, sociedade, de um lado, e na construção das relações de força entre as diversas línguas e formas de dizer, de outro. Na perspectiva que assumimos, a língua, em si mesma, é *inatingível*,³ porque só uma construção teórica, que representa o limite de nosso ângulo de

¹ Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem na Universidade do Vale do Sapucaí – Univás. Pesquisadora de pós-doutorado na Universidade Federal Fluminense - UFF. Mestre e doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, com estágio de doutorado na Université de la Sorbonne Nouvelle – Paris III. Autora de “Um saber nas ruas: o discurso histórico sobre a cidade brasileira”, Editora da Unicamp, 2013.

² Essa diferença é bastante trabalhada pela Análise do Discurso, notadamente por E. Orlandi, e formulada de modo explícito por B. Mariani (2004).

³ Conferir Pêcheux, M. e Gadet, F. *A língua inatingível*. Campinas: Pontes, 2004.

observação, pode fazer emergir a ética de um encontro possível, mediado pela interpretação. Em seu último texto, Pêcheux (1983/2002, p. 57) postula que a interpretação, por ser incontornável, é uma questão ética e política, de responsabilidade. Nossa posição ética neste texto é colocar em questão o papel do discurso literário na construção de um imaginário de língua e de sociedade. De modo geral, pensaremos aqui sobre as resistências e os limites tanto do texto literário em si, quanto dos discursos sobre a literatura. Estamos considerando, então, a literatura como uma manifestação simbólica que *produz e reflete* modos de identificação à língua, à história e à sociedade.

Uma primeira tarefa que se impõe é discutir o que estamos entendendo como *discurso literário*. Para isso, não podemos deixar de considerar as discussões sobre tipologia discursiva propostas por Eni Orlandi (1982/2004). No artigo “Sobre tipologia de discurso”, a autora afirma que a noção de *tipo* em AD tem a mesma função metodológica da noção de *categoria* em Linguística. Isso quer dizer que o tipo é um *princípio organizador* que possibilita certa *sistematicidade* para o objeto de estudo. Explicitar, então, o tipo de discurso a que pertence o material em análise já é um gesto teórico e analítico, é já um começo de análise que assinala um ponto de encontro entre o particular (aquele texto) e o geral (um conjunto possível a que o texto pertence). Não podemos esquecer também que todo tipo é sempre um produto da *história*, das condições de produção dos discursos. Por isso, fala-se em *dominância* de determinados *traços* que permitem reconhecer um texto como integrando um tipo de discurso, ou uma discursividade. Mas o que são esses traços? A caracterização de um tipo de discurso acontece quando o analista, tendo construído suas questões de análise, observa *regularidades* (algo que se repete ou que comparece pela falta, algo que é muito dito ou que é silenciado) e, partindo de *marcas* na materialidade da linguagem, relaciona essas *marcas* a *propriedades*, que já têm a ver com a exterioridade do discurso, suas condições de produção (ORLANDI, 1988/2006).

Isso para dizer que o modo como compreendemos a literatura está atravessado, em termos conceituais, pela noção discursiva de língua, assim como de história e de memória. Na teoria discursiva, a *história* é entendida como uma demanda constante por significação, uma colocação em causa da contradição e uma disputa por sentidos. Essas compreensões veem do clássico texto de Paul Henry, *A história não existe?*, em que ele afirma:

[...] não há “fato” ou “evento histórico” que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e conseqüências. É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso (HENRY, 1984/1997, p. 51-52).

Já a noção de *memória* pode ser compreendida, de um lado, como estruturada pelo esquecimento, sendo condição de possibilidade de todo dizer. Isso está em *Semântica e Discurso* de Michel Pêcheux, texto fundador da perspectiva que entende o discurso como ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória. Ou seja, entre o dito e o não-dito que o sustenta e possibilita. Por outro lado, a memória tem a ver também com a noção de *arquivo*, que já é um gesto de interpretação situado historicamente em relação ao todo inacessível e fugidio da memória discursiva. Em *Ler o arquivo hoje*, Pêcheux definirá o arquivo como um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (1982/1997, p. 57). A memória de arquivo pretende, pois, manter disponíveis determinados sentidos, mas, nesse mesmo gesto, apaga outros.

A literatura tem, assim, uma historicidade na medida em que a demanda por sua significação não é questão fechada, mas em movimento. A literatura produz também uma memória do dizer e da própria língua e constrói ainda um arquivo de questões sobre a nação, os povos, as línguas, as sociedades. Reunindo, então, esses conceitos da Análise do Discurso, iremos refletir sobre o modo como a literatura se constitui em memória para o dizer e constrói arquivos sobre determinados temas. O discurso literário é, dessa perspectiva, um observatório privilegiado dos sentidos possíveis e estabilizados para a história.

Abordaremos, pois, o funcionamento do discurso literário pela perspectiva discursiva materialista. Por meio de um diálogo com reflexões de Roland Barthes em *O rumor da língua*, serão levantadas três questões sobre as quais nos deteremos: o problema do texto e sua exterioridade, o debate sobre o estilo e a questão do político que constitui o literário. Na discussão desses pontos, consideramos indissociável a relação entre língua, história e ideologia, o que nos coloca demandas éticas no trabalho literário com a língua. Essas nossas reflexões sobre língua, literatura e o político buscarão delinear as possíveis regularidades do discurso literário, aquilo que permite reconhecer, agrupar e tipificar uma discursividade em torno da literatura em termos materiais, isto é, pensando que não há forma sem conteúdo e que a exterioridade (entendida como contexto, história, sociedade) faz parte de todo discurso.

Sendo assim, um dos impasses que se colocam é a relação entre linguagem ordinária e literatura. Falando sobre a disputa instaurada entre esses, considerados, dois polos, Roland Barthes, no ensaio “A guerra das linguagens”, diz:

[...] evidentemente nós não podemos fugir [de tomar posição nessa disputa entre linguagem ordinária e literatura, entre ciência da

linguagem e arte pela linguagem]: por cultura, por escolha política, é preciso nos engajar, participar de uma das linguagens particulares às quais nos obrigam nosso mundo, nossa história. E, entretanto, nós não podemos renunciar ao gozo, seja ele utópico, de uma linguagem dessituada, desalienada [que seria a literatura, a poesia]. É preciso então pegar na mesma mão as duas rédeas do engajamento e do gozo, assumir uma filosofia plural das linguagens. Ora, esse *alhures* que resta, se posso dizer, *dentro*, tem um nome: é o texto. O texto, que não é mais a obra, é uma produção de escritura cujo consumo social não é certamente neutro, mas cuja produção é soberanamente livre na medida em que (ainda Nietzsche) ela não respeita o Todo (a Lei) da linguagem. [...] Somente, enfim, a escritura pode se desdobrar *sem lugar de origem*; somente ela pode desjogar toda regra retórica, toda lei de gênero, toda arrogância de sistema: a escritura é *atópica*; em relação à guerra das linguagens, que ela não suprime, mas *desloca*, ela antecipa um estado de práticas de leitura e de escritura, onde é o desejo que circula, não a dominação (BARTHES, 1973, p. 139).

A posição de Barthes é considerar o texto e o processo de escritura – em AD diríamos a materialidade da linguagem – como campo de trabalho, como espaço para onde *convergem* regra e deslize, lei e desvio, dominação e desejo, engajamento e gozo, ciência e arte, sistema e poesia. Ecoa na concepção de Barthes algo do que nos fala Paul Henry de uma autonomia relativa da língua (1975/1992). O sistema linguístico é relativamente autônomo no que diz respeito à história. E é relativamente autônomo no que concerne ao próprio sistema, que pode sempre resvalar no *non-sens*. Com essa diretriz provocadora, vamos interrogar o que pode ser o texto literário, que contornos teria uma *tipologia do discurso literário* considerando-o como um espaço onde é o desejo (a falta, pois) que circula, não a saturação. E a falta, o desejo, a não-saturação são também modos de funcionamento da linguagem ordinária. Quais seriam os termos, então, de uma separação entre ordinário e literário? Essa diferenciação só faz sentido num cenário em que haja sobredeterminação do literário em relação ao ordinário, que estabeleça uma escala valorativa entre essas duas ordens da língua. Ora, mas é justamente de uma *outra ordem da língua* que trata quando se fala em literatura: algo da linguagem que, escrito, tem a ver com a arte. Todavia, sem se desligar do ordinário e sem desconsiderar, de nosso ponto de vista, que a linguagem ordinária transita pela possibilidade de participar da linguagem artística, já que na letra (*littera*) não deixa de se inscrever um traço da arte (*téchne*) em sua polissemia. Também, e não menos importante, é a inscrição da literatura, como ordem da língua que tem a ver com a arte, no que a língua tem de político, dividido, ideológico. Buscaremos, assim, considerar esse entremeio na discussão da literatura pelo viés discursivo.

Primeira questão: dentro ou fora do texto?

A literatura se apresenta a nós como *instituição* e como *obra*, diz Barthes em *O rumor da língua*. Como instituição, a literatura reúne todos os usos e todas as práticas que regulam o circuito do que é escrito numa determinada sociedade: o estatuto social e ideológico do escritor, seus modos de difusão, condições de consumo, as sanções da crítica etc. Como obra, a literatura é basicamente constituída por um corpo de linguagem verbal e escrita (BARTHES, 1966, p. 141). Ela pode lançar mão de recursos não-verbais também, mas a discussão barthesiana se centra na construção do que faz com que uma mensagem verbal seja considerada uma obra de arte. À esta busca, Jakobson denomina *poética* e Barthes prefere chamar de *retórica*, para englobar prosa e verso. A questão de Barthes será pensar em que medida haveria confronto entre sociedade e retórica, no sentido da construção de um objeto artístico por meio da linguagem, como a sociedade participaria dessa construção.

Quando se pensa a literatura como obra, o texto literário em si pode ser explorado do ponto de vista distribucional. Isto é, as palavras se associam entre elas segundo certa escala de probabilidade: *cachorro* se associa bem a *latir*, mas dificilmente a *miar*, mesmo que sintaticamente nada interdite essa combinação. A esse preenchimento inesperado, Barthes dá o nome de *catálise*, no sentido de dissolução, de esgarçamento, ruptura, desunião. Ora, a dissolução da sintaxe esperada tem uma relação estreita com a especificidade da linguagem literária: “em certos limites, que estão precisamente a estudar, mais a catálise é aberrante, mais a literatura é patente”, diz Barthes (1966). Certamente, a literatura não é incompatível com uma junção sintática dita “normal”; mas espera-se que haja certa surpresa nesse encadeamento. E o funcionamento do que pode ser considerado surpreendente varia com as épocas e as sociedades. Tal como proposto por Barthes, a análise distribucional do texto literário pode apontar certas ligações entre cada sociedade e a estruturação da *informação* que ela confia à literatura. Assim, a própria forma do texto literário estaria em certa relação com a história e com a sociedade, mas essa relação é particular e não recobre necessariamente a história e a sociologia dos conteúdos (BARTHES, 1966, p. 145).

Estamos, pois, no campo da *materialidade* da linguagem literária. E podemos talvez ouvir os ecos das conclusões de Michel Pêcheux em *Ler o arquivo hoje*, onde o autor problematiza a divisão do trabalho de leitura do arquivo entre os literatos e os cientistas e reforça a importância do reconhecimento teórico e metodológico da existência da *materialidade de língua* como algo que não se pode contornar. Na perspectiva discursiva, não há separação entre forma e conteúdo. Não há informações à espera de uma forma que as comunicaria. Os sentidos vão se constituindo à medida que são ditos, nos lugares sociais

e institucionais em que são ditos. Assim, a “beleza” do texto literário, entendida por Barthes como contendo certa surpresa em relação ao modo corriqueiro de encadear as formas, é também, certamente, parte do contexto sócio-histórico em que esse texto é lido. Quando um texto passa a ser considerado belo? Essa passagem é política, não apenas estética, linguística ou formal. Mas, como nos leva a considerar Pêcheux, o princípio saussuriano de valor autoriza a interpretação de tudo o que se passa no eixo vertical (metáforas, analogias, lapsos, erros, deslizos, poesia) como “literalmente coextensivo” à língua, “do mesmo modo que o equívoco: talvez *não haja poesia*.” A coragem em afirmar que a poesia não existiria é proporcional à desestabilização provocada pelo olhar discursivo: aquilo que *afeta e corrump*e a língua não pode ser localizável em apenas um de seus campos (o literário), está nela toda, na natureza de sua materialidade e de seu funcionamento. Eis o porquê da luta pelo primado da metáfora sobre o sentido:

A metáfora não é localizável, [assim] como a poesia: como para a poesia pode-se defender a ideia de que ela não existe, se está em toda parte da produção do sentido. Ela faz com que as evidências se movam do “mundo normal”: um efeito revolucionário. Neste sentido, a metáfora também merece que se lute por ela. (PÊCHEUX e GADET, 2004, p. 160).

A luta pelo caráter revolucionário da metáfora é a luta pela consideração de sua primazia em relação ao sentido já estabilizado. Metáfora é movimento, deslize. É um dos eixos que estruturam a linguagem. Sem essa verticalidade, não há língua. A poesia é fundante de qualquer possibilidade de sistema linguístico. À diferença, então, dos estudos literários, consideramos que o funcionamento da linguagem como um todo é metafórico. Não há palavras adequadas (ou belas, ou imagéticas) para falar das coisas. As relações entre a língua e o mundo e seus sentidos estão em permanente construção e em permanente deslize. “Todo enunciado é suscetível de tornar-se outro”, afirma Pêcheux (1983/2002, p. 53), se *deslocar* e *derivar* em outro, os enunciados são uma série de “pontos de deriva possíveis” que oferecem lugar à interpretação. Deriva que é o outro nome da metáfora. Levar a sério a primazia da metáfora no funcionamento da linguagem permite considerar a literatura como uma das faces dessa “gigantesca mexida” (PÊCHEUX e GADET, 2004, p. 64) que sempre acontece na língua pelo fato de que ela não se separa da história. À questão, então, sobre a literariedade estar dentro ou fora do texto, respondemos que o texto é sempre linguístico e político ao mesmo tempo, inseparavelmente. O problema da exterioridade é que, na língua, ela é constitutiva de seu interior, como nas voltas sem fora ou dentro da fita de Moebius.

Segunda questão: *por que se colocar fora do debate estilístico?*

Na tradição dos estudos linguísticos, o estilo sempre foi considerado a partir de um esquema binário. Os termos desse paradigma dicotômico mudaram de nome e de teor ao longo do tempo e das escolas, mas conservam uma visão opositiva a respeito da relação entre forma e conteúdo: tanto na Retórica clássica, com sua definição essencialista da *forma* como aparência ou indumentária de um *fundo* que seria a verdade – o corpo das ideias, quanto pelo paradigma da *norma* e do *desvio*, de feição mais científica e tributária de uma determinada leitura do corte saussuriano. Roland Barthes (1969) reflete sobre as posições filosóficas contidas na permanência dessa separação.

No primeiro caso, as metáforas ligadas à forma (o estilo) seriam da ordem do decorativo; a *forma* e o *fundo* devem ser manipulados de modo a produzir expressões justas, corretas, adequadas. Essa dualidade leva a um impasse do ponto de vista lógico: a relação entre forma e fundo estaria no nível da possibilidade ou da necessidade? A forma poderia, assim, *esconder* o fundo? Ou ela deveria se *submeter* a ele, exprimindo não mais do que a pura verdade? (BARTHES, 1969, p. 150). Esse debate perdura, opondo posições filosóficas distintas, mudando de contexto e de figura e conservando a ideia de que existiria uma verdade *apesar* das aparências, um sentido mais ou menos independente das formas linguísticas que o veiculam.

Na segunda oposição, herdeira da noção de sistema, o estilo seria visto como *exceção* a uma regra: o uso ordinário das formas da língua pode sempre ser desviado pela genialidade de um autor (ou por pura casualidade). Mas esse caráter individual do estilo não é garantia de que o *poder dizer* com estilo se estenda a qualquer falante. O estilo é individual e *institucional* ao mesmo tempo, portanto, político, dividido desigualmente entre os falantes.

Por outro lado, admitir que o *acaso* pode produzir desvios no sistema linguístico também é um modo de desindividualizar o papel do estilo, afirmando que a história tem consequências na produção de regularidades, isto é, que o sistemático não é atemporal e que a definição da regra e do desvio responde também a injunções históricas. Nesse sentido, podemos dizer que oposições clássicas como realidade e ficção, prosa e poesia, sentido próprio e figurado, primitivo e derivado baseiam-se nessa redução do sistemático ao sociológico (o estatisticamente mais usado) e do sociológico ao normal (a-histórico).

Por essa espécie de *natureza social* que estabelece universalmente o que é norma e o que é desvio, a literatura seria o espaço, afirma Barthes, próprio do estilo: “o lugar de uma anomalia verbal, tal qual a sociedade a fixa, a reconhece e a assume honrando seus

escritores, como o grupo etnográfico fixa o sobrenatural sobre o pajé, para poder recuperá-lo num processo de comunicação coletiva” (BARTHES, 1969, p. 151).

Essa comparação entre o ritual e a construção de uma coletividade é interessante. No caso das sociedades estudadas por Lévi-Strauss, o rito coletivo de recuperação do desvio, do extraordinário, daquilo que escapa e une, é a religião. E no caso das sociedades modernas ocidentais? Poderíamos considerar a *literatura* como um espaço de desvio que une? A literatura poderia ser tomada como o ritual coletivo de recuperação de uma *unidade coletiva*, de um *imaginário comunitário*? É bem isso que a história moderna da literatura nos conta. Ter uma literatura, assim como construir um imaginário de unidade linguística, é uma das formas de constituir a ideia de nação, de povo com passado e tradições comuns. É uma forma de estabelecer origens e sentidos que transitam entre a ideia mítica de um estilo individual e uma potência, também mítica, da língua e do povo que essa literatura representa. O caráter político da literatura se deixa ver também no engodo da ideia de estilo, que responde à necessidade de fazer sentido estabilizando-o. Imaginariamente, o estilo é do autor, mas é também, por decalque e por deslize, da língua que permite sua escrita em literatura. Há, pois, algo sobre o social a compreender no imaginário do estilo.

Terceira questão: por que a literatura é política?

Não farei suspense sobre a resposta que pretendo encaminhar para essa última questão: a literatura é política porque é uma construção histórico-social. As pesquisas de Anne-Marie Thiesse, por exemplo, sintetizam muito bem esse ponto ao retratar a construção da ideia moderna de literatura como fortemente marcada pelo nascimento das nações. A autora mostra que a literatura foi primordial na construção do sentimento de pertencimento nacional (pela argumentação dos precursores do romantismo alemão, como Herder, que elege a língua como apanágio da nação) e, ao mesmo tempo, ela foi também profundamente marcada pelo fato nacional, pois foi esse processo de constituição das nações que dotou o termo literatura de seu sentido moderno, qual seja, o de conjunto de textos que tratam da vida social e política de um país, desde a poesia aos documentos jurídicos.

Já o sentido estético da literatura é bastante novo e também ligado ao fenômeno nacional: a literatura passa a ser um conjunto de textos que representam legitimamente a *beleza linguística* de uma nação. Essas mudanças sócio-históricas, somadas ao advento da imprensa e do ensino público em larga escala, induzem a uma classificação de textos e

gêneros e à restrição progressiva do termo “literatura” aos textos com orientação estética. A literatura, como a concebemos hoje, nasce e decola no quadro nacional, resquícios desse fato estão no sistema de ensino que se organiza como uma historiografia de textos fundamentais que seguem o desenrolar da história nacional e nas classificações de biblioteca que estabelecem como grandes categorias a diferença entre literatura nacional e literatura estrangeira (THIESSE, 2009, p. 24).

A ideia moderna de literatura ganha também seus contornos por conta do papel fundamental que a invenção da imprensa tem na construção de novas formas de comunicação e na padronização linguística. No que concerne às técnicas de escritura e à literatura como obra, Sylvain Auroux afirma que a criação da imprensa (contemporânea da exploração massiva do planeta) assume um papel fundamental, pois permite a multiplicação do mesmo texto a um custo menor por exemplar, o que contribui para sua divulgação (AUROUX, 1992, p. 51). Segundo Anne-Marie Thiesse, o estabelecimento da ideia de nação coloca em primeiro plano uma série de artefatos técnicos como o relógio, o calendário, os mapas, o romance e a imprensa justamente porque esses instrumentos possibilitam a representação do todo imaginário que é a nação (THIESSE, 2009, p. 20).

Nesse mesmo cenário, Dominique Kalifa (2001 *apud* THIESSE, 2009) afirma que a idade das nações é aquela em que a imprensa entra na cultura de massa. Por meio desse aparato material que é a escrita reprodutível mecanicamente, a literatura difunde modalidades de percepção e de apreensão intelectual, ética e estética da sociedade moderna. Por outro lado, a emergência das identidades nacionais fomentadas na literatura rompe com o modelo clássico de imitação de um padrão, até então greco-romano, para considerar a *originalidade* como valor, uma originalidade validada pela autenticidade e pelo enraizamento da cultura no espírito nacional (THIESSE, 2009, p. 22).

Originalidade e estilo, beleza e exceção, passado e origem: todos valores construídos pela literatura. A imagem de língua como matéria-prima desses valores também é algo importante produzido pela obra literária. Essa é, a nosso ver, a *política linguística* da literatura: fazer da língua o barro em que se moldam sentidos específicos. Nossa tarefa como analistas do discurso é não deixar que os sentidos dessa condição a que a língua é alçada sejam tidos como evidentes, únicos ou transparentes.

Pontos de síntese e perspectivas

Tendo colocado essas três questões sobre e para a literatura, sistematizaremos algumas conclusões que consideramos fundamentais quando se dá consequência ao que pode ser uma análise do discurso literário.

Em primeiro lugar, levar em consideração a *materialidade da literatura* – o que nela há de específico, regular, típico – significa se situar ao mesmo tempo dentro e fora do texto, já que a construção da trama textual literária é determinada no batimento do sócio-histórico com o linguístico. Em outras palavras, não há dentro ou fora, pois falar em texto é já colocar a questão da exterioridade (sociedade, história, ideologia) como constitutiva da língua.

Já a discussão sobre o *estilo* literário deve ser situada para além do que é próprio de um autor, mas como aquilo que é próprio da língua e aparece como arte, poesia, junção sintática inesperada etc. É o funcionamento mesmo da linguagem que está em causa no processo de escritura literária. A língua literária não é mais nem menos poética do que a linguagem ordinária. A poesia não é o domingo do pensamento, nem é a infância da língua: a possibilidade da poesia é constitutiva do sistema linguístico, nos ensina Pêcheux. Nesse sentido, a metáfora da literatura como um *rito de recuperação do desvio*, como diz Barthes, seria um modo de fazer trabalhar o deslize como algo que é da ordem própria da língua. Considerar isso é um modo de questionar a literatura no campo do discurso considerando-a como uma forma específica da língua em funcionamento – e quando a língua funciona, ela falha necessariamente.

Dar consequência, enfim, para o político e o histórico constitutivos da literatura nos leva a investigar as concepções sobre o processo de escritura em uma dada sociedade. Se na modernidade, a ideia de literatura está ligada à emergência das nações, como podemos pensar a literatura na contemporaneidade? Como esse conjunto de textos que representa a unidade nacional e a beleza linguística de um país se coloca em relação ao processo de mundialização, por exemplo? Penso especificamente na literatura pós-colonial que guarda uma tensão entre libertação e submissão à língua do colonizador. Quais seriam as possibilidades de Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné – para ficar no contexto “lusófono” – produzirem literaturas nacionais, em suas línguas nacionais? Responder à demanda de integração às literaturas em língua portuguesa é, para os países descolonizados, se colocar numa posição determinada em relação à mundialização econômica. Vislumbre de sobrevivência? Dissolução político-cultural? Apagamento da tensão des-colonizadora?

Tomemos o poema *Anti-evasão*, de Ovídio Martins (1973), escritor cabo-verdiano:

Pedirei
Suplicarei
Chorarei
Não vou para Pasárgada

Atirar-me-ei ao chão
E prenderei nas mãos convulsas
Ervas e pedras de sangue
Não vou para Pasárgada

Gritarei
Berrarei
Matarei
Não vou para Pasárgada

Este texto será analisado em contraponto com o poema de Manuel Bandeira (1930),
Vou-me embora pra Pasárgada:

Vou-me embora pra Pasárgada
Lá sou amigo do rei
Lá tenho a mulher que eu quero
Na cama que escolherei

Vou-me embora pra Pasárgada
Vou-me embora pra Pasárgada
Aqui eu não sou feliz
Lá a existência é uma aventura
De tal modo inconsequente
Que Joana a Louca de Espanha
Rainha e falsa demente
Vem a ser contraparente
Da nora que nunca tive

E como farei ginástica
Andarei de bicicleta
Montarei em burro brabo
Subirei no pau-de-sebo
Tomarei banhos de mar!
E quando estiver cansado
Deito na beira do rio
Mando chamar a mãe-d'água
Pra me contar as histórias
Que no tempo de eu menino
Rosa vinha me contar
Vou-me embora pra Pasárgada

Em Pasárgada tem tudo
É outra civilização

Tem um processo seguro
De impedir a concepção
Tem telefone automático
Tem alcaloide à vontade
Tem prostitutas bonitas
Para a gente namorar

E quando eu estiver mais triste
Mas triste de não ter jeito
Quando de noite me der
Vontade de me matar
— Lá sou amigo do rei —
Terei a mulher que eu quero
Na cama que *escolherei*
Vou-me embora pra Pasárgada. [grifos nossos]

Os sentidos do poema de Ovídio Martins passam pela recusa da evasão na literatura, proposta pelo modernista Bandeira. Às vésperas da Revolução de 25 de abril, morando em Lisboa, o escritor e militante cabo-verdiano ressalta a necessidade da luta pela liberdade por meio da negação da influência literária brasileira e da recusa da idealização literária. A repetição do futuro verbal aponta para uma ruptura em relação à ação. Não só a ida para a quimérica Pasárgada é recusada, como se denega também o sentido volitivo e recreativo dos verbos de Bandeira. À *escolherei, terei, subirei, andarei, montarei, tomarei, Martini opõe pedirei, suplicarei, chorarei, atirar-me-ei, prenderei, gritarei, matarei*. Vê-se que os verbos do poema cabo-verdiano evocam revolta, luta, resistência, enquanto no poema brasileiro eles se relacionam ao lazer, à fuga idílica, à satisfação. Esse *paralelismo negativo* materializado na língua não deixa de ter relação com as condições discursivas de produção do poema: para as colônias portuguesas o momento é de contestação. Não ir para Pasárgada tem vários sentidos: ficar e lutar pela liberdade, ficar e não seguir uma visão apolítica de literatura, ficar e engajar-se *pelo* poema, mas ficar em língua portuguesa, não em crioulo, não em língua indígena, nacional... A ruptura não é absoluta, não é a-histórica, é aquela possível. E a negação, essa marca da e na língua, mostra a força de seu papel social: o de dar a ver novos sentidos sem apagar os velhos laços.

Assim deve ser considerada a literatura, a nosso ver: como uma questão, inseparável, da língua, da história e do político. Essa é a demanda que se coloca a partir das considerações que fizemos. E trazer esse debate me parece fundamental, do ponto de vista ético, para quem reflete sobre o discurso literário.

Referências

- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- BARTHES, R. (1966). L'analyse rhétorique. *In: Le bruissement de la langue: essais critiques IV*. Paris : Seuil, 1984.
- BARTHES, R. (1969). Le style et son image. *In: Le bruissement de la langue: essais critiques IV*. Paris : Seuil, 1984.
- BARTHES, R. (1973). La guerre des langages. *In: Le bruissement de la langue: essais critiques IV*. Paris : Seuil, 1984.
- KALIFA, D. **La culture de masse en France I: 1860 – 1930**. Paris, Éd. La Découverte, coll. « Repères », 2001.
- MARIANI, B. **Colonização linguística**. Campinas: Pontes, 2004.
- HENRY, P. (1975). **A ferramenta imperfeita**. Língua, sujeito e discurso. Trad. Maria Fausta Pereira de Castro. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- HENRY, P. (1984). A história não existe? *In: ORLANDI, E. (org.) Gestos de leitura*. Da história no discurso. Campinas: Ed. Unicamp. 1997, pp. 29-52.
- ORLANDI, E. (1988). **Discurso e leitura**. Campinas: Cortez, 2006.
- ORLANDI, E. (1982) Sobre tipologia de discurso. *In: A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 2003, p. 217-238.
- PÊCHEUX, M. (1975). **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- PECHEUX, M.; GADET, F. (1981) **A língua inatingível**. Campinas: Pontes, 2004.
- PÊCHEUX, M. (1982). Ler o arquivo hoje. *In: ORLANDI, E. (org.) Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, M. (1983). **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.
- THIESSE, A-M. Littérature et éducation au national. **Le français aujourd'hui**, 2009/4 n° 167, p. 19-26. DOI : 10.3917/lfa.167.0019



Rodrigo Oliveira Fonseca
DAS CONDIÇÕES DE
LEGIBILIDADE DA CONJURAÇÃO
BAIANA: A DESQUALIFICAÇÃO
DOS SUJEITOS

DAS CONDIÇÕES DE LEGIBILIDADE DA CONJURAÇÃO BAIANA: A DESQUALIFICAÇÃO DOS SUJEITOS

Um movimento com muitas denominações

Ao final do século XVIII, a América portuguesa vivia certas inflexões que só puderam ser grosseiramente resolvidas/ultrapassadas com o despacho da família real em 1808. A conturbada conjuntura internacional de guerras e revoluções estimulou um novo ciclo de alta da economia colonial de exportação, com especial destaque para o impacto da revolução haitiana em curso, que favoreceu diretamente a recuperação da indústria açucareira baiana pela desorganização das plantações em São Domingos, então o maior fornecedor à Europa de solução para as suas amarguras. Mas a revolução negra do Caribe produziu também ventos de esperança e choques de pavor. Para Robin Blackburn (2002 [1988], p. 408), em 1792 “a maioria dos proprietários de escravos e brancos foi tomada do medo das consequências de qualquer desafio revolucionário à metrópole”, relatando ainda o comentário de um viajante inglês que teria observado no Rio de Janeiro o fim da “magia secreta que faz o negro tremer em presença do branco”.

Nove anos após a Inconfidência Mineira, no ano de 1798, na negra cidade de Salvador², foi urdido um movimento de caráter republicano e revolucionário, que, por abordagens diretas, com viés de arregimentação, e colagem de cartazes manuscritos em locais de grande circulação, dirigiu-se ao “povo bahinense” conclamando-o para um levante

¹ Professor da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Pesquisador Associado do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens da Universidade do Estado da Bahia (PPGEL-UNEB); Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na modalidade de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional (DCR-BA), desenvolvendo pesquisa de pós-doutorado sobre as práticas discursivas em torno e a partir da Conjuração Baiana de 1798. É Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Vice-líder do Grupo de Estudos Pecheutianos (GEP), membro do Grupo de Estudos Interdisciplinares em Língua, Linguagem e Cultura (GELLC), e do Coletivo de Trabalho Discurso e Transformação (Contradit).

² Que era, então, a mais populosa cidade do império ultramarino português fora de Portugal, com 40 mil habitantes (SOUZA, 2012) ou 60 mil habitantes (TAVARES, 1975; JANCSÓ, 1996). De um modo geral, como se verá adiante, atualizei a ortografia dos recortes textuais e me absteve de ir pontuando cada referência historiográfica, esclarecendo que a principal fonte mobilizada para este texto são os *Autos da Devassa da Conspiração dos Alfaiates* (doravante ADCA, 1998). Dentre todos os historiadores do movimento de 1798, destaco, pela sua importância para o presente trabalho, Luís Henrique Dias Tavares, István Jancsó e Marco Morel.

armado que pudesse exterminar “para sempre o péssimo jugo reinável da Europa”. Sob notória influência da Revolução Francesa, que a cidade (portuária e cosmopolita) bem acompanhava em seus desdobramentos, os revolucionários baianos projetaram no horizonte a chegada do “tempo feliz da nossa Liberdade; o tempo em que todos seremos irmãos; o tempo em que todos seremos iguais”³, o que, em uma formação social escravista, não teria como deixar de produzir desentendimentos e ameaças análogas àquelas que incendiaram os sentidos e as relações de força dominantes de São Domingos, futuro Haiti.

Além das notícias que sistematicamente chegavam com os viajantes, vários escritos políticos franceses eram ilegalmente importados e traduzidos em Salvador, circulando de modo subterrâneo, sendo copiados de forma descentralizada (MOREIRA, 2009), lidos em voz alta em reuniões clandestinas, comentados em situações cotidianas de trabalho, e inspirando a composição de poemas sediciosos, que, com sua métrica e rima, podiam ser mais facilmente decorados, como este:

Igualdade, e liberdade,
No sacrário da razão,
Ao lado da sã Justiça
Preenchem o meu coração

Se a causa motriz dos entes
Tem as mesmas sensações
Mesmos órgãos, e precisões
Dados a todos os viventes;
Se a qualquer suficientes
Meios da necessidade
Remir deu com equidade,
Logo são imprescritíveis
E de Deus Leis infalíveis
Igualdade, e liberdade

Se este dogma for seguido,
E de todos respeitado,
Fará bem aventurado
Ao povo rude, expoliado.
É assim que florescido
Tem da América a nação.
Assim flutue o Pendão
Dos franceses, que a imitaram
Depois que afoitos entraram
No sacrário da razão

3 No texto *Palanques de enunciação do movimento revolucionário baiano de 1798* (Fonseca, 2013a), analiso este recurso sintático e enunciativo, que desenha um horizonte de expectativas de ruptura e constrói a figura do porta-voz sob diferentes modalidades.

Estes povos venturosos
 Levantando soltos os braços,
 Desfeitos em mil pedaços
 Ferem grillhões vergonhosos,
 Juraram viver ditosos,
 ISENTOS da vil cobiça,
 Da impostura, e da preguiça,
 Respeitando os seus Direitos,
 Alegres, e satisfeitos
 Ao lado da sã Justiça.

Quando os olhos dos baianos
 Estes quadros divisarem,
 E longe de si lançarem
 Mil despóticos tiranos,
 Quão felizes, e soberanos,
 Nas suas terras serão!
 Oh, doce comoção
 Experimentem estas venturas,
 Se elas, bem que futuras,
 Preenchem meu coração⁴.

Além das referências diretas ao ideário de liberdade, igualdade e fraternidade, essa influência francesa se manifestou sob diversas formas, como no modo de designar possíveis apoiadores do levante (“cara de francês”), de se vestir (“este trajar é francês”), de anunciar um novo tempo (“muito breve verá vossa mercê tudo francês”), no léxico empregado nos papéis sediciosos (“dieta” para falar de *assembleia*, e mesmo “rei” no lugar de *rainha*⁵), no modo como a Coroa designava atividades subversivas (“francesias”), em articulações políticas com militares franceses (caso de um comandante que, após passar pela cidade e reunir-se com os revolucionários baianos, teria proposto ao Diretório o envio de 1800 homens para apoiar o levante em Salvador). Sem que “ser francês” implicasse em antagonismo efetivo com “ser português”, numa mera troca de senhores, tratava-se, antes, de uma produtiva equivocidade, que permitia a um conjunto de sujeitos baianos trabalhar o

4 Segui a transcrição que consta nos ADCA (1998, v. 1, pp. 619-620), no momento em que perguntam ao soldado Lucas Dantas se ele conhecia a décima que “insinuava bem o partido da liberdade”, ao que ele responde “perfeitamente”. Em um dos versos, optei pela transcrição de Luís Henrique Dias Tavares (2003, pp. 46-47): “expoliado” no lugar de “e polido”, na segunda décima. Mas não descarto a possibilidade de se dizer que se todos seguissem e respeitassem o dogma da igualdade e da liberdade, o povo rude tornar-se-ia bem aventurado e polido.

5 Podemos pensar aqui em falha da repetição? Dos 10 cartazes sediciosos recolhidos no julgamento, em um aparece “Rei”, em outro “Rainha”. Os revolucionários faziam circular entre si textos franceses que podem ter servido de matriz direta para os cartazes. É verdade que D. Maria I, tomada por louca, já tinha sido afastada desde 1792 de suas funções, mas D. João VI manteve-se como príncipe regente, muito distante da condição de se “firmar no trono”, pois não havia ascendido à condição de rei, o que aconteceria apenas em 1816 no Rio de Janeiro.

impossível de sua integração na sociedade política colonial, o impossível do igualitarismo republicano numa ordem escravista (FONSECA, 2013b).

Em minha tese de doutorado, abordei alguns destes desentendimentos, sua dimensão política, contingente, e discursiva, em sua base histórica e linguística, em meio a uma difícil estratégia voltada à interpelação de escravistas e escravizados, e que para isso lançou mão de um conjunto de interdições, entredizeres e diluições (FONSECA, 2012a). No presente artigo, começo a abordar um aspecto não analisado na tese e que é motivo de divisões e desconhecimento: a profusão de denominações do movimento de 1798 e as suas grades ou séries de legibilidade, que fazem com que o acontecimento seja inscrito de um modo ou de outro.

Além de um levantamento dessas denominações, que trabalham a sua singularização e absorção na memória histórica, abaixo sublinhadas, pareceu-me pertinente pinçar algumas de suas qualificações, que o predicam como elemento pouco ou nada discreto, em itálico. Vejamos:

- *Odiosa empresa*, para o governador Fernando José de Portugal, logo em 1798.
- *Sedição de mulatos*, segundo os desembargadores da devassa (processo), em 1799.
- *Sublevação*, para o Frei José do Monte Carmelo, que acompanhou os últimos momentos dos revolucionários condenados à força e à decaptação em 1799.
- *Insubsistente sublevação*, segundo Luís dos Santos Vilhena, cronista e professor régio⁶ de grego na Bahia, em 1799.
- *Ação heróica* para Diogo Gellington, falsário inglês e sócio de José Borges de Barros⁷, em 1803.
- *Francesia formada pelos homens pardos da cidade da Bahia no ano de 1798* é o título de um ensaio anônimo, talvez de 1810.
- *Uma das conjurações parciais que publicizou a doutrina democrática* foi o entendimento do Padre Joaquim Dias Martins, no Recife de 1823.
- Conspiração de João de Deus, *conspiração de caráter socialista, um arremedo da Revolução*

6 Ou seja, professor do *sistema público* da época.

7 Um dos revolucionários baianos de 1798 que conseguiu fugir do país. Primeiramente ele foi para Portugal e depois para a Inglaterra, onde se envolveu com o negócio da falsificação de dinheiro, visando, segundo István Jancsó (1997, p. 412), arrecadar fundos para a revolução na Bahia.

em São Domingo para Varnhagen, em 1853, e também para o cônego Pinheiro, em 1860, repetidos ainda, em 1926, por Austriciano de Carvalho.

- *Conciliábulo composto das fezes da população bahiana, sem bases determinadas, reunidos em um lugar público e terminado em um botequim* é a caprichada definição do cônego Fernandes Pinheiro, em texto de 1860.
- Sedição de 1798 na Bahia, com *princípios jacobinos*, segundo José Carlos Ferreira, em 1900.
- Inconfidência Baiana, *conspiração republicana*, para Braz do Amaral, em 1926.
- Conspiração dos Búzios, *conciliábulo de 1798*, para Viriato Correia, em 1932.
- *Primeira revolução social brasileira* é o título do livro de Affonso Rui, lançado em 1942.
- Movimento Revolucionário Baiano de 1798, o de Luís Henrique Dias Tavares, de 1961.
- Movimento Democrático Baiano de 1798 o de Katia Mattoso, de 1969.
- Revolta dos Búzios, Conspiração dos Alfaiates, Revolta dos Alfaiates, Conjuração Baiana os quatro nomes para o movimento que circulam contemporaneamente.

Mesmo não estando completa, esta é uma boa mostra dos modos de referenciar, produzir certa visibilidade/invisibilidade e qualificar/desqualificar os planos de levante que circularam pela capital baiana em fins do século XVIII. Mas por que essa diversidade? Será diversidade? Dificuldades e divisões na captura do real pela letra? Rasuras e apagamentos na memória? *Já-ditos* que não precisam ser reformulados? *Não-ditos* que ainda não fazem muito sentido?

Um dos cuidados para enfrentar estas questões é pensar a história como um conjunto de realidades contraditórias e não completamente unificadas entre si, ou seja, *processos*, que a despeito de serem interdependentes e sofrerem dominâncias, nunca o são e nunca o sofrem da mesma forma, sendo atravessados por tempos e ordens distintas⁸. Assim, algo

8 Sobre esse ponto é interessante ver o cotejamento que o historiador alemão Peter Schöttler (1993) produz entre os desafios do conhecimento histórico na obra de Althusser e os trabalhos desenvolvidos pelos historiadores franceses da Escola dos Annales. Afora as convergências em torno da escrita científica da História se caracterizar como *história-problema*, e da descontinuidade entre ciência da História e filosofia da História, Althusser pontuava a insuficiência do reconhecimento da existência de diferentes temporalidades e ritmos, defendendo a análise e conceituação dessas diferenças, suas relações internas, e a existência de temporalidades e ritmos invisíveis e não mensuráveis sob a superfície de cada tempo visível.

que possa parecer completamente perdido em meio a uma série, como “ação heróica”, poderá ser, antes, elemento de uma outra série, e de uma outra ordem a demandar agenciamentos e sentidos de outros e com outros sujeitos históricos. Com base nessa compreensão, começo, no presente texto, a explorar as condições de legibilidade (PÊCHEUX, 2010 [1983]) do movimento baiano de 1798, e o faço partindo de uma das primeiras e mais fortes séries que se instauram sobre ele: a que desqualifica os seus sujeitos.

Para nunca mais se edificar

Os revolucionários baianos de 1798 foram amaldiçoados pelo Estado. Nas sentenças condenatórias dos dois processos abertos⁹, após mais de um ano de investigações, apreensões, depoimentos, acareações, prisões e prováveis torturas, a Coroa ordenou que se conservasse para sempre a lembrança da infâmia dos inculpados. No caso da condenação de Luís Gonzaga das Virgens – soldado mulato de 38 anos, nascido livre, obstinado desertor e escritor de petições que eram motivo de risos de seus superiores (JANCÓS, 1997, p. 398) –, tido como o autor dos cartazes (através de um exame de comparação de letras), o termo de conclusão do processo ordenou que fosse declarada “infame a sua memória, de seus filhos e netos, mandando outrossim que sendo própria a casa da sua habitação, seja demolida e salgada para nunca mais se edificar” (ADCA, 1998, v. 1, p. 176).

Mas o Estado não se limitou a ordenar difamações. Através de um espetáculo mórbido, iniciado às nove horas da manhã e terminado às três da tarde do dia 08 de novembro de 1799, o império português e seus agentes locais tentaram apagar qualquer memória heroica, positiva, prosaica ou pontual daquele movimento. Desde 1728 sem notícia de enforcamentos na província baiana (RUY, 1970 [1942], p. 134), uma multidão, que não devia estar formada apenas por habitantes mas também por muitas pessoas de passagem por Salvador, assistiu o cortejo fúnebre de nove presos acorrentados pelos pés e pelas mãos e outros dois que, recusando-se a caminhar, foram amarrados a cadeiras e carregados (por uns tantos sujeitos escravizados) em direção à novíssima forca na *Praça da Piedade* (sic). Esta era mais alta e imponente do que a antiga, instaurada no Campo da Pólvora, que, misteriosamente incendiada dois anos antes, havia sido transformada em suporte para “ludibriosos pasquins”, no dizer do cronista Luís dos Santos Vilhena.

9 Um para descobrir o autor ou autores dos papéis sediciosos e outro para verificar “fatos conexos”.

Após muitas chicotadas, seguidas de mais chicotadas, algumas orações, e mais chicotadas, deu-se finalmente a reinauguração daquele equipamento público com quatro dos onze mulatos pobres condenados¹⁰ por, entre outras coisas, não poderem “suportar em paz a diferença de condições e desigualdade de fortunas de que se compõem a admirável obra da sociedade civil, compensada por recíprocas vantagens e generalidades de direitos” (ADCA, 1998, v. I, p. 161).

Os enforcados foram Luís Gonzaga das Virgens e Veiga (que após o enforcamento teve as mãos e a cabeça fixadas no alto da forca), Lucas Dantas do Amorim Torres (soldado e marceneiro nas horas vagas, 25 anos, nascido no cativo e alforriado, teve a cabeça exposta no alto de um poste no Campo do Dique do Desterro, um dos lugares em que os revolucionários se reuniam), João de Deus do Nascimento (mestre alfaiate, 28 anos, nascido livre, cabeça exposta na frente de sua oficina, outro local de reuniões) e Manuel Faustino dos Santos Lira (aprendiz de alfaiate, 24 anos, analfabeto, alforriado, que quando do estouro da repressão tentou se refugiar na casa do proprietário de sua mãe¹¹; teve quadris, coxas e pernas distribuídos pela cidade). O detalhe de terem decepado e exposto as mãos de Luís Gonzaga das Virgens me faz repetir: foi ele o acusado de escrever os papéis espalhados pela cidade.

Salvador deveria ficar assim, com aquela lembrança da brutal punição até o consumo pelo tempo daqueles corpos (e sonhos) em pedaços. A força das imagens e dos odores tétricos deveria apontar para todos os outros envolvidos – eram muitos - o destino reservado a quaisquer tentativas semelhantes. Mas a intervenção dos irmãos da Santa Casa,

10 Os outros sete, todos mulatos (e, entre eles, dois escravizados) tiveram de assistir tudo, e foram sendo banidos, individualmente, para regiões da costa africana distantes das conquistas portuguesas (o que também deve ter significado a sua morte). Além destes, também foram punidos um escravizado que deveria permanecer por 5 anos na África, mas que “se perdeu” (foi vendido) no Rio de Janeiro; dois escravizados que, após receberem 500 chibatadas (cada), foram vendidos para proprietários do Rio Grande do Sul; e um grupo de cinco livres, todos brancos, no qual um foi para o presídio de Fernando de Noronha; um ficou preso em Salvador por mais um ano e outros três ficaram presos em Salvador por mais seis meses. Os treze réus restantes foram absolvidos. Todos eles brancos.

11 Manuel Faustino e Lucas Dantas, além de serem os dois libertos/alforriados do grupo dos enforcados, foram também aqueles que tentaram o suicídio durante o período em que estiveram presos. Segundo relato de Frei José do Monte Carmelo, integralmente transcrito em Tavares (1975, pp. 123-137), Manuel Faustino tentou matar-se três vezes: ingerindo veneno, enfiando um prego de 4 polegadas sobre o lado esquerdo do peito e, por último, após saber da sentença, asfixiando-se com um pano. Lucas Dantas tentou suforcar-se introduzindo uma colher na garganta.

as preocupações quanto à saúde pública e o forte cheiro espalhado pela cidade, conseguiram interromper o “espetáculo do poder” cinco dias após as execuções¹².

Planos, projetos e projeções

A Conjuração Baiana – para usar a marca academicamente consagrada – é assim um daqueles acontecimentos que, em sentido estrito, não aconteceram, foram violentamente abortados em sua gestação. Nesse campo podemos citar a Inconfidência Mineira, que lhe antecedeu em nove anos, como podemos citar, trazendo o foco para o século passado, as Reformas de Base de João Goulart e a Guerrilha do Araguaia. Nada disso aconteceu, e os procedimentos abortivos atuantes em cada caso envolveram a aplicação de altas doses de coerção e consenso, violência e convencimento, amalgamadas ao gosto dos tempos.

Mas não é só por sofrerem intervenções dessa ordem que planos, projetos e projeções não acontecem. Cada um de nós, como gestor de nossas próprias passagens-tropeços, sabe disso. Historicamente, para encurtar o caminho, um contra-exemplo radical é o Brasil, na sua reconfiguração republicana de 1889, da inspiração positivista dando à bandeira *Ordem e Progresso*. Esse Brasil aconteceu? O que o impediu de? O que sutura as suas faltas para que possamos imaginar a sua continuidade, ainda que esgarçada? Estamos, assim, no terreno complexo da memória social e, para além de se pensar a inscrição e a não-inscrição de um acontecimento nas suas séries, podemos chamar a atenção para as formas instáveis e ambivalentes de singularizar e arquivar acontecimentos – seja para silenciá-los (*odiosa empresa, conciliábulo, insubsistente sublevação, Conspiração de João de Deus*), seja para falar no seu lugar (como em *Revolta dos Alfaiates* e *primeira revolução social brasileira*), seja para poder falar com eles, a partir do que eles disseram (empunhando-vocalizando suas armas-palavras e traduções, *levante republicano, revolução bahinense, partido da liberdade, etc.*).

Enquanto analista do discurso, e mediante o trabalho e desafio de emprestar a voz aos sujeitos emudecidos nos arquivos, angustia saber que, mesmo buscando na história a

12 Pelos ADCA (1998, v. 2, p. 1203), o despacho do governador foi realizado no dia 12 de novembro de 1799, ordenando a retirada dos “quartos e cabeças dos infames Reos Lucas Dantas d’Amorim e João de Deus do Nascimento, como também a cabeça do outro Reo Manoel Faustino dos Santos Lira dos logares da cidade em que se achão portadas”. É de se notar, no despacho do governador, a ausência de qualquer referência aos vestígios de Luís Gonzaga. Terão ficado mais tempo como punição pelo que foi escrito por aquelas mãos?

terceira modalidade de subjetivação¹³, libertária, e operando como uma espécie de tradutor metonímico, que visa prolongar o alcance de seus dizeres¹⁴, não estaremos jamais livres das substituições e silêncios, das rasuras e apagamentos, muitas vezes como a própria condição para ler e *suportar* o que venha a ser lido. Afinal, aqueles baianos buscaram interpelar outros tantos sujeitos para assumirem o seu papel frente à *chegada do tempo feliz de nossa liberdade, onde seríamos felizes para sempre, com abundância e igual paralelo de uns para os outros, sem prejuízos de quaisquer tipos para pretos e mulatos*. Como se pode ler, indiferentemente, que esse tempo foi anunciado em 1798 numa cidade que, nas primeiras semanas de 2015, foi palco da execução de 12 jovens negros numa única operação policial, e é uma das campeãs em racismo e desigualdade no país, mesmo sendo a mais negra das negras e mestiças cidades do Brasil?

As transformações institucionais, e mesmo as das relações de poder e produção, nunca ofereceram à Conjuração Baiana um traçado edificante, ao estilo das obras de um Pedro Américo, e nem enciclopédico e distanciado, ao estilo de um Debret. Somente um romance histórico, algumas peças teatrais, literatura de cordel, canções, e produções cinematográficas¹⁵ foram realizadas, mas é pouco e tem tido pouco alcance, no tempo chapado e presentista que nos domina.

Será que ainda não chegou o tempo (feliz) para que o movimento baiano de 1798 se imponha à memória histórica? Será que ele está contido, sendo transformado e ressignificado, em outras temporalidades e ritmos - “subterrâneos, invisíveis e não mensuráveis”? Para Luís Viana Filho (2008 [1938], p. 27) a única distinção entre o movimento baiano e a Inconfidência Mineira e a Revolução de 1817 em Pernambuco é que estes foram movimentos “de cima para baixo”: “A nação se comoveu mais com o sacrifício dos intelectuais mineiros e pernambucanos do que com o enforcamento dos humildes baianos de 1798, e, por isso, depressa esqueceu a estes”. Que processos “de baixo para cima” são necessários para que se estabeleçam novos enquadramentos? Segundo Michel

13 Referência à teorização de Michel Pêcheux (1997 [1975]) acerca das três modalidades ou formas elementares de desdobramento entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal das formações discursivas: identificação, contra-identificação e desidentificação. Sobre o tema, são sobretudo estimulantes as discussões desenvolvidas por Indursky (2008) e Beck & Esteves (2012).

14 A ideia de “tradução metonímica” para uma determinada forma de operação científica (e política) ainda está por ser devidamente desenvolvida, mas posso indicar que surgiu da leitura de Mónica Zoppi-Fontana (1997), no ponto específico em que ela aborda os processos metonímicos e metafóricos em torno da figura do porta-voz.

15 Material esse que será mobilizado na continuidade da pesquisa sobre a legibilidade da Conjuração Baiana.

Pêcheux (2010 [1983], p. 52), o que pode perturbar a memória e desmanchar uma regularização discursiva é o *acontecimento discursivo*, suscetível de, retrospectivamente, produzir uma nova série sob a desregularização de uma série anterior. Retornarei a este ponto no final para dizer que essa “solução teórica” é insuficiente e desconsidera a práxis dos sujeitos históricos.

Existe uma interessante disputa, silenciosa, pela designação do movimento nos dias atuais. Por um lado, através da tradição escolar e dos aparelhos culturais baianos, nutre-se o signo dos *Alfaiates* – revezando entre Conspiração e Revolta dos Alfaiates –, profissão em aberta extinção, o que ajuda a circunstanciar de modo exótico, memorizar e afastar o acontecimento do tempo presente, após superdimensionar a presença de uma categoria profissional que, mesmo estando presente (ao lado de outras), no final das contas, não se colocou em meio ao movimento enquanto categoria profissional. Por outro lado, de modo menos memorialista e mais político, o movimento negro trabalha a simbologia dos *búzios*, moeda de troca na África daqueles tempos e um suposto artefato de identificação entre os revolucionários, usado no pescoço, preferindo assim Revolta dos Búzios – o que superdimensiona, não digo a dimensão negra do movimento, a forte presença de afrodescendentes nas suas fileiras, o que é incontestável, mas a sua politização enquanto tal¹⁶. É curioso ver como Viriato Correia, o jornalista que em 1932 cunhou a denominação “Conspiração dos Búzios”, se refere à sua criação: “Se eu tivesse autoridade daria ao conciliábulo de 1798 a pitoresca denominação de *conspiração dos búzios*” (cf. TAVARES, 2003, p. 33). Por fim, a academia, para agrupar o movimento no conjunto das revoltas e sedições daquele período, como para mobilizar o termo jurídico empregado à época, *conjuração*, sinônimo de “conspiração”, consagra a denominação Conjuração Baiana.

Esses desencontros marcam a diversidade dos sujeitos que se apropriam da memória do 1798 baiano, e uma atenção especial sobre algumas das primeiras designações pode jogar luz no problema de fundo que está posto – e que não me parece restringir-se aos aparelhos ideológicos que se apropriam do tema e o reelaboram. Não será realizada a seguir, como ficará claro, uma análise do discurso, nos moldes dos procedimentos (re)estabelecidos em 1975 por Michel Pêcheux e Catherine Fuchs e sintetizados no Brasil

16 No texto *Heranças da Conjuração Baiana: confrontos em torno da igualdade* (FONSECA, 2013c), esboço a diferença entre o igualitarismo *color-blind* de 1798 – segundo expressão e compreensão de Hendrik Kraay (2003) – e processos ideológicos de afirmação racial que se desenvolveram em torno da crise política da independência, “resolvida” com o golpe da maioria. O igualitarismo de 1798 passava pela afirmação das diferenças raciais ou de cor enquanto tópica de denúncia, mas não de uma política identitária.

por Eni Orlandi (2001), e sim um trabalho que visa servir à montagem de *corpora* e elaboração de hipóteses de investigação. Sigo, assim, buscando remexer a relação entre os estudos históricos e do discurso, reagindo ao diagnóstico de que

[...] na tensão entre a Língua e a História a balança evidentemente pendeu – sem que isso implicasse esterilidade – para o lado da Língua (COURTINE, [1992] 2006, p. 41), de modo que a dimensão instrumental e positiva própria da lingüística seduziu e pesou mais que a dimensão crítica-heurística dos estudos históricos (FONSECA, 2012b, p. 261).

Enquanto analistas do discurso perseguimos os processos de referenciação, a constituição discursiva dos referentes¹⁷, aquilo que se esconde e se revela em meio a posições e posicionamentos diferentes, divergentes e antagônicos, e que demanda sempre investigação nas bases da materialidade lingüística e histórica. As diferentes modalidades de inscrição da Conjuração Baiana de 1798 no espaço da memória social funcionam como interdições e censuras, mas *também* como prenúncios e exemplaridade, sem que se possa imaginar aí algum “jogo de soma zero”, sem contradições, ambivalências e atravessamentos. A seguir, me proponho a reter alguns dos primeiros gestos narrativos e modalidades de inscrição, visando apreender seus elementos catalisadores.

A insubsistência dos sujeitos

Em meio ao processo/devassa de trinta e duas pessoas que teriam participado dos planos de um levante republicano na cidade de Salvador em 1798, José Barbosa de Oliveira, advogado da então poderosa Santa Casa de Misericórdia, escolhido para fazer a caridade de defender aqueles réus, tentou esclarecer que eles não poderiam ter

[...] intenção alguma de promover um levantamento e sedição contra o Estado, com o fim de estabelecerem um Governo Democrático; pois que se os embargantes [réus] eram uns oficiais de alfaiate, outros de pedreiro, outros soldados rasos, escravos e de menor idade, todas pessoas de baixa-ralé, *faltava-lhes as luzes necessárias e a sabedoria ou conhecimentos para poderem estabelecer um governo daquela qualidade*, que pede leis especiais, e a cujo estabelecimento não podia chegar a inferior qualidade e abjeta condição dos embargantes (ADCA, v. 2, p. 956, o grifo é meu).

17 A teoria do discurso de Pêcheux mobiliza o anti-subjetivismo das pesquisas de Gottlob Frege, na distinção entre sentido e referência, e no exame das sentenças subordinadas, que apresentam partes de pensamentos não diretamente afirmados nas sentenças. Ver, a esse respeito, Mariani (1998, pp. 107-119), e também Baldini (2011).

No decorrer da longa defesa, o bacharel reitera o seu “horror” diante do delito praticado, cabendo-lhe provar que os réus não tinham envolvimento. Oliveira afirma que faltavam “as disposições que eram concernentes ao horrível estabelecimento da Democracia” (p. 957). Em outros momentos, afirma que, sem armas ou disposições, não se podia cometer o horroroso delito de sublevação em uma cidade tão populosa e capital da América (p. 953), e que os papéis que se espalharam pela cidade não se puseram em execução e não tiveram resultados (p. 959). E ainda:

[...] por esses mesmos Editais e Cartas se faz evidente que tudo isto era produto de uma ociosidade e vadição, para por esse modo inquietarem, como costumam fazer os ociosos e vadios, o sossego público desta Cidade e dos seus moradores, e não porque quisessem nem ainda pudessem realizar o que neles se continha. [...] E sendo assim bebedeira e rapaziada, falta totalmente a certeza de que se pretendia pôr em execução semelhante projeto (ADCA, v. 2, p. 959).

Os réus ainda são acusados, pela defesa, de serem ignorantes, sem respeito, levianos, sem juízo ou loucos (p. 960).

Para expor a dimensão catalisadora dessa inscrição do movimento de 1798 na memória histórica, que lhe confere o caráter de vetor a instituir uma série e permitir a montagem de um *corpus* de análise do discurso, produzo um salto no tempo até 1937, sobre a *História Secreta do Brasil*, do integralista e antisemita Gustavo Barroso. Acompanhando o que diz Affonso Ruy (1970 [1942], p. 168, o grifo é meu),

Gustavo Barroso reconheceu que na revolução dos alfaiates se revelam bem as tendências socialistas não só pelos atos como pelas *palavras mal ouvidas e nunca absorvidas pelos convencionais baianos, incapazes de compreender a palavra liberdade* que lhes deslumbrando mentes primárias os pendurou na forca.

Saltando um pouco mais no tempo, temos o verbete *Conjuração dos Alfaiates* do Dicionário do Brasil Colonial, do ano de 2000, que retoma em parte as avaliações de José Barbosa de Oliveira e de Gustavo Barroso, ao se afirmar que

[...] uma simples comparação da tradução de um dos textos franceses apreendidos entre os conjurados com o seu original, se não deixa dúvida quanto à participação de letrados na difusão das idéias em voga na Europa, evidencia *as dificuldades para que fossem compreendidos pela população da colônia*, dado o abismo cultural entre a Bahia da sedição e a França da Revolução (VAINFAS, 2000, p. 142, grifo meu).

Vemos que, mesmo na escrita historiográfica, repete-se que aqueles revolucionários baianos (ou mesmo todos os habitantes da colônia!) seriam incapazes de compreender o programa defendido nos seus cartazes. É o que também sugeriu o historiador baiano, e uma referência no movimento negro, Ubiratan Castro de Araújo, ao dizer que “o modo como [as palavras e idéias francesas] foram usadas demonstra que os revolucionários populares que as utilizavam não entendiam muito bem o seu significado” (ARAÚJO, 1999, p. 15)¹⁸.

As inocentes utopias e os instintos ferozes da plebe

Uma variação dessa mesma série pode ser vista através de algumas passagens do artigo escrito pelo cônego Pinheiro (Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro), em 1860, para a “Revista Popular” - periódico voltado à divulgação científica, publicado entre 1859 e 1862. Pinheiro segue em linhas gerais a narrativa escrita alguns anos antes por Francisco Adolfo de Varnhagen, mas lhe acrescenta venenos como também alguma dignidade aos revolucionários, ou melhor, algum caráter político ao movimento: aqueles planos de levante até poderiam “terminar em botequim”, pela sua insubsistência, mas não poderiam mais ser compreendido como fruto de “bebedeira e rapaziada”, num gesto de sabedoria mais fácil de ser sustentado à distância dos acontecimentos analisados. Seu artigo se insere nas linhas gerais estabelecidas por Von Martius em 1843 para a escrita da história do Brasil¹⁹, e como tal, não lhe cabia dissipar todos aqueles elementos que ao advogado de defesa dos conjurados adquiriam uma feição horripilante.

Fincando-se na série que sublinha a insubsistência dos sujeitos do movimento de 1798, o cônego Pereira (1860, p. 219) afirma que “a má interpretação das ideias dominantes na revolução francesa, originada pela ignorância dos chefes visíveis da conjuração, davam-lhe

18 Não sustentamos, de forma alguma, que a historiografia produzida sobre o movimento de 1798 por Ubiratan Araújo, recentemente falecido, seja redutível a, ou compreensível por esta inscrição de seu texto nesta série narrativa que busco identificar. Em minha tese de doutorado (FONSECA, 2012a), tento contrapor à perspectiva de “incompreensão” das ideias – e de “insubsistência” dos sujeitos – os conceitos de desentendimento (em Jacques Rancière), deslocamento (em Michel Pêcheux) e reformulação (em Régine Robin). Pela posição teórica que sustento, simplesmente não há prática política sem desentendimento, deslocamento e reformulação.

19 Através de seu texto “Como se deve escrever a história do Brasil”, premiado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Karl Freiderich Phillipe Von Martius influenciou significativamente a escrita da história nos anos seguintes, estabelecendo pressupostos filosóficos, reflexivos e filantrópicos para o trabalho do “verdadeiro historiador”. Ver Manoel Luiz Salgado Guimarães, *Livros de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

uma cor socialista, pouco própria para angariar-lhes as simpatias das classes mais ilustradas e influentes da população”.

A novidade a ser destacada é a existência, em meio àquele movimento, de algo que não pode ser menosprezado, dispensado por alguma má interpretação e ignorância de seus agentes. Logo no início do artigo, Pereira (1860) refere-se aos quatro enforcados como *alucinados que expiavam seus sonhos de liberdade e independência*. Em 1860, a lembrança desse ponto do programa, a independência, mesmo que na forma de independência da Bahia, ao lado do substantivo “sonho”, implode o aprisionamento discursivo dos planos de levante num quadro de marginalização absoluta. Além disso, Pinheiro elenca outros vários pontos da “Conjuração de João de Deus”, como ele chama: abertura dos portos aos navios estrangeiros; extinção dos tributos e monopólios; suspensão da clausura monacal, dando liberdade aos frades e freiras para saírem dos conventos; aumento dos soldos da tropa; aptidão dos homens de cor aos mais elevados postos das milícias; liberdade de todos os escravos. E continua:

[...] Ao lado dessas medidas, que poderiam ser tachadas de inocentes utopias, haviam outras que revelavam os instintos ferozes da plebe, e que tanto fazem-nos temer o seu domínio. Assim, por exemplo: falavam os conjurados no assassinato das principais autoridades, excetuando-se o governador, que por um singular delírio julgavam seu cúmplice, pretendendo colocá-lo à frente de sua quimérica república. Não esqueciam também a terrível ameaça do saque que como a espada de Dâmocles está sempre suspensa sobre a cabeça dos ricos suspeitos de não partilharem dos princípios revolucionários (PINHEIRO, 1860, p. 220).

É significativo que, justo nesse momento do texto, Pinheiro faça referência mais contundente ao extrato social dado como o preponderante da conjuração, a *plebe*. No Império brasileiro, constituiu-se uma perfeita hierarquização de três mundos: o povo, apto a participar da política; a plebe, a ser controlada e disciplinada, e os escravizados, o mundo do trabalho (MATTOS, 1994; PEREIRA, 2011). Afinal, não bastava – e não basta – ser juridicamente “livre” e muito menos “falante”, “pensante” e humano, para ser parte da *polis*, da comunidade dos que podem decidir os rumos nacionais. Além disso, no Brasil do século XIX, há uma espécie de ressentimento das classes dominantes e dos segmentos médios em relação à escravidão, que comprometia o ingresso do país na modernidade política e a constituição de um *povo brasileiro*, para quem trabalho não fosse *coisa de negros*. Segundo Francisco Falcon (2000, p. 38), as elites políticas e intelectuais se dividiam entre acreditar que o verdadeiro povo brasileiro só se constituiria no futuro, quando os efeitos da

escravidão estivessem superados, e acreditar que ele já estava constituído, mas era restrito à população livre e europeizada²⁰.

Esta é outra forma de apreender as distâncias entre “inocentes utopias” e instintos “ferozes da plebe”, no modo como aparecem no texto do cônego Pinheiro. Entendo que um dos problemas maiores para o autor se deve à anulação destas distâncias, à politização da plebe, cuja responsabilidade deveria ser posta não sobre os ombros daqueles alucinados que pagaram caro por seus sonhos... Após falar dos *conciliábulos compostos das fezes da população baiana, terminados em botequim*, e que o movimento fora uma *burlesca farsa*, Pinheiro considera que as penas foram exageradas, dado que não tinham um chefe de fato (ou este permaneceu intocado e na penumbra). Com ares de sabedoria, diz que “o descontentamento popular originado pelos erros dos governantes fornecerá sempre o elemento vivaz de todas as revoluções”, e que “difícil, senão impossível, é sublevar um povo feliz, que vive sob o regime de sábias e justas leis”.

Vendo dialeticamente, Pinheiro escreve estas linhas como elogio à estabilidade política do Segundo Reinado (ao menos até a década de 1870) e como crítica ao período colonial. Devemos considerar o impacto sobre as consciências dos historiadores do Império os anos de descontentamento popular aberto nas crises da Independência, do Primeiro Reinado e do período regencial. Frente às diversas manifestações de rua, revoltas e rebeliões que atravessaram a primeira metade do século XIX, os processos de desqualificação constituíam aliados fundamentais da repressão. Nesse sentido, como em outros, a história do Império é uma verdadeira ponte entre as modalidades de manutenção das desigualdades do período colonial, embebidas pelo tradicional paternalismo do Antigo Regime, e aquelas do período republicano, marcadas pelo liberalismo elitista. Os jornais liberais de linha moderada, nos anos 1830, acusavam as agitações populares de rua e seus integrantes de muitas coisas: sediciosos, plebe, indivíduos da população de ínfima classe, auxiliados e insuflados por exaltados, assanhadores, que distribuíam “punhais envenenados, instrumentos assassinos de nova invenção por negros, e pardos de pés descalços, por escravos” (jornal *Aurora Fluminense*, de 7 de outubro de 1831, citado por PEREIRA, 2011, p. 108).

20 Podemos apreciar essa mesma divisão acompanhando, por um lado, os argumentos de Von Martius – o Brasil era “um país que tanto promete” (ie, um *país do futuro*), em razão também de que se preparava “na última classe da população brasileira essa mescla de raças, que daí a séculos influirá poderosamente sobre as classes elevadas, e lhes comunicará aquela atividade histórica para a qual o Império do Brasil é chamado” (GUIMARÃES, 2010, p. 65) – e por outro, a ideia vigente desde o século XVI de que o Brasil podia ter uma população, mas não um povo (SCHWARTZ, 1999), o que instituiu um antiquíssimo discurso que se manifesta em piadas como aquela em que o sujeito agradece a Deus por este não ter dado ao Brasil terremotos, vulcões e furacões, ao que Deus lhe responde: mas não se esqueça do povo que eu lhe dei...

Vemos assim que à esquerda e à direita do Estado imperial brasileiro, com os liberais e com os conservadores²¹, o problema de fundo que se coloca tanto para o movimento de 1798 como para as agitações do século XIX, é a anulação, o desentendimento, a porosidade e/ou os atravessamentos entre as distâncias povo-plebe-escravizados.

A pátria democrática

Por fim, algo que aponta para uma outra série (e para a continuação do presente trabalho), sem que, para isso, a série anterior sofra algum tipo de desregularização. Não é possível, no estágio atual da investigação, falar de *acontecimento discursivo* e constituição de uma nova *formação discursiva*, já que ainda se está no momento da configuração de séries arquivísticas para a montagem de *corpora*²². No entanto, pelo trabalho de revisão historiográfica, já se mostra possível identificar “processos de baixo para cima” que instituem novos enquadramentos e legibilidades para a Conjuração Baiana. Tais processos, como sugerem os pequenos indícios de que dispomos até o momento, nos conduzem à investigação da *práxis* de sujeitos históricos particulares, que, em termos de documentação arquivística, devem ser compreendidos na forma de “sujeitos em processo de texto” (GUILHAUMOU & MALDIDIER, 1989, p. 66), incluindo os cartazes manuscritos de 1798.

O que tenho para apresentar aqui são duas breves passagens escritas no Recife, e não em qualquer Recife, mas aquele de 1823, que há pouco saíra do processo de Independência tocado pela Corte no Rio e já se preparava para ajustar as contas com essa história de independência, remexendo o caldo político que entornaria na Confederação do Equador no ano seguinte.

Cipriano Barata, cirurgião baiano, branco, ficou 14 meses preso por seu envolvimento na Conjuração Baiana – sendo um dos treze inocentados ao final²³. Antes de o movimento vir à superfície, através dos cartazes manuscritos espalhados por Salvador, Cipriano já havia sido denunciado em Lisboa por expor os “sucessos da França” em pregações “arrasadoras”

21 Então apelidados de *luzias* (liberais) e *saquaremas* (conservadores).

22 E, além disso, parece-me questionável o empréstimo que Michel Pêcheux faz do “processo de sobre-determinação”, da psicanálise, para a processualidade histórica e a noção de acontecimento, entendendo-o como resultado de “uma série heterogênea de efeitos individuais que entram em ressonância” (PÊCHEUX, 1990 [1982], p. 17). Discuto esse ponto no texto *Marxismo, prática política e deslocamento* (FONSECA, 2013d).

23 Por onde se “constata” que é bastante antiga a prática de prender primeiro e julgar depois – prática essa dotada de parentesco com aquela outra de atirar primeiro e perguntar depois.

a um grupo de lavradores, e por praticar discursos para “rústicos povos” (MOREL, 1986, p. 15-18; TAVARES, 2003, p. 144). Essa sua atuação política junto às classes populares foi uma característica de toda a sua vida, rendendo-lhe um profundo ódio das classes dominantes. Visconde de Cairu, por exemplo, chamou-o de “demônio”, por frequentar “imundos candomblés” acompanhado de “fedorentos negros de Angola” (MOREL, 1986, p. 66). Por tantas lutas em que se envolveu, pelo tanto que usou das letras impressas para disseminá-las, e por tantos anos que amargou na prisão, entrou para a história como fundador do *jornalismo de cárcere no Brasil*.

Por alguma razão desconhecida, Cipriano Barata nunca enunciou abertamente sobre o movimento de 1798, tendo deixado apenas dois pequenos registros testemunhais daquela sua primeira prisão, em Salvador – ambos muito “codificados”, e escritos antes de sua segunda detenção, desta vez no Recife. Escreveu o seguinte em seu jornal *Sentinelá da Liberdade da Guarita de Pernambuco*, n. 63, de 8 de novembro de 1823 (coincidentemente, o 24o aniversário da execução de Lucas Dantas, Manoel Faustino, João de Deus e Luís Gonzaga):

[...] um segredo [cubículo] em que *por bem da Pátria* eu estive nu em suores, com um grande bispote [urinol] no nariz; com um monte de correntes por travesseiro, e uns chinelos que foram de um Enforcado por fronha; e o meu rosto achou tudo bem macio, e mais uns grillhões aos pés com 36 carretéis de peso; roído de piolhos, percevejos, ratos; picados de lacraias etc. (MOREL, 2001, p. 81, grifo meu).

Aquele momento no Recife era bastante peculiar, favorecendo a liberdade de expressão e o exercício da crítica política, atravessado pelos ideais republicanos²⁴. Esse quadro favorecia e mesmo demandava um exercício de projeção histórica e política – para o futuro e para o passado.

24 Seu outro testemunho sobre o movimento de 1798 também foi escrito no Recife, alguns meses antes deste, em maio de 1823. Lembra igualmente as duríssimas condições de sua prisão e crítica um dos “revolucionários” do liberalismo que, uma vez no poder, tornavam-se despóticos. No caso, o governador de Pernambuco, revolucionário até 1817: “o que me dói mais dentro d'alma é ver no Governo Provisório o Senhor Paes Barreto, que na Bahia já levou nas pernas aqueles mesmos grillhões de 36 carretéis que eu suportei em 1798, ele devia de muito tempo ter feito arrasar, aniquilar estas úmidas cavernas das Fortalezas, esses cárceres negros e medonhos onde habitam gemidos, aflições, horrores e até a morte” (MOREL, 2001, p. 82). A partir do final desse mesmo ano, Barata voltará a ser preso, e passará a habitar com alguma frequência aquelas úmidas cavernas em diferentes províncias.

Neste mesmo Recife, o padre Joaquim Dias Martins, atuante no movimento que daria corpo à Confederação do Equador, ao recordar as vítimas da repressão da Coroa, escreveu a propósito da Revolução Pernambucana de 1817 que o governo de Portugal

[...] excitado pelas três conjurações parciais, de Minas, em 1788 [sic], da Bahia, em 1798, de Pernambuco, em 1801, aumentou o rigor e a vigilância, obstando com isso a que a doutrina democrática tivesse publicidade (MOREL, 2001, p. 83).

Reproduzo e acompanho as considerações de Marco Morel:

Percebe-se assim que neste momento e local – Pernambuco, 1823 – onde forjava-se um projeto de nação para o Brasil (ou parte dele) diferente do que pretendia a tendência centralizadora da Coroa imperial, surgem os primeiros esboços de elaboração de uma memória histórica nacional onde poderia caber a valorização do 1798 baiano. Como tal projeto nacional foi derrotado com a repressão à Confederação do Equador e com a outorga da Constituição de 1824, a Conjuração Baiana ainda teria que esperar muito para ser redimensionada” (MOREL, 2001, p. 84).

Afinal – e me permito terminar por aqui, deixando “para os próximos capítulos” a investigação dessa que, sem dúvida, é a série mais difícil e instigante a ser pesquisada –, que projeto de nação/pátria é esse? Pelo seu bem, Cipriano pôde suportar 14 meses de masmorra. Por ele, nas terras de Pernambuco, em 1823 e 1824, houve quem buscasse o auxílio da elaboração de uma memória histórica nacional na qual o 1798 baiano se inscrevia com destaque. Esse projeto de pátria foi derrotado, mas não nos cabe investigar somente os tempos e ritmos dominantes, eventualmente vitoriosos. Afinal,

São as classes exploradoras, enquanto gozam estavelmente esta situação, que projetam a solidez episódica do seu domínio na utopia de uma duração sem fim. E são as classes exploradas, enquanto descrentes de uma alternativa possível, que projetam ideologicamente as repetidas derrotas como uma interminável submissão. Mas a história não vive dessas representações ideológicas, nem é por elas explicada, antes as explica. (BERNARDO, 2009 [1991], p. 407).

Os fios de outros tempos e sentidos, em sua complexa materialidade, estão aí para serem (política e cientificamente) puxados, tecidos, enredados, pescando compreensões

silenciadas, mãos desaparecidas e braços abertos, para a gente (e quem vier depois) fazer um país²⁵.

Referências

- ARAÚJO, Ubiratan Castro de. A Bahia no tempo dos alfaiates. In: ARAÚJO *et al.* **II Centenário da Sedição de 1798 na Bahia**. Academia de Letras da Bahia; Secretaria de Cultura e Turismo: Brasília, Minc, 1999.
- ADCA (**Autos da Devassa da Conspiração dos Alfaiates**). Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo/Arquivo Público do Estado, 1998. 2 volumes.
- BALDINI, Lauro José Siqueira. “Frege e Russel: a questão do pressuposto”. **Linguas e Instrumentos Lingüísticos**, n. 27/28, jan./jun. e jul./dez., 2011, pp. 11-26.
- BECK, Maurício & ESTEVES, Phellipe Marcel da S. “O sujeito e seus modos – identificação, contraidentificação, desidentificação”. **Leitura** (UFAL), v. 2, n. 50, 2012, pp. 135-162.
- BERNARDO, João. [1991] **Economia dos Conflitos Sociais**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- BLACKBURN, Robin. [1988] **A queda do escravismo colonial: 1776-1848**. Tradução de Maria Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- COURTINE, Jean-Jacques. [1992] Uma genealogia da análise do discurso. In: COURTINE. **Metamorfoses do discurso político**: derivas da fala pública. Tradução de Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos, SP: Claraluz, 2006, p. 37-57.
- FALCON, Francisco Calazans. “O povo brasileiro: ensaio historiográfico”. **Revista USP**, São Paulo, n. 46, pp. 30-41, jun./ago. 2000.
- FONSECA, Rodrigo Oliveira. **A interdição discursiva**: o caso da Conjuração Baiana e outros limites à participação popular na história brasileira. Porto Alegre, Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012a.
- _____. Os estudos históricos e a Análise do Discurso. **Leitura** (UFAL), n. 50, 2012b, pp. 259-287.
- _____. Palanques de enunciação do movimento revolucionário baiano de 1798. In: SOBRAL, Gilberto & SANTANA NETO, João (orgs.). **Salvador em discurso**: estudos discursivos. Feira de Santana, BA: UEFS Editora, 2013a, pp. 25-47.
- _____. “Franceses contra portugueses? Conjuração Baiana e nacionalidades impossíveis”. **História: Debates e Tendências** (UPF), v. 13, n.1, jan./jun. 2013b, pp. 62-77.
- _____. Heranças da Conjuração Baiana: confrontos em torno da igualdade. In: SOBRAL, Gilberto & LOPES, Norma (orgs.). **Salvador em preto e branco**: estudos do discurso; estudos sociolinguísticos. Salvador: Quarteto, 2013c, pp. 45-69.
- _____. “Marxismo, prática política e desentendimento”. **Conexão Letras** (UFRGS), v. 8, n. 10, 2013d, pp. 97-110.

²⁵ Dedico ao professor Marco Morel o presente texto, que começou a ser escrito a partir dos recortes que fiz de seu livro.

GUILHAUMOU, Jacques & MALDIDIER, Denise. [1986] Da enunciação ao acontecimento discursivo em análise do discurso. Tradução de Freda Indursky. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.), **História e sentido na linguagem**. Campinas, SP: Pontes, 1989, pp. 61-70.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Livros de fontes de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

INDURSKY, Freda. Unicidade, Desdobramento, Fragmentação: trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange, GRIGOLETTO, Evandra & CAZARIN, Ercília (orgs.), **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008, pp. 9-33.

JANCSÓ, István. *Na Bahia, contra o império*: história do ensaio de sedição de 1798. São Paulo: Hucitec; Salvador: EDUFBA, 1996.

_____. A sedução da liberdade. cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da Vida Privada no Brasil**: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa. Vol. 01. São Paulo: Cia das Letras, 1997. pp. 387-437.

KRAAY, Hendrik. Identidade racial na política, Bahia, 1790-1840: o caso dos henriques. In: JANCSÓ, István (org.). **Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec: Unijuí: Fapesp, 2003. pp. 521-546.

SCHÖTTLER, Peter. Althusser and Annales Historiography – An impossible Dialogue? In: SPRINKER, Michael & KAPLAN, E. Ann (orgs.). **The Althusserian Legacy**. London: Verso, 1993, pp. 81-98.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Unicamp, 1998.

MATTOSO, Katia M. de Queirós, **Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX**: itinerário de uma historiadora. Salvador: Corrupio, 2004.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*: a formação do Estado imperial. Rio de Janeiro: ACESS, 1994.

MOREIRA, Marcello. Cultura escrital e o movimento sedicioso de 1798: A Pecia. In: ALGRANTI, Leila M. & MEGIANI, Ana Paula (orgs.). **O Império por escrito**: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI-XIX). São Paulo: Alameda, 2009.

MOREL, Marco. **Cipriano Barata**: o panfletário da independência. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade**. Salvador: Academia de Letras da Bahia; Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2001.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: Princípios e Procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel [1975]. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Orlandi et alii. 3a ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

_____. [1982] Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução de José Horta Nunes. **Cadernos de Estudos Linguísticos** (Unicamp), n. 19, jul./dez., 1990, pp. 7-24.

_____. [1983] Papel da memória. In: ACHARD; DAVALLON; DURAND; PÊCHEUX; ORLANDI. **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. 3a edição. Campinas, SP: Pontes, 2010, pp. 49-57.

PÊCHEUX, Michel & FUCHS, Catherine. [1975] A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. Tradução de Péricles Cunha. In: GADET, F. & HAK, T. (org). **Por uma**

análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p. 163-252.

PEREIRA, Luisa Rauter. “O conceito político de povo no período regencial brasileiro: revolução e historicização da linguagem política (1831-1840)”. **Revista de Historia Social y de las Mentalidades** (Universidade de Santiago de Chile), v. 15, n. 1, 2011, pp. 95-124.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. “A Conspiração de João de Deus”. **Revista Popular**, tomo VIII, pp. 218-221, 1860.

RUY, Affonso. [1942] **A primeira revolução social brasileira (1798)**. 3a edição. Rio de Janeiro: Laemmert, 1970.

SCHWARTZ, Stuart. O povo: ausente e presente na história da Bahia e do Brasil. In: **Anais do IV Congresso de História da Bahia**. Salvador : IGHB/ BA; Fundação Gregório de Mattos, 1999. v. 01. pp. 263-281.

SOUSA, Avanete Pereira. **A Bahia no século XVIII: poder político local e atividades econômicas**. São Paulo: Alameda, 2012.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Sedição Intentada na Bahia em 1798** (“A Conspiração dos Alfaiates”). São Paulo: Livraria Pioneira, 1975.

_____. **Da Sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia**. Salvador: EDUFBA; Campinas, SP: UNESP, 2003.

VAINFAS, Ronaldo (direção). **Dicionário do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VIANA FILHO, Luís. [1938] **A Sabinada** (a república baiana de 1837). Salvador: EDUFBA; Fundação Gregório de Mattos, 2008.



Thiago Alves França
ESQUECIMENTOS E EFEITOS DE
SENTIDO (RE)PRODUZIDOS
COM AS DESIGNAÇÕES
“PROJETO DE CRIMINALIZAÇÃO
DA HOMOFOBIA” E “KIT-GAY”

ESQUECIMENTOS E EFEITOS DE SENTIDO (RE)PRODUZIDOS COM AS DESIGNAÇÕES “PROJETO DE CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA” E “KIT-GAY”

Primeiras considerações

Neste texto, decidi tratar sobre dois gestos de designação por meio dos quais duas diferentes materialidades foram popularizadas. O primeiro, ao qual me dedicarei mais neste trabalho, é o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 122/06, designado como “projeto de criminalização da homofobia”, ou “lei anti-homofobia”; o segundo é o material planejado pelo Ministério da Educação por meio do projeto “Escola sem homofobia”, designado como “kit gay”.

Sobre o PLC 122/06, trata-se de um projeto de lei, originário da Câmara dos Deputados, e que tramita² no Senado Federal. O projeto, além de tomar outras providências, pretende alterar a Lei 7716/89 que incrimina o preconceito racial, de procedência nacional e religioso. Embora, originalmente, quando ainda na Câmara, o PLC 122/06 propusesse a incriminação apenas dos crimes motivados por sexo, sexualidade e gênero, a redação atual, na forma de um substitutivo, alarga a incriminação para a violência contra a pessoa idosa e o deficiente físico. Então, o PLC propõe a criminalização da discriminação motivada por sexo (e todos temos), gênero (idem), identidade de gênero (cisgênero ou transgênero), sexualidade (hétero, homo ou bi), além de incriminar o preconceito manifesto contra pessoa idosa e deficientes físicos.

O outro projeto, oficialmente designado como “Escola sem Homofobia”, foi vulgarizado, a partir do material que produziu, como “Kit-Gay”. O material é composto por diversos itens (vídeos, cadernos etc) cujo intuito é promover o respeito no que diz respeito às diferentes manifestações de sexualidade e de identidade de gênero. O projeto foi apoiado pelo Ministério da Educação e desenvolvido com o apoio de instituições não governamentais, a exemplo da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis

¹ Doutorando em Letras (Linguística) pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor assistente da Universidade do Estado da Bahia. thiaguksa@gmail.com

² Quando da apresentação deste texto no Simpósio abrigado pelo II Seplev, o Projeto de Lei estava em tramitação, mas está arquivado desde 26 de dezembro de 2014.

e Transexuais. O material que compõe o “kit” foi vetado pelo governo em 2011, não chegando a ser efetivamente difundido nas escolas.

Feitas essas breves apresentações sobre os projetos, parece-me importante dizer que a escolha, neste texto, por tratar de gestos de designação (“O projeto de criminalização da homofobia” e o “kit-gay”) encontra respaldo naquilo que formula Pêcheux (1983b), em “Papel da Memória”, provocando-nos a partir de um provérbio chinês: “Quando lhe mostramos a lua, o imbecil olha o dedo”. O autor questiona: “Com efeito, por que não? Por que a análise de discurso não dirigiria seu olhar sobre os gestos de designação antes que sobre os designata, sobre os procedimentos de montagem e as construções antes que sobre as significações?” (PÊCHEUX, 1983b, p. 54-55).

Propor que se observe o dedo e não a lua, isto é, o gesto de designação e não o designata é propor que se olhe, antes, para aquilo que aponta e não para o que é apontado, que se atente para forma por meio da qual se aponta, isto é, para a materialidade, e não somente para o sentido que se reproduz.

A partir da formulação-indicação-provocação – Por que não olhar para o dedo ? – , faço uma associação entre a visada para os gestos de designação e o primado da descrição sobre a interpretação, sobre o qual Pêcheux (1983a) se ocupa em outra obra da mesma época, “Análise do Discurso: estrutura ou acontecimento”. Devo me explicar: olhar para o gesto de designação, isto é, olhar para a materialidade que aponta para um exterior, mas não um exterior qualquer, reclama a necessidade de descrever essa materialidade, a fim de entendê-la num processo de (re)produção de sentido. Se o gesto de designação aponta para fora, e este fora é da ordem do legível, é importante saber para qual direção se aponta, e quais efeitos essa “inclinação” produz. Para dar conta disso, a tarefa consiste em descrever a forma de designação, não permitindo que ela seja “engolida” pela coisa apontada.

Mais algumas considerações e as análises

Apesar da ampla cobertura prevista pelo PLC 122/06, o projeto é designado, repetimos, como “Projeto de Criminalização da Homofobia”, e é curioso notar que tanto discursos favoráveis à aprovação do PLC quando os desfavoráveis o designam da mesma maneira (FRANÇA, 2013).

Uma forma de designar equivalente ou mesmo igual não necessariamente produz os mesmos efeitos-sentido. O que dizemos se apoia na discussão de Pêcheux (1975), para

quem palavras iguais, a depender de a qual Formação Discursiva (FD) se vinculem, podem significar diferentemente³. Quero dizer, então, que, de diferentes posições de sujeito, a designação do PLC 122/06 como “projeto de criminalização da homofobia”, produz sentidos diferentes.

Embora eu me ocupe, logo adiante, dessas diferentes posições, quero destacar que, seja de onde for, designar o PLC como “projeto de criminalização da homofobia” opera um esquecimento, mas que tem resultados diferentes. Falo de esquecimento, aqui, justamente pela amplitude das criminalizações propostas pelo Projeto, mas que são dissimuladas na designação vulgarizada. Destaco que o Projeto, em nenhum momento, formula sobre a homofobia, mas sobre criminalização da violência também praticada com motivações da ordem da sexualidade (no geral). Aqui, ao contrário do que se esquece adiante, como mostrarei, se lembra que, no quesito sexualidade, os homossexuais é quem costumam ser as vítimas de violência, e que uma heterofobia seria, nas atuais condições de possibilidade, uma invenção.

Reportando-me à pesquisa que desenvolvi durante o mestrado⁴, é possível dizer que, de uma posição de sujeito que, na dissertação, chamei de gay-militante, designar o PLC de “projeto de criminalização da homofobia” produz um sentido de reconhecimento de um movimento organizado de militância, que encabeça a sugestão da ampliação das incriminações já previstas pela Lei 7716/89, que é chamada de lei Antirracismo embora também incrimine a violência motivada por origem, procedência nacional e religião.

De uma posição gay-militante, o sentido que, a partir dessa posição, se lê quando da designação “Lei de criminalização da homofobia”, não é de negatização. Muito pelo contrário; marca-se um lugar de reconhecimento de uma militância organizada, o que acaba sendo positivado. Dessa posição, com a designação “lei de criminalização da homofobia”, associa-se uma militância homossexual ao PLC, o que produz um efeito de relevo histórico pelas lutas travadas pelo reconhecimento de direitos, uma vez que foi a organização da militância gay que motivou o PLC 122/06, da mesma forma que a militância negra “causou” a lei “antirracismo”. Trata-se, portanto, de um esquecimento que funciona como uma espécie de honraria manifestada na designação; de uma forma de reconhecimento de

³ Na mesma obra, Pêcheux (1975) compreende que, se as palavras não têm sentido nelas mesmas, significando a partir das posições ideológicas que estão em jogo no processo discursivo, palavras diferentes podem significar o mesmo se filiadas ao mesmo discurso.

⁴ No Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

protagonismo, e não de um esquecimento com efeito depreciativo, como se (re)produz da posição de sujeito que autoriza a maledicência sobre o PLC.

Esta mesma forma de designação – Lei de criminalização da homofobia –, como adiantamos, produz um efeito diferente quando enunciada de posições de sujeito caracterizadas pela negativização do PLC. Em comum com a posição gay-militante, há, como a designação aponta, uma associação direta entre o Projeto e os homossexuais. Ocorre, porém, que a homossexualidade não é interpretada sempre da mesma maneira, sendo possível, inclusive ainda hoje, dizer que ela não é uma forma de manifestação legítima da sexualidade. De posições cujos gestos interpretativos autorizados tomam a homossexualidade enquanto algo não-natural, ou inferior etc., a associação do PLC aos homossexuais não poderia, como veremos, produzir efeitos outros que não depreciativos.

Sendo assim, designar o PLC como “Projeto de criminalização da homofobia”, autoriza, de determinadas posições, que se abra uma rede parafrástica, ou rede de formulação-reformulação como a que apresento abaixo:

(01) **O texto**, como estava, era **fascitoide — fascismo gay, mas era.**

(02) [...] **PL 122 é uma aberração**[...].

(03) [...] o PLC 122 [...] é a **lei do privilégio.**

Organizei as formulações a partir de coleta em espaços virtuais. Ressalto que o conceito operacional *rede de formulações-reformulações*, mobilizado neste trabalho, é tomado emprestado de Courtine (1981) e, como o autor, entendemos que, quando tomadas em série, cada formulação de uma rede apresenta uma relação com as demais formulações, de modo que cada formulação, assim, é uma possível reformulação das outras formulações da série, em um funcionamento parafrástico. O que defendemos aqui é que esta rede, que se abre, repetindo indefinidamente a si mesma, é possível porque há uma relação reconhecida entre o PLC e os homossexuais, que se manifesta já na forma de designação “lei que criminaliza a homofobia”.

Diante da materialidade organizada em rede-série, pelo menos dois “procedimentos” analíticos me são abertos: o primeiro seria destacar o que atravessa a rede enquanto a constitui, isto é, seria um trabalho de observação da própria série, cuja matriz de sentido, no caso, é justamente a negativização do PLC manifestada pela forma de designação; o segundo *modus operandi* consiste em pensar a especificidade de cada formulação da rede parafrástica, isto porque, embora possam ser conceituadas separadamente, a paráfrase e a

polissemia se aproximam e tensionam (ORLANDI, 2002), de modo que há diferença mesmo na repetição, isto é, há especificidade mesmo quando entendemos que cada formulação funciona como reformulação de uma outra que compõe a rede.

Dando ênfase à segunda possibilidade, iniciamos observando que a formulação 01 designa o PLC 122/06 de “fascitóite”. Isto é, segundo a formulação, trata-se de um fascismo, mas de um fascismo gay (O texto, como estava, era “fascitóide – fascismo gay, mas era”). A conjunção “mas” produz um efeito que deve ser verificado. Dizer que o PLC 122/06 é fascista imprime também a necessidade de dizer que não pode ser um fascismo convencional, “mas” um fascismo gay. A necessidade de reiteração aponta para o deslocamento necessário entre o fascismo e os homossexuais.

Uma paráfrase possível da formulação 01 seria: Apesar de ser gay, o texto é fascitóide. Isto é, há alguma incompatibilidade linguisticamente manifestada entre ser fascista e ser gay. Verifiquemos algumas características do fascismo a fim de delimitar a impossibilidade de que sejam associados fascismo e homossexualidade sem o auxílio de uma conjunção como a conjunção “mas” com seu efeito adversativo, isto é, de quebra de uma lógica.

Por fascismo compreende-se, principalmente, um regime de natureza autoritária surgido na Itália, após o fim da Primeira Guerra Mundial, cujo expoente mais conhecido foi Benito Mussolini. Alguns dos fundamentos do fascismo são a crença de que a guerra é necessária para o progresso, de que a democracia deve ser extinta, porque a vontade do indivíduo está subordinada à do Estado.

Há, no fascismo, portanto, uma preocupação essencial com o Estado, sendo o indivíduo subordinado ao Estado e às suas necessidades. A formulação 01, porém, discursiviza sobre o fascismo gay. Pode-se, a partir desta memória do que seja o fascismo, para compreender o funcionamento da formulação, pensar num Estado-gay que suprime as liberdades individuais em nome da liberdade desse Estado. Nessa formulação, se (re)produz uma associação a um Regime organizado, mas esta organização, de maneira alguma, da posição de sujeito que autoriza a associação entre o PLC 122/06 e texto fascitóides, deve servir pra glorificar o movimento de militância gay.

As ideias fascistas desenvolvem-se na Alemanha sob o nome de nazismo. Dentre muitas outras características, o nazismo faz-se conhecido pela perseguição e violência contra “minorias”, dentre elas os homossexuais que eram mortos ou enviados para os campos de concentração e identificados com um triângulo rosa (ELÍDIO, 2010).

Dizer que o PLC é fascitóide implica que também os militantes gays e simpatizantes sejam igualmente fascistas. O “mas”, portanto, aparece como justificativa da “contradição” de um movimento. Trata-se de revolver sentidos que apontam para a possibilidade dos que, em outra época, foram perseguidos pelos fascistas, no caso, os homossexuais, que estes ocupem, hoje, o papel dos algozes e que, como os fascistas de outrora, ajam, como fascistas-gays que são, contra os que não se identificam com o movimento. Na discursivização de 01, trata-se de intolerância com os que não seguem os ideais do Estado, no caso o Estado-gay.

Notamos, na formulação 01, uma característica que pode ser pensada em termos retóricos como *reductio ad Hitlerum*, isto é, na ausência de outros argumentos, acusa-se o oponente de nazista e, no caso da formulação em questão, de fascista, porque é um caminho certo, posto que há toda uma memória coletiva de repúdio a regimes totalitários os quais se manifestam por meios violentos, a exemplo do nazismo, em específico, e do fascismo, em geral. Desse modo, associar o PLC 122/06 ao fascismo é uma estratégia retórica, entre outras (FONSECA-SILVA; FRANÇA, 2014), para desqualificar o Projeto.

A formulação 02 desqualifica o PLC 122/06, mas designando-o como “aberração”. As aberrações são “acontecimentos” que fogem às regras, e considerando que é sobre um projeto de lei que se formula, o lugar da aberração pode ser considerado como algo que fere princípios da Constituição Federal, como veremos adiante na formulação 03. Haveria, assim, uma deformidade no Projeto, alguma anomalia, um tipo de aberração ou monstruosidade jurídica.

Dizer “aberração”, no entanto, (re)produz um outro tipo de sentido que diz respeito ao modo como os homossexuais foram vistos sobretudo durante o século XIX com sua tendência patologizante, mas que se relaciona a três figuras que, segundo Foucault (1974-1975), funcionam até o XVIII: o monstro, o incorrigível e o onanista.

O século XIX, de acordo com Foucault (1976), é marcado pela obstinação em fazer falar o sexo e colocar a sexualidade em uma economia geral dos discursos que estabelecem os parâmetros para a normalidade e a anormalidade, emergindo uma teorização médica em torno do corpo feminino, da precocidade da sexualidade infantil, da regulação dos nascimentos e da especificação dos atos perversos.

Os “perversos homossexuais” eram tidos como aberrações, uma vez que fugiam às regras heterossexuais por conta de seus supostos distúrbios mentais-comportamentais. Por

esta razão, designar o PLC como “aberração” é acionar uma memória discursiva que põe o homossexual no mesmo lugar da “monstruosidade”. Os homossexuais, conforme 03, sendo eles mesmos aberrações, transferem tal característica às questões, inclusive legais, a eles relacionados. O PLC, assim, seria um projeto destinado a anormais caracterizado pela monstruosidade legal, a despeito da constitucionalidade atestada em sua casa legislativa original.

A formulação de número 03, por sua vez, designa o PLC como “lei do privilégio”. Aqui, se esquece que os homossexuais é quem costumam ser vítimas de crimes cujo motivo é a sexualidade. Como eu disse, o que agora se esquece, todavia, é lembrado quando se lê que a lei que incrimina a violência que tenha como motivo também a sexualidade do indivíduo (e não a homossexualidade!) pode ser tratada como lei de combate à homofobia.

Segundo a discursivização da formulação 03, uma lei que privilegia um grupo tão somente pelo privilégio, isto é, sem motivação concreta, seria uma lei anticonstitucional. A designação “lei do privilégio” produz o efeito de negativização do Projeto no que diz respeito à distorção do que institui a Constituição Brasileira em seu art. 5º: “todos são iguais perante a lei”.

Se todos são iguais, uma lei que favoreça um grupo específico daria a este grupo um tratamento desigual em relação aos demais, o que faria com que o PLC 122/06 fosse inconstitucional. Também nessa formulação, há esquecimentos que são regulados pela posição de sujeito ocupada para que ela, a formulação, seja enunciada. Esquece-se, no “comentário” feito do texto legal, que o PLC 122/06 não privilegia um grupo específico, mesmo porque se aplica a indivíduos diversos, não só os que se identificam e são identificados como homossexuais.

Dissemos, no parágrafo anterior, sobre “comentário”. Segundo Foucault (1971, p. 23), “muitos textos maiores se confundem e desaparecem, e, por vezes, comentários vêm tomar o primeiro lugar”. Na formulação 03, manifesta-se justamente um esquecimento deste tipo. Da posição-sujeito de onde 03 é formulada, o texto legal do PLC 122/06 é substituído pelo comentário que apaga dois aspectos pelo menos: 1) o de que o Projeto altera a lei 7716, que é conhecida como lei “antirracismo”, salvaguardando grupos específicos sem que esta mesma lei seja vista como “lei do privilégio”; 2) o de que, desde o seu substitutivo, o PLC prevê punição à discriminação ou preconceito de origem, condição de pessoa idosa ou com deficiência, gênero, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero.

Ao contrário de ser uma “lei do privilégio”, que privilegiaria os homossexuais especificamente, o PLC 122/06 estende sua “atuação” para proteger os idosos, os deficientes físicos, e os indivíduos que tenham sexo, que tenham sexualidade e se identifiquem com algum gênero, e isso em nada é específico, muito pelo contrário. Dizer que serão punidos os atos preconceituosos motivados por orientação sexual “protege” todos os indivíduos – porque todos têm sexualidade – que forem vítimas de ação discriminatória, inclusive os heterossexuais que, por conta de sua sexualidade, sofram preconceito, por mais raro que isto nos pareça.

Há, portanto, esquecimento nesse *comentário*, de modo que não é o próprio projeto legal com sua abrangência que é formulado, mas como ele é conhecido, como ele é designado. Pode-se dizer, de algum modo, que há uma disputa, regulada por uma posição, como já foi dito, da qual se (re)produz os malefícios do PLC 122/06, e que há uma disputa entre o texto instaurador e o *comentário* que o reduz à criminalização da homofobia.

Antes do fim, vou fazer breves considerações sobre a outra forma de designação sobre a qual eu disse que me ocuparia: “o kit-gay”. Trata-se de uma designação que apaga a relevância social de um projeto que pretende discutir sobre diversidades na manifestação da sexualidade e das identidades de gênero, para diminuir a “homofobia⁵” na escola. Designá-lo como “kit-gay”, porém, pode produzir uma determinada interpretação em relação ao material, como se fosse um kit de sobrevivência gay (o que, de alguma forma, não deixa de ser verdade, já que o intuito é combater a homofobia, que mata no mundo todo e, no Brasil, com números alarmantes), ou como se fosse um kit para a formação de gays. Uma vez que esse kit se propõe a ser levado para a escola, interpreta-se como um incentivo à homossexualidade entre as crianças e os jovens.

Sabemos como a homossexualidade ainda é interpretada majoritariamente, e quão regular é que se diga ser indesejável a homossexualidade de um filho, por exemplo. Um kit que pretende promover a homossexualidade, como se interpreta a partir da designação “kit-gay”, seria indesejável, já que a própria homossexualidade é ainda vista como indesejada. A designação “kit-gay” abre espaço para propostas, como a do então candidato a Deputado do PSDB pelo distrito federal, Matheus Sathler, que defende o “kit-macho”, como resposta ao “kit-gay”, com o intuito de ensinar o homem a gostar de mulher, o que nos mostra que a interpretação que o candidato faz do “kit-gay”, e que faria qualquer um

⁵ Entendemos, aqui, a “homofobia” como hiperônimo que abriga inclusive a lesbofobia, a transfobia e a bifobia.

plenamente identificado com a mesma FD, aponta para um material que ensina homem a gostar de homem, e mulher a gostar de mulher. Essa é, inclusive, uma discussão que acabou vindo à tona nos últimos meses de forma mais intensa quando se discutiu sobre a (im)pertinência de legitimar um espaço no Plano Nacional de Educação para as discussões sobre gênero que, por sua transversalidade, acaba trazendo também discussões sobre sexualidade, muitas vezes, inclusive, confundindo as categorias.

Essa interpretação do projeto “Escola sem Homofobia”, exemplificada na figura do candidato, é possível, porque o projeto foi reduzido à forma de designação que o tornou conhecido. Penso que a forma de designar este projeto, reduzindo-o ao “kit-gay”, produz efeitos-sentido que não seriam produzidos com a designação “projeto de combate à homofobia na escola”. Por exemplo, seria estranho que, como resposta ao “projeto de combate à homofobia” se criasse um “projeto de combate à heterofobia”.

Últimas palavras...

Considerando a impossibilidade de fechar um texto, mas a necessidade de produzir um efeito de fechamento, quero dizer, por fim, que as formas de designação ilustradas, e acredito que quaisquer outras – já que dizer é selecionar no dizível, e selecionar implica lembrar para esquecer ou esquecer para lembrar –, se fazem por meio de esquecimentos, bem como operam seleções que produzem também consequências “tangíveis”. Essas consequências, no caso dos dois projetos, se desdobram, especificamente e pelo menos, na morosidade na tramitação do PLC que resultou em seu arquivamento, e na não distribuição e uso do kit, que foi vetado.

Referências

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCAR, 2009. Edição original: 1981.

ELÍDIO, Tiago. **A perseguição nazista aos homossexuais**: o testemunho de um dos esquecidos da memória. 06 de Out. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 06 de Out. 2010.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. (Cursos ministrando entre 1974-1975)

_____. **História da Sexualidade I**. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2007. Edição original: 1976.

_____. **A ordem do discurso.** Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2007. Edição original: 1971.

FRANÇA, Thiago Alves. **Discursos sobre o PLC 122/06.** 27 de Fev. 2013. 109 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista. 27 de Fev. 2013.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição; FRANÇA, Thiago Alves. O PLC 122/06 como acontecimento discursivo e a desqualificação pelo efeito de fantasia. In: TASSO, Ismara; SILVA, Érica (Orgs.) **Línguas(gens) em discurso: a formação dos objetos.** São Paulo: Pontes, 2014. p. 65-80

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** Campinas, SP: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Campinas: Pontes, 1997. Edição original: 1983a.

_____. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da Memória.** Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57. Edição original: 1983b.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** São Paulo: Editora da Unicamp, 2009. Edição original: 1975.



Cassiana Grigoletto
MEMÓRIA E REPRESENTAÇÕES
DA COLONIALIDADE NA
TESSITURA NARRATIVA DE
PONCIÁ VICÊNCIO

MEMÓRIA E REPRESENTAÇÕES DA COLONIALIDADE NA TESSITURA NARRATIVA DE PONCIÁ VICÊNCIO

Todo cuidado Ponciá Vicêncio punha nesse imaginário ato de fazer. Com o zelo da arte, atentava as porções das sobras, a massa excedente, assim como buscava ainda significar as mutilações e as ausências que também conformam um corpo.

Conceição Evaristo, 2003, p. 127.

Quando as vozes silenciadas começam a ser ouvidas...

Pensar textos literários que discutem temas culturalmente identificados com a afrodescendência, principalmente os produzidos por escritores afrodescendentes, é subverter a lógica colonialista racial que perdeu por muito tempo no meio acadêmico brasileiro. Se, por muitos anos, autores e textos literários foram relegados ao esquecimento ou apagamento, hoje suas vozes silenciadas começam a ser ouvidas, mesmo que lentamente. Nesse sentido, julgamos de grande importância a pesquisa que vem sendo coordenada pelo professor da UFGM, Dr. Eduardo de Assis Duarte, cujo objetivo é suprir as ausências de estudos sobre temas, autores e linguagens relacionados culturalmente à afrodescendência no Brasil. Tal estudo gerou importante ferramenta de pesquisa na internet com a construção de um Portal da Literatura Afro-Brasileira, sediado na página da UFGM, o Literafro², que busca promover não apenas um resgate acadêmico da produção literária dos escritores afrodescendentes, mas também divulgar novos escritores, os que compõem a cena atual. Entre estes, está Conceição Evaristo, objeto de estudo deste texto.

Em depoimento no I Colóquio de Escritoras Mineiras, realizado em maio de 2009, na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Conceição Evaristo descreve sua trajetória marcada pelas dificuldades enfrentadas durante a infância humilde em Minas Gerais. No traçar desse percurso, a autora evidencia não apenas a percepção da condição

¹ Professora de Língua Portuguesa e Literatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRS), Mestre em Letras pela UFRGS, doutoranda em Teoria da Literatura na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e bolsista da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE).

² Portal da Literafro: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/>

das pessoas negras, pobres e faveladas durante o seu ingresso na escola, mas também da necessidade de questionamentos e não passividade diante da situação. Em meio a narração dos caminhos que percorreu, ela vai descortinando segredos: o desejo e fascínio pela leitura desde menina, cuja casa era habitada pelas palavras que compunham as histórias contadas pela mãe; a identificação da mãe com o *Quarto de despejo*, de Carolina de Jesus, ao ponto de ela também escrever na forma de diário a sua miséria cotidiana; bem como a consciência de que a carência de coisas básicas para uns se configura nos excedentes de outros, “quase sempre construídos sobre a miséria de outros”³. Mesmo sendo detentora de uma consciência questionadora da situação do negro no Brasil desde a primeira infância, Conceição Evaristo revela que as questões étnicas entram em suas discussões só a partir da década de 70, quando migra para o Rio de Janeiro, local onde reside até hoje, gradua-se em letras e conclui seus estudos de mestrado e doutorado na área de literatura.

Se Maria Firmina dos Reis, primeira escritora afrodescendente brasileira, inicia com o romance *Úrsula* (1859) a trajetória de recuperação e narração da condição do negro em nosso país, partindo de uma perspectiva interna e comprometida politicamente, Conceição Evaristo dá continuidade a essa tradição literária. A inscrição de um discurso que revela a condição de exclusão do negro ao longo da história, desde sua chegada até os dias de hoje, é marca presente nos poemas, contos e romances da autora mineira.

Nesse sentido, os textos de Conceição Evaristo, bem como sua trajetória de vida pessoal, contribuem para que repensem o discurso literário ou social relacionados à afrodescendência no Brasil. Desse modo, analisaremos, no presente artigo, o texto de estreia de Conceição Evaristo na narrativa longa *Ponciá Vicêncio*, romance publicado pela Mazza Edições, de Belo Horizonte, em 2003. A reedição da obra em 2006 e a tradução para o inglês, em 2007 (publicada pela Host Publications-EUA), atestam a boa receptividade crítica e o sucesso da obra.

Nosso objetivo de análise é perceber como as mazelas sociais, os contínuos efeitos da colonialidade do poder, a supremacia branca e a exclusão do negro ao longo da história se inscrevem na tessitura narrativa de *Ponciá Vicêncio*. Além disso, pretendemos pensar o papel do discurso literário na construção da memória e identidade dos afrodescendentes, bem como na conquista de espaços sociais mais igualitários e menos discriminatórios.

³ Depoimento disponível nos dados biográficos da autora no portal da Literafro.

Dos efeitos da memória e da colonialidade na tessitura narrativa

Em uma narrativa entrecortada, ou em espiral, na qual a sequência temporal não se impõe como necessidade básica, o romance *Ponciá Vivêncio* perfaz os caminhos da errância da personagem principal que dá título à obra. Em discurso indireto livre, o narrador onisciente em terceira pessoa traça não apenas a trajetória desta mulher negra, neta do ex-escravo Vô Vicêncio, que vai da sua infância no mundo rural até a vida adulta na cidade, mas também a de sua família, reconstituída pela memória. Nessa reconstituição, as lembranças de Ponciá desnudam sua crise identitária ao fundir o passado no presente, estampando as heranças do regime escravocrata, instaurado pelo colonialismo.

Autores como Paul Ricoeur e Aleida Assmann, ancorados nas ideias dos primeiros estudiosos sobre o tema da memória, embora percorram caminhos divergentes, convergem em pontos cruciais, como a percepção de que não há rememoração sem imaginação. Disso decorre a importância da escrita imaginativa, a literária, porque ela pode preencher as lacunas do esquecimento. Enquanto a preocupação de Paul Ricoeur está centrada na representação do passado via memória e história, ambas passíveis de esquecimento, ou seja, como a memória se constitui no discurso histórico⁴, Aleida Assmann parece estar mais preocupada com os processos de transformações que os armazenadores e espaços de memória sofreram ao longo dos tempos. Durante esse percurso, Assmann verifica que o ato de lembrar procede de forma reconstrutora⁵ e que a recordação funciona como formadora de identidade. Observa, ainda, que a arte desempenha um importante papel na preservação da memória cultural, pois acredita que a arte é capaz de ir além dos armazenadores da memória pela capacidade que possui de estimulá-los, uma vez que “tematiza a crise da memória e encontra novas formas para a dinâmica da recordação e do esquecimento culturais.” (ASSMANN, 2011, p. 26). Parece-nos que, de certa forma, é isso que Conceição Evaristo tematiza em seu romance.

⁴ Paul Ricoeur se apropria dos conceitos de Henri Bergson para defender a ideia de que o ato de lembrar pressupõe a representação de um passado e este aparenta sempre tornar-se uma imagem. Desse modo, o enigma de uma imagem, que se mostra como presença de uma coisa ausente, marcado pelo selo da anterioridade, é transferido da “esfera da memória para a da história”, alcançando “seu apogeu com a hermenêutica da condição histórica, em que a representação do passado se descobre exposta às ameaças do esquecimento, mas também confinada à sua guarda.” (RICOEUR, 2007, p. 18). Desse modo, “a memória, reduzida à rememoração, opera na esteira da imaginação.” (*Ibidem*, p. 25)

⁵ Para Assmann essa forma reconstrutora “sempre começa do presente e avança inevitavelmente para um deslocamento, uma deformação, uma distorção, uma reavaliação e uma renovação do que foi lembrado até o momento de sua recuperação.” (2011, p. 33-34).

Segundo Roland Walter, a crise identitária da personagem Ponciá Vivêncio é delineada pela autora como “resultado de choques emocionais (a morte de seu avô, de seu pai e de seus sete filhos) e de fatores socioculturais (pobreza, patriarcado, discriminação racial), bem como de fatores históricos (a escravidão, o sistema de plantação).” (2009, p. 77). É através do processo mnemônico que a personagem compreende o “desenraizamento de sua família” como consequência da errância imposta pelos “múltiplos eixos de injustiça social no Brasil – a raça e a cor, a classe social, o gênero, o sistema latifundiário, a dicotomia entre o interior e a cidade” (WALTER, 2009, p. 78). Diante disso, a personagem passa a ter consciência sobre sua crise identitária e necessidade de reconstrução.

Para o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2000), essas injustiças sociais foram construídas historicamente junto com o projeto de modernidade e de colonização eurocentrada. Diante disso, Quijano cunhou o termo “colonialidade do poder” para se referir à condição intrínseca que vivemos hoje de sistema-mundo neoliberal e globalizado, em que uma espécie de soberania de algumas nações ainda se sobrepõe às demais. A condição primária para a existência deste novo padrão mundial de poder é a existência do colonialismo que iniciou o processo de constituição da América e instaurou o capitalismo colonial/moderno e eurocentrado. Assim, o conceito de “colonialidade do poder” desvela não apenas as práticas e os legados do colonialismo, mas também as formas de conhecimento eurocêntricas construídas para “justificar” as ações da máquina civilizatória.

Segundo o autor, esse novo padrão de poder constituído, que não representa apenas a sobreposição de poder entre as nações, mas também dentre e entre as margens de uma mesma nação como marcas dos processos de espoliações coloniais, tem como eixo central a classificação social da população mundial sobre a ideia de raça, “una construcción mental que expresa la experiencia básica de la dominación colonial y que desde entonces permea las dimensiones más importantes del poder mundial, incluyendo su racionalidad específica, el eurocentrismo.” (QUIJANO, 2000, p. 122). Para Quijano, a invenção da categoria de raça está centrada nas diferenças fenotípicas e biológicas percebidas entre conquistadores e conquistados com a descoberta da América. Dentre essas diferenças, os colonizadores estabeleceram a cor da pele como traço característico que lhes proporcionou se autodenominarem como brancos, o que lhes diferenciava dos outros, os não-europeus: índios, negros e mestiços. Com isso, as ideias de dominação, que antes se pautavam apenas nas relações de superioridade/inferioridade entre dominados e dominantes, passaram a se estabelecer a partir da elaboração teórica eurocêntrica de raça, a qual foi usada para

naturalizar e justificar essas relações de dominação entre os europeus e não-europeus. Como afirma Quijano, esse mecanismo de dominação tem demonstrado ser

el más eficaz y perdurable instrumento de dominación social universal, pues de él pasó a depender inclusive otro igualmente universal, pero más antiguo, el inter-sexual o de género: los pueblos conquistados y dominados fueron situados en una posición natural de inferioridad y, en consecuencia, también sus rasgos fenotípicos, así como sus descubrimientos mentales y culturales. De ese modo, raza se convirtió en el primer criterio fundamental para la distribución de la población mundial en los rangos, lugares y roles en la estructura de poder de la nueva sociedad. En otros términos, en el modo básico de clasificación social universal de la población mundial. (QUIJANO, 2000, p. 123).

Nesse sentido, vemos que o conceito de raça foi construído historicamente pelo saber eurocêntrico, estabelecendo, portanto, também uma “colonialidade do saber”. Diante desse conceito, operadores ideológicos delimitadores de espaços sociais e, conseqüentemente, geradores de atitudes de exclusão, exploração e racismo se instauraram. Da noção de inferioridade das raças não-europeias, ideia concebida pelo saber eurocêntrico, junto com o surgimento de uma nova estrutura de controle do trabalho devido à implantação do capitalismo colonial⁶, instituiu-se uma nova forma de dominação/exploração, relacionada à raça/trabalho, que acabou por associar o branco ao trabalho pago e às posições de mando da administração colonial, enquanto este instituiu aos negros o regime de escravidão, e aos índios e mestiços, o de servidão. Aos negros, além da exploração do trabalho, os colonizadores lhes impuseram a diáspora desterritorializada e o desenraizamento familiar. Eles eram capturados no continente africano, aprisionados nos navios negreiros e, depois de longa travessia, eram comercializados no Brasil para realizar o trabalho escravo nas plantações. Ou seja, eram subjugados e da condição humana passavam a mercadorias.

Se esse passado ainda se mostra como ferida aberta, resultado dos apagamentos e das rasuras na construção do discurso histórico, encontra nas malhas do tecido literário terreno fértil para plantar suas memórias, resistir aos contínuos processos de espoliações, narrar a História ainda não contada e (re)conhecer ou (re)constituir sua identidade. É isso que

⁶ Aníbal Quijano defende a ideia que o sistema de capitalismo global teria sido instituído no processo de constituição da América, porque “todas las formas de control y de explotación del trabajo y de control de la producción-apropiación-distribución de productos, fueron articuladas alrededor de la relación capital-salario (en adelante capital) y del mercado mundial.” (2000, p. 123). Canclini (2007) não desconsidera tal fato, mas acredita que nossa geração é a primeira a experimentar uma era global, quando em meados do século XX, a revolução tecnológica possibilitou a articulação de mercados em escala mundial.

Conceição Evaristo faz ao tomar como tema de seu primeiro romance as heranças da escravidão no Brasil. Vemos que em *Ponciá Vicêncio* a autora estampa os dois mecanismos de dominação universais apontados por Quijano, tanto o da ideia de raça quanto o de gênero, marcando duplamente a protagonista pela exclusão, enquanto negra e mulher.

Os efeitos contínuos da colonialidade do poder, do saber e do ser⁷ podem ser percebidos em várias esferas do romance, as quais se reproduzem em torno da classificação social e do controle do trabalho. Assim, vemos que todas as personagens negras do romance vivem uma *pseudo* liberdade, pois suas existências são marcadas pela pobreza, exploração do trabalho e inferiorização da raça. Ao narrar a trajetória de uma mulher negra, neta de Vô Vicêncio, ex-escravo, Conceição Evaristo vai descortinando os motivos da crise identitária da personagem, marcados pelo desenraizamento familiar e pela diáspora desterritorializada que passa a viver na favela, onde vegeta com seu companheiro. Nesse desnudamento estão inscritas verdades não apenas de Ponciá, mas também dos seus, numa “rede discursiva pela qual se recupera a memória de uma dor que é física e moral, individual e coletiva.” (DUARTE, 2006).

Em meio à narração da travessia de Ponciá Vicêncio se entrelaçam as histórias de sua família, marcadas também pelas derrotas. Com períodos curtos e uma linguagem concisa e densa de sentido, o que Assis Duarte (2006) chamou de “brutalismo poético”, a autora atinge o que há de mais íntimo em cada personagem, desvelando os sentimentos de ternura, amor e solidariedade como traços característicos de quase todas as personagens: “Maria Vicêncio sentia cada lágrima que Luandi deixava rolar para dentro dele mesmo.” (PV, p. 119)⁸.

Essa narração que parece ocorrer de “dentro pra fora”, como nos aponta Maria José Somerlate Barbosa no prefácio da edição especial do romance publicado em 2003, faz com que sejamos arrastados pelo processo de lembrar da personagem Ponciá. As lembranças

⁷ Tais conceitos se inter-relacionam e interdependem, embora possamos atribuir a Edgardo Lander discussões mais precisas acerca da “colonialidade do saber” e a Maldonado-Torres, a “colonialidade do ser”. Apenas para elucidar algumas das pequenas diferenças que estão relacionadas a tais conceitos, trazemos as palavras de Maldonado-Torres: “podría decir que hay dos aspectos de la diferencia colonial (epistémico y ontológico) y que ambos están relacionados con el poder (explotación, dominación y control). En resumen, la diferencia sub-ontológica o diferencia ontológica colonial se refiere a la colonialidad del ser en una forma similar a como la diferencia epistémica colonial se relaciona con la colonialidad del saber. La diferencia colonial, de forma general, es, entonces, el producto de la colonialidad del poder, del saber y del ser. La diferencia ontológica colonial es, más específicamente, el producto de la colonialidad del ser. (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 147)

⁸ Todas as citações do romance em análise serão apresentadas com a sigla PV, seguidas da indicação de página.

vagas do pai e do avô vão sendo apresentadas aos poucos pela voz narrativa, como um convite a nós leitores para nos esgueirarmos “com a protagonista pelos meandros da sua memória para compartilhar com ela as amargas ausências e desencontros, mas também para vivenciar com ela os seus sonhos, a sua coragem e profunda ternura das relações familiares.” (BARBOSA, 2006, p. 08).

Em cada uma das partes, ou capítulos curtos, sem ordenação sucessiva e temporal direta, nos deparamos com as lembranças de Ponciá que vão se intercalando para nos fazer conhecer os dramas pessoais de cada uma das personagens. Assim, a autora nos convida a encaixar as peças do quebra-cabeça, onde presente e passado se entrelaçam, criando mais de uma faceta para as personagens, cujas atitudes são justificadas por causas sociais, históricas e emocionais. Desse modo, verifica-se que a narrativa assume uma estrutura semelhante à da memória: os acontecimentos surgem de maneira desconexa, como se fossem *flashes*. Nesse sentido, as lembranças são eventos revividos que nos mostram o passado por meio da memória. Nele há um fio que insiste em perdurar, a reprodução de mecanismos de controle do período escravocrata, pois acontecimentos sociais e contínuas espoliações não permitem o esquecimento da condição inferiorizada que o negro sofrera no Brasil ao longo de tantos séculos.

Isso é o que revela a história do avô, do pai, da mãe, do irmão, de Bilisa e o da própria Ponciá. A condição de superioridade do coronel “Vicêncio”, dono das terras em que Ponciá e os demais descendentes africanos moravam, além de designar o lugar onde viviam – Vila Vicêncio – lhes imprimia a condição de mercadorias possuídas, pois carregavam no nome a marca do opressor, provocando em Ponciá a consciência acerca de sua crise identitária pelo sentimento de que aquele nome não lhe pertencia, pois representava uma “lâmina afiada a torturar-lhe o corpo.” (PV, p. 29). Apesar de inventar a ela mesma outros nomes quando criança, de passar a noite toda na frente do espelho chamando pelo seu próprio nome quando adulta, Ponciá Vicêncio não “ouvia o seu nome responder dentro de si.” (PV, p. 19).

Vô Vicêncio, depois de passar anos dando prosperidade ao dono do canavial em que trabalhou como escravo, perdurando nessa condição mesmo depois da Lei Áurea, é vencido pelo desespero. Num ato de loucura, mata a esposa e tenta acabar com sua própria vida, decepando parte de um braço, depois de ver três “ou quatro dos seus filhos, nascidos do ‘ventre livre’” (PV, p. 51), assim como tantos outros, serem vendidos. Vítima do desenraizamento familiar, o avô, por ter consciência do novo ato de espoliação, não suporta a incapacidade do esquecimento, a dor de novas perdas e, em meio ao desespero e o

sentimento de resistência vê na morte a única forma de libertação, pois matando a si próprio e a mulher, deixaria de fornecer novas “mercadorias” ao coronel.

Um dos filhos de Vô Vicêncio salvou-se de ser vendido, mas não deixou de ser tratado como mercadoria, teve de suportar os desmandos do filho do patrão. Trata-se do pai de Ponciá que, mesmo depois da Lei Áurea, tinha que ser o pajem do menino branco, o cavalo no qual este montava, e até aparar com a boca o mijo do sinhô-moço. Na vida adulta, juntamente com o filho Luandi, continua a ser explorado, marcando a existência da família com suas longas ausências devido ao trabalho nas terras dos brancos.

A crueldade com que o pequeno Sinhô-moço impõe o ato de humilhação ao seu pajem - “Sinhô-moço ria, ria” (PV, p. 14) - demonstra a forma desumana que era imposta aos negros. Na noite em que vivenciou esta humilhação, sentiu “ainda mais ódio do pai. Se eram livres, por que continuavam ali? Por que, então, tantos e tantas negras na senzala? Por que todos não se arribavam à procura de outros lugares e trabalhos?” (PV, p. 17). Um dia, atreveu-se a perguntar ao pai, cuja resposta foi “uma gargalhada rouca de meio riso e meio pranto. O homem não encarou o menino. Olhou o tempo como se buscasse no passado, no presente e no futuro uma resposta precisa, mas que estava a lhe fugir sempre.” (PV, p. 18).

Só o tempo foi capaz de responder ao pai de Ponciá. Se durante o regime escravocrata havia uma grande estrutura de controle dos escravos, que contava com os castigos físicos para intimidar e garantir o trabalho e a obediência, com os capitães-do-mato e outros agregados, ou mesmo com a rede de informações para recapturar os fugitivos, no período pós-abolição a fome, a miséria e a falta de oportunidades de trabalho e meios de sobrevivência continuam lhes impondo o regime da escravidão. Devido à falta de políticas públicas que lhes garantissem ao menos o acesso à terra, a qual poderia lhes servir de sustento, continuavam sendo subjugados pela cor da pele e à margem da sociedade, sem condições dignas de sobrevivência.

Como desconstruir o fosso formado em torno da cor da pele se os brancos continuavam a reproduzir as mesmas atitudes de “donos” dos negros? A reprodução dessa atitude é perceptível na personagem Sinhô-moço, pois, desde pequeno, reproduz o paradigma defendido pelo pai quanto à supremacia do poder branco, mesmo depois da abolição, provocando a projeção negativa e inferiorizada no negro. Não satisfeito com a humilhação desumana que impusera ao pai de Ponciá, Sinhô-moço resolve verificar se negro era capaz de aprender, como se quisesse comprovar a superioridade de sua raça:

Um dia o coronelzinho, que já sabia ler, ficou curioso para ver se negro aprendia os sinais, as letras de branco e começou a ensinar o pai de Ponciá. O menino respondeu logo ao ensinamento do distraído mestre. Em pouco tempo reconhecia todas as letras. Quando sinhô-moço se certificou de que negro aprendia, parou a brincadeira. Negro aprendia sim! Mas o que o negro ia fazer com o saber de branco? (PV, p. 18)

Ao colocar o domínio da escrita e da leitura como saber do branco, o qual era negado ao negro, Conceição Evaristo demonstra como as práticas sociais ainda reproduzem o discurso construído pelo eurocentrismo durante o processo de colonização, ou seja, como a colonialidade ainda se impõe. O discurso do colonizador, além de desconsiderar qualquer conhecimento advindo dos negros, cria o mito de que estes eram incapazes de aprender. Mito, aliás, que fora alimentado por longa data pelas teorias de antropólogos e estudiosos, dentre os quais podemos citar o nome do brasileiro Nina Rodrigues. A desconstrução desse conceito pautado na supremacia racional do branco, mostra-se lenta, mas não impossível, a exemplo da protagonista Ponciá Vivêncio, que aprendera as letras durante a passagem de uma missão religiosa, ou mesmo de seu irmão Luandi, que se esforçara para aprender a ler e escrever, auxiliado pelo amigo Nestor, para tronar-se soldado como ele.

Tais atitudes evidenciam que a tentativa de abolição da escravatura se deu apenas no papel, mas não na prática, pois uma ruptura nas relações de trabalho/raça e na classificação social não ocorreu de fato. Novamente o saber eurocêntrico enraizado no pensamento do patrão, o homem branco, mostra-se eficiente para legitimar a continuidade da dominação e exploração. Como os donos das fazendas necessitavam de trabalhadores braçais para a plantação, oferecem pequenos pedaços de terras para os negros morarem, mas tal atitude apenas servia para mascarar a real intenção, a de continuar a ter mão de obra escrava por perto, sem a qual não poderiam dar continuidade ao seu sistema de plantação. Assim, quando Ponciá, depois de ter conseguido comprar um quartinho na periferia da cidade com as economias de anos, retorna ao povoado de Vila Vicêncio em busca da mãe e do irmão e, ao comparar as roças do patrão e a dos negros, percebe que nada mudara, todos continuavam “sob o jugo de um poder que, como Deus, se fazia eterno.” (PV, p. 49)

Alguns chegaram a receber papéis com a doação das terras, os quais foram recolhidos logo em seguida, sob a alegação de que na casa dos patrões eles estariam seguros contra a ação do tempo. Assim, as terras nunca deixaram de ser propriedade dos brancos. A atitude de Vô Vicêncio, ao receber um desses papeizinhos, parece vir na contramão das demais, como representação da resistência e consciência da situação que lhe é imposta:

A família de Ponciá recebeu um papelzinho daqueles. O Coronel chamou Vô Vicêncio, que já chorava e ria. O homem levou o papel à boca prendendo entre os dentes a bondade escrita do Coronel. E ali mesmo, na presença do doador, com o braço cotoco escondido nas costas, com a outra mão com gestos rápidos e raivosos rasgou tudo. (PV, p. 62).

As relações de trabalho continuavam a ser desiguais, mesmo aos negros que tentavam a sorte na cidade, pois a eles restava o trabalho braçal e mal-remunerado, como é o caso do marido de Ponciá, trabalhador da construção civil, e Luandi, responsável por limpar a delegacia. Ou então, no caso das mulheres, que passavam a reproduzir o ambiente das senzalas nas dependências de empregada, experiências vivenciadas por Ponciá e Bilisa.

No decorrer da narrativa, deparamo-nos com várias reflexões e tomada de consciência quanto à condição do negro enquanto seres inferiorizados, subjugados e explorados. Ponciá, assim como o avô, com quem se parecia muito e o pai era o único a aceitar e tomar como natural essa “parecença dela com o pai dele” (PV, p. 16), são personagens que demonstram essa condição. A herdeira do legado do avô, depois da morte do pai, cansada de “trabalhar o barro com a mãe, de ir e vir às terras dos brancos e voltar de mãos vazias. [...] Cansada da luta insana, sem glória, a que todos se entregavam”, decide partir porque “acreditava que poderia traçar outros caminhos, inventar uma vida nova.” (PV, p. 33). Ao embarcar no trem, símbolo que nos remete a ideia do navio negreiro de outrora, começa sua travessia no interior de si mesma. Depois do retorno ao povoado sem encontrar a mãe e o irmão, passou a ir e vir de longas ausências, terminando por gastar os dias na tentativa de recuperar e reconstituir a memória da família e, assim, sua própria identidade: “Bebia os detalhes remendando cuidadosamente o tecido roto de um passado, como alguém que precisasse recuperar a primeira veste para nunca mais se sentir desamparadamente nua.” (PV, p. 63). Todos os membros da família de Ponciá vivenciam a mesma travessia de trem. Se a primeira viagem fora empreendida por Ponciá, em seguida foi a vez do irmão Luandi e, por fim, a da mãe, quando finalmente se dá o reencontro dos três e o laço familiar quebrado é reconstituído.

Entremeado à história de Luandi, estão os gestos de solidariedade do Soldado Nestor e o amor por Bilisa. Nas ações e nas atitudes do irmão de Ponciá é possível perceber certa ingenuidade, mas também enormes gestos de ternura e amor, atribuindo uma complexidade à personagem que não nos é revelada de início. Aos poucos, a voz narrativa vai despindo a personagem da primeira impressão que nos causa - a de que poderia ser um reproduzidor da violência sofrida - pelo profundo desejo que tem de se tornar soldado, única forma que vê de se assemelhar aos brancos: “Quereria mandar. Prender. Bater. Quereria ter a

voz alta e forte como a dos brancos” (PV, p. 71). Esse desejo de prender e bater não condizia com sua personalidade pura, dócil e, até certo ponto, ingênua. Ao ser preso pelo Soldado Nestor, de quem se tornou grande amigo, lhe vem a ingênua certeza de que a cidade era mesmo melhor que a roça, pois na “cidade, negro também mandava!” (PV, p. 70). Da sua paixão por Bilisa, uma mulher-dama, vem o sentimento de amor e solidariedade, representado por sua compreensão sobre os motivos que a levaram a essa vida. Bilisa tornara-se mulher-dama depois de ter sido roubada pelo filho da patroa. Acaba sendo morta por Negro Glimério, quando este descobre seus planos de se casar com Luandi. Bilisa era a “estrela-maior” na vida de Luandi: “Na noite escura que ele trazia no peito, havia uma estrela-maior, uma estrela-mulher chamada Bilisa.” (PV, p. 102).

É através das personagens femininas Ponciá e Bilisa que Conceição Evaristo denuncia, segundo Quijano, um dos mecanismos mais antigos de dominação universal, o de gênero. Poderíamos pensar na violência física praticada pelo marido de Ponciá como uma atitude reveladora da colonialidade do ser devido à reprodução individual de práticas coloniais, já que isso ocorre entre seres da mesma raça e sem o peso da hierarquização de classe. Sem perceber que sua condição de vida é a mesma de Ponciá, reproduz a violência da opressão a quem pode impor algum tipo de dominação, a de gênero. No caso de Bilisa, a violência que lhe é imposta é de todas as ordens: de raça, de classe e de gênero, pois é explorada sexualmente pelo filho da patroa – branco/patrão – que ainda lhe rouba todas as economias.

Diante do quadro de horror que se pode pintar em qualquer narrativa literária que se disponha a falar da escravidão, poderiam ter sobressaído os sentimentos de ódio, violência e revolta em busca de uma vingança. No entanto, não é esse o quadro pintado por Conceição Evaristo. Ao contrário, são os sentimentos de amor, ternura e solidariedade que apontam os caminhos possíveis para a cura do trauma e a possível construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, parece-nos emblemática a construção da personagem Luandi, pois do aparente desejo em reproduzir os desmandos coloniais, ao imaginar-se como soldado participando de uma guerra, não é a dicotomia entre branco e negro que prevalece:

um dia chegaria em que ele haveria de ser um soldado verdadeiro. Desses que prendem e batem. Desses que vão à guerra. Podia tanto haver uma guerra... Uma guerra dos pretos contra os brancos? Uma guerra dos ricos contra os pobres? Ah, não!... Essas guerras não! Ele queria bater, prender... Se tivesse uma guerra dessas, de que lado ficaria? Ah! Só se fosse uma guerra dos bons contra os maus! Assim dava certo. Ele ficaria do lado dos bons, bateria nos maus, prenderia os perversos. (PV, p. 79-80)

Se, nas demais personagens, vemos a consciência de sua própria condição ser despertada aos poucos, em vô Vicêncio e Ponciá ela parece ser herdada. No entanto, isso não os impede de ter esperança, a qual pode ser percebida na atitude de coragem que Ponciá tem depois de voltar do povoado sem encontrar a mãe e o irmão. Desde esse dia, começou a construir a certeza de que estavam vivos, “talvez estivessem até perto dela, esperando que chegasse o tempo de tudo acontecer, para serem os três novamente. Ela não poderia desistir. Era preciso viver.” (PV, p. 81). Assim como a mãe, Ponciá soube esperar o tempo necessário para o reencontro. Passou a gostar “a vida em recordar a vida. Era também uma forma de viver.” (PV, p. 91). Coube a ela carregar a herança dos seus: o rememorar a dor como possibilidade de construir um outro destino.

As várias memórias de Ponciá também encontram nas imagens do arco-íris e da cobra e a casca da cobra pontas capazes de atar o meio ao início e fim da história. A cobra viva encontrada no fogão de barro da casa vazia, e depois a casca da cobra encontrada pela mãe e o irmão, representam que, mesmo diante da teia de desencontros, a marca de algo ausente se faz presente. Assim, segundo Maria José Somerlate Barbosa, a imaginação, que representa “estar além da realidade presente” é representada “pela presença do arco-íris que reaparece no final do texto.” (2003, p. 11).

Se a imagem da cobra-celeste (arco-íris) provocava medo em Ponciá-menina, porque “se passasse debaixo do arco-íris poderia virar menino” (PV, p. 14), em Ponciá-mulher desperta desejos. A representação dessa imagem passa a funcionar ora como mecanismo de fuga – como ocorre na cena em que o marido, depois de vê-la tão alheia, tenta trazê-la à força ao mundo com um soco violento nas costas, e, neste momento, Ponciá sente vontade de “passar por debaixo do arco-íris e virar logo homem” (PV, p. 20) –; ora como elemento capaz de trazer à tona a recordação da infância e o trabalho com o barro. A imagem do arco-íris, que é recorrente na obra, associa-se ao rio e a busca da argila para trabalhar o barro. Assim como a mãe, “Ponciá Vicêncio sabia trabalhar muito bem o barro.” (PV, p. 21). Um de seus trabalhos feitos ainda na infância foi a imagem do avô, motivo de preocupação da mãe: “O que fazer com a criação da filha? [...] Sim, era ele. Iguazinho! Como a menina se lembrava dele?” (PV, p. 21). O pai, ao ver a imagem, teve a “sensação de que o homem-barro fosse rir e chorar como era feito de seu pai. Chamou a menina entregando-lhe o que era dela.” (PV, p. 22). Ponciá, quando decide partir, não leva consigo o homem-barro. O reencontro com sua própria criação se dá quando ela retorna à Vila Vicêncio e se depara com a dor da ausência da mãe e do irmão. A casa estava vazia, só o homem-barro estava lá entre prantos e risos. Ela o embrulha e, carinhosamente, guarda-o no fundo da trouxa:

O que fazer agora? Perdera o elo com os vivos e com os mortos seus. O que valia agora o barraco? Quem ela levaria ali para dentro? Que pessoas vivas ou mortas? Correu lá no fundo da casa, no seu quarto de empregada e tirou o homem-barro de dentro da trouxa. Cheirou o trabalho, era o mesmo odor da mãe. Ah! Então era isso! Era o Vô Vicêncio que tinha deixado aquele cheiro. Era de Vô Vicêncio aquele odor de barro! O homem chorava e ria. Ela beijou respeitosamente a estátua sentindo uma palpável saudade do barro. Ficou por uns instantes trabalhando uma massa imaginária nas mãos. Ouvia murmúrios, lamentos e risos... Era Vô Vicêncio. Apurou os ouvidos e respirou fundo. Não, ela não tinha perdido o contato com os mortos. E era sinal de que encontraria a mãe e o irmão vivos. (PV, p. 74-75)

As andanças de Maria Vivêncio de povoado em povoado, guardando o tempo até chegar o momento de poder também fazer a travessia para a cidade, não para lá permanecer, mas para buscar os filhos que ela sabia que um dia regressariam, porque no “ventre da terra, pedaços do ventre deles também haviam sido enterrados.” (PV, p. 106), chegara ao fim. Tomada pela certeza que encontraria os filhos, Maria Vivêncio também faz a sua travessia de trem. Assim que desembarca na estação, vai em direção ao soldado Nestor, a quem entrega um papelzinho escrito por ele mesmo e deixado pelo filho Luandi à velha Nêngua Kainda para que entregasse à mãe. Nestor, de imediato, reconhece a própria letra e, carinhosamente, conduz Maria Vivêncio até a delegacia: “Estava feliz. Era como se ela fosse a sua mãe, que ele não via há tanto tempo.” (PV, p. 117). Esse sentimento de pertencimento se dá porque a dor vivida por um negro também é a de *outrem*, uma vez que as histórias de espoliações, inferiorização e exclusão pela cor da pele, desterritorialização e desenraizamento familiar são quase sempre as mesmas. Assim, a dor de um representa a dor coletiva e partilhada entre tantos que vivem na mesma condição.

A mesma impossibilidade de esquecimento que acometera o avô, provocando uma espécie de lucidez capaz de enlouquecer, havia sido herdada pela neta: “Falava sozinha, ora chorava, ora ria. Pedia barro, queria voltar ao rio.” (PV, p.120). Assim, depois de muitos anos recolhida, enterrada-viva dentro de casa, Ponciá Vivêncio, depois de olhar para o marido como se não o visse, “sorriu, gargalhou, dizendo que sabia o que fazer. Ia tomar o trem, voltar ao rio. Dizendo isso apanhou debaixo do banco a estatueta do homem-barro” (PV, p. 120) e partiu em direção à estação. É lá que será encontrada pelo irmão Luandi:

E no primeiro dia de serviço, sem experimentar o gosto do mando, Soldado Luandi José Vivêncio, antes da hora terminada, deixou o posto de trabalho. Pegou a mão da irmã e foi com ela ao encontro da mãe. [...] Maria Vicêncio andava muito aflita. O tempo pedia, era hora de encontrar a filha e levá-la novamente ao rio.” (PV, p. 123)

A mãe de Ponciá havia mantido segredo sobre o que acontecera quando Ponciá ainda estava em seu ventre: “Ponciá Vicêncio chorou três dias seguidos na barriga da mãe. Quatro luas depois, nasceu gargalhando um riso miúdo, mas profundo”. (PV, p. 125). Intuitivamente, a mãe caminhou para o rio e na medida em que adentrava nas águas, a dor da filha se fazia mais calma. Por isso Maria Vicêncio sabia que a menina nunca tinha sido dela e era chegada a hora de ela voltar para o rio, para “as águas-mãe”, como nos é narrado na última cena do romance, momento em que o arco-íris reaparece: “La fora, no céu cor de íris, um enorme angorô multicolorido se diluía lentamente, enquanto Ponciá Vicêncio, elo da memória reencontrada pelos seus, não se perderia jamais, se guardaria nas águas do rio.” (PV, p. 128).

Assim, vemos na escolha da memória como fio narrativo para conduzir o romance *Ponciá Vicêncio*, importante meio contra-hegemônico que possibilita a autoafirmação do discurso dos negros ao revelar elementos esquecidos, apagados ou rasurados na trajetória afrodiáspórica. Desse modo, enquanto o esquecimento se configura como obstáculo da mudança, a rememoração funciona como importante elemento para alavancar a transformação. Nesse sentido, Roland Walter afirma que “Conceição Evaristo indica o amor, o carinho, a solidariedade coletiva, a memorização e a criatividade artística como possíveis meios de conscientização e cura da alienação e fragmentação identitária” (2009, p. 78-79). Ao trabalhar com o barro, Ponciá Vicêncio reproduz a imagem do avô e símbolo capaz de inviabilizar o esquecimento. Assim, podemos pensar a arte da escrita como um fenômeno semelhante, pois esta estaria empenhada em não deixar esquecer o passado de sofrimentos, configurando-se como resistência, em um movimento que a escrita é capaz de promover, o de “eternizar o efêmero”, pois, segundo a própria Conceição Evaristo, a escrita “é o pretensioso desejo de recuperar o vivido”.⁹

Das perspectivas...

A escolha de Conceição Evaristo pelo tema da escravidão, ou as suas heranças, desafio poucas vezes enfrentado, apresenta-se como um discurso de resistência. A realidade descortinada da condição subalterna e excluída do negro na sociedade brasileira no período pós-abolicionista, embora sirva para retratar a condição vivida ainda hoje, não nos parece guiar para uma leitura pessimista. Se a tentativa de conquistar um espaço mais justo e

⁹ Depoimento de Conceição Evaristo, mencionado no início deste texto, disponível em <http://www.lettras.ufmg.br/literafiro/>

igualitário é fracassada, traço que marca a trajetória de todas as personagens afrodescendentes no romance, a capacidade de refletir e perceber essa condição se configura como grito de resistência e afirmação identitária. Desse modo, parece-nos que a derrota imposta às personagens nos faz refletir, ao mesmo tempo, sobre a situação do negro no Brasil ao longo dos tempos, mas também sobre a episteme eurocêntrica que a construiu, demonstrando que ainda possuímos uma “mente colonizada” que nos impulsiona para a reprodução da colonialidade. Para o argentino Walter Dignolo (2003), que se apropriou dos conceitos de Quijano, existe uma necessidade urgente de descolonizar o conhecimento. Para tanto, é preciso prestar atenção aos locais de produção do saber, pois dificilmente as teorias produzidas nas periferias circulam nos centros hegemônicos. Desse modo, segundo o autor, as novas formas de colonialidade significam a continuidade do processo colonial mesmo depois da independência, uma vez que “é tanto um discurso crítico que traz para o primeiro plano o lado colonial do ‘sistema mundial moderno’ e a colonialidade do poder embutida na própria modernidade, quanto um discurso que altera a proporção entre locais geográficos (ou histórias locais) e a produção de conhecimentos” (p. 136).

Assim, ao mesmo tempo em que as personagens não conseguem se libertar da condição inferiorizada que lhes foi imposta pelo pensamento histórico, social, político e econômico, construído durante o colonialismo e o sistema escravocrata, transformando-as em vítimas de uma “pseudo” liberdade, demonstram consciência de sua condição. Dois exemplos são bem emblemáticos na obra. Um deles refere-se ao momento em que o marido de Ponciá bate-lhe até sangrar e, diante da incapacidade de qualquer reação da esposa, se dá conta de que ele também era vítima da mesma situação, sofria do mesmo abandono social: “Foi tanto pavor, tanto sofrimento, tanta dor que ele leu nos olhos dela, enquanto lhe limpava o sangue, que descobriu não só o desamparo dela, mas também o dele. Descobriu que eram sós.” (PV, p. 109). O outro exemplo está no final do romance, quando Luandi encontra a irmã na estação:

A irmã tinha os traços e os modos de Vô Vicêncio. [...] Bom que ela se fizesse reveladora, se fizesse herdeira de uma história tão sofrida, porque enquanto o sofrimento estivesse vivo na memória de todos, quem sabe não procurariam, nem que fosse pela força do desejo, a criação de um outro destino. E ele que queria ser soldado, mandar, bater, prender, de repente descobria de que nada valia a realização de seus desejos, se fossem aqueles os sentidos de sua ação, de sua vida. Soldado Nestor era tão fraco e tão sem mando como ele. Apenas cumpria ordens, mesmo quando prendia. Foi preciso que a herança de Vô Vicêncio se realizasse, se cumprisse na irmã para que ele entendesse tudo. (PV, p. 126)

Relegar o tema da escravidão ao esquecimento é não (re)inscrevê-lo na História. Portanto, se por vezes o esquecimento torna-se necessário para cicatrizar as feridas da violência, física ou moral, lembrar o passado também se impõe como necessidade para o processo de cura e, assim, tornar possível o futuro. Nesse sentido, julgamos que o discurso literário assume papel importantíssimo, na medida em que é capaz de preencher as lacunas da História, ou, como propõe Aleida Assmann, funcionar como armazenador da memória cultural.

A escrita do futuro está em processo. Nesse trilhar de caminhos, no qual a arte também se inscreve como importante ferramenta, vemos que algumas ações, às que deveriam ter sido implementadas pelo poder público no pós-abolição, começam a ser discutidas e implantadas. Referimo-nos ao sistema de cotas para negros nas universidades ou em concursos públicos e a implantação da Lei n.º 10.693, de 09 de janeiro de 2003, que tornou obrigatória a inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” em todo âmbito curricular escolar, principalmente nas áreas de Educação Artística, Literatura e História. Em março de 2008, passou a vigorar a Lei 11.645, apenas para corrigir um lapso, o esquecimento dos indígenas. No entanto, embora saibamos que tais leis representem um avanço no que tange à construção de uma sociedade mais justa, igualitária e menos racista, precisamos admitir que muitas dessas ações não são efetivadas na prática, o que demonstra que ainda estamos longe de vivenciar (ver, sentir) reais e profundas transformações. Na minha percepção, o processo é tão lento no Brasil porque nos autoafirmamos como uma sociedade multiétnica que vive uma “democracia racial”, construída, em grande parte, pelas ideias de Gilberto Freire. No entanto, esse mito da democracia racial serve apenas para encobrir os conflitos sociais. No bojo desse discurso estão as sobreposições de poder, o preconceito, a hierarquização, as diferenças sociais, as raças que habitam o mesmo país, por vezes o mesmo espaço, mas não comungam os mesmos direitos.

Referências

- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora Unicamp, 2011.
- BARBOSA, Maria José Somerlate. Prefácio. In: **Ponciá Vicêncio**. Belo Horizonte: Mazza, 2003, p. 7-12.
- BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 110-208.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2007.
- DUARTE, Eduardo de Assis. O Bildungsroman afro-brasileiro de Conceição Evaristo. In: **Revista estudos feministas**, v. 14, n. 1, 2006. p. 305-308.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Edição Especial. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.

FIGUEIREDO, Eurídice. Mestiçagem, transculturação, criouliização, hibridismo. In: _____. **Representações da etnicidade: perspectivas interamericanas de literatura e cultura**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010, p. 71-96.

LITERAFRO - Portal da Literatura Afro-Brasileira. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/>. Acesso em 12 de novembro de 2013.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSFOGUEL, Ramón (Org). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, p. 127-167.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós Graduaados em História e do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo: PUC-SP, n. 10, dez. 1993.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000, p. 122-151. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/subida/clacso/sur-sur/20100708034410/lander.pdf>

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

WALTER, Roland. **Afro-América: diálogos literários na diáspora negra das Américas**. Recife: Bagaço, 2009.



Fabiele Stockmans De Nardi
“10 RAZÕES PARA AMAR”:
QUESTÕES SOBRE A FUNÇÃO-
HEROICA NOS DISCURSOS
SOBRE JOSÉ MUJICA

“10 RAZÕES PARA AMAR”: QUESTÕES SOBRE A FUNÇÃO-HEROICA NOS DISCURSOS SOBRE JOSÉ MUJICA

Algumas palavras sobre a função-heroica

Em seu “O herói de mil faces”, Campbell, ao falar sobre o herói, comenta que algo muito significativo sobre a mitologia que os estudos de psicanálise asseveram é o fato de que “a lógica, os heróis e os feitos do mito mantiveram-se vivos até a época moderna” (CAMPBELL, 1997, p. 16). Em seu trabalho, o autor vai mostrar que em diferentes espaços literários – mitos, contos de fada, romance, etc., embora a figura do herói e sua construção possam ir adquirindo traços próprios do gênero e de seu tempo, há elementos que se mantêm praticamente estáveis, o que o leva a dizer que:

O herói [...] é o homem ou mulher que conseguiu vencer suas limitações históricas pessoais e locais e alcançou formas normalmente válidas, humanas. [...] **O herói morreu como homem moderno; mas como homem eterno – aperfeiçoado, não específico e universal -, renasceu.** Sua segunda e solene tarefa e façanha é [...] retornar ao nosso meio, transfigurado, e ensinar a lição de vida renovada que aprendeu. (Idem, p. 28 – grifo nosso).

Podemos pensar nessa jornada do herói (POSTAL, 2012) como um movimento de construção identitária: o sujeito é o que desta jornada ele traz consigo. Trata-se de um processo de subjetivação que, em nossa compreensão, para além da construção de uma identidade individual, pode nos levar a pensar em lugares de enunciação a partir dos quais se possa falar sobre esses heróis. Como comentamos em um trabalho anterior, a figura do herói e sua jornada nos ajudam a refletir sobre a construção do efeito-sujeito, enquanto produto de determinações históricas e ideológicas que constroem para esse sujeito um lugar no interior do discurso, um lugar social que ele passa a ocupar e que marca o seu dizer e também os discursos que sobre ele se produzem (DE NARDI, 2011; GRIGOLETTO; DE NARDI, 2013).

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE. Integrante do Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual – NEPLEV/UFPE.

Nos movimentos dos discursos, a construção de narrativas sobre o herói vai buscar, então, nesse corpo sócio-histórico os elementos que são capazes de alimentar tal discurso, lançando-nos não necessariamente ao encontro de um herói, nos moldes tradicionais, mas de uma figura capaz de exercer uma função-heróica, na medida em que encarna uma série de valores tidos como “*exemplares*” e, portanto, com os quais o sujeito é chamado a se identificar. Não mais o herói em si, mas a *função* que ele exerce passa a ser interessante para nós, no sentido de que tal função constitui um modo de funcionamento do discurso que se organiza em torno dessas figuras.

Para pensar um pouco sobre o que entendemos como função-heróica fomos a Foucault (2009, p. 274) em sua reflexão sobre o autor. Ao caracterizar o que chama de função-autor, dirá que ela é “característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade.” Entre as características que atribui a essa função, ressalta o fato de que “ela (a função-autor) não se forma espontaneamente como a atribuição de um discurso a um indivíduo. É o resultado de uma operação complexa que “constrói um certo ser de razão que se chama de autor.” (276) Para ser autor, é preciso que a esse sujeito sejam atribuídas certas capacidades: a criatividade, a originalidade, a lucidez de sua escrita, embora, como diz Foucault, “o que no indivíduo é designado como autor (ou o que faz de um indivíduo um autor) é apenas a projeção, em termos sempre mais ou menos psicologizantes, do tratamento que se dá aos textos [...]”. (276-277).

Para Foucault, caracterizarão a função autor inicialmente quatro traços que ele resume dessa forma:

[...] a função autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que contém, determina, articula o universo dos discursos; ela não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; ela não é definida pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas por uma série de operações específicas e complexas; **ela não remete pura e simplesmente a um indivíduo real, ela pode dar lugar simultaneamente a vários egos, a várias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar.** (FOUCAULT, 2009, 279-280, grifo nosso.)

Tomado como função, o autor se constitui como um espaço de regularidade, de acomodação das contradições que a obra pode conter. Em nosso caso, entendemos que é justamente pelas atribuições que lhe concedem, mais ou menos regulares, tendendo ao apagamento das contradições inerentes a esses sujeitos (e seus discursos) e tendo como

regularidade o caráter de exemplaridade das figuras que a função heroica se constitui, instaurando-se como um espaço de identificação a partir do qual o discurso sobre esses sujeitos vai se construindo – assim como ocorre com o autor, não se trata de um indivíduo a ocupar esse lugar, mas de vários egos que podem ser chamados e exercer essa função.

Em função do acima exposto é que trabalhamos em nosso projeto² pensando a questão do herói. Entendemos que se o herói não mais pode ser visto como o pensou a tradição, o que chamamos de função-heróica é algo ainda presente em muitos discursos que circulam em nossa sociedade, tanto que não raros vemos, aqui e acolá, fenômenos por meio dos quais atores sociais oriundos dos mais diversos lugares são alçados à condição de heróis. Seja no discurso publicitário, em narrativas midiáticas, nas redes sociais, entre outros espaços, esses sujeitos vão sendo colocados no lugar de heróis, chamados a ocupar essa função a partir do que se diz sobre o que são ou o que representam. Por isso temos dito que:

Nos diferentes olhares que se colocam sobre o herói, o que aparece como recorrência é o fato de ser ele uma fonte perene de identificações imaginárias e de identidade coletiva, desde as antigas epopeias, quando se estabelece sua ligação estreita com o mito nacional, até a contemporaneidade, quando ele assume aspectos peculiares em representações culturais fortemente mediadas pelos discursos midiáticos, com sua propensão à espetacularização. (GRIGOLETTO; DE NARDI, 2013)

Neste trabalho iniciamos um trajeto de observação do modo como pelo discurso nas redes sociais, em blogs e sites de jornais e revistas de grande circulação, tem sido apresentada a figura de José Pepe Mujica, presidente uruguaio que vem ganhando certa notoriedade nos últimos tempos, tendendo a ocupar o lugar de “exemplo de político” a ser seguido. Nosso ponto de partida nessa exploração é pensar, portanto, se e em que medida Mujica tem ocupado, nesses discursos, o que chamamos de função-heróica, e, portanto, que elementos de exemplaridade o colocam nesse lugar.

² “Identificação, memória e atualidade nos modos de constituição do herói” - Projeto aprovado pelo CNPq, vinculado ao Neplev do qual participam os pesquisadores Evandra Grigoletto, Fabiele Stockmans De Nardi, Helson Flávio da Silva Sobrinho, Inara Ribeiro e Ricardo Postal.

Sobre Mujica e as razões para amá-lo³

Conforme comentávamos no tópico anterior, estamos interessados, neste trabalho, em apontar alguns elementos que constroem para/sobre Mujica o que temos entendido como uma função-heroica. Mais especificamente, iniciamos uma discussão sobre como na mídia brasileira⁴ tem-se construído esse lugar de exemplaridade para o ex-presidente uruguaio, produzindo o que consideramos como silenciamentos importantes sobre a posição política inerente às práticas e ao discurso de Mujica. Para tanto, vamos iniciar tomando o que chamamos aqui de uma fórmula que se repetiu incessantemente sobre Mujica, aparecendo muito colada a seu nome em toda e qualquer busca na rede.

“*Presidente mais pobre do mundo*” é o que chamamos de fórmula que tem circulado, nos mais diversos espaços, como definição para José Mujica, o presidente Uruguaio que ganhou notoriedade no mundo por cultivar o que se chama de um estilo de vida simples apesar de ocupar o posto de presidente do Uruguai. Das reportagens do Fantástico a sites como Mundo Sustentável, essa fórmula vai sendo repetida, fazendo eco sobre a pobreza como opção de vida e demonstração de retidão de caráter.

Em quase a totalidade das publicações em que se fala sobre a pobreza de Mujica, o que se observa é que por esses discursos ele passa a ocupar um lugar de político exemplar ao abrir mãos dos privilégios que poderia ter com o cargo, e dessa forma transforma em seus fãs mesmo aqueles que repudiam seu ateísmo, atacam os defensores do aborto ou são contrários à legalização da maconha, por exemplo.

Esse “*modo peculiar*” de viver, portanto, como alguns sites definem a opção de Mujica, é o que tem feito dele, no Brasil, um “exemplo de presidente e de homem”. Portanto, é esse caráter de exemplaridade recorrente nos discursos sobre o presidente e o eco que produz o enunciado “*Presidente mais pobre do mundo*” que são nossa porta de entrada para essa discussão. O que esse enunciado está fazendo “trabalhar”, como diz Pêcheux (1983, p. 19), ao ser “repetido sem fim como um eco inesgotável” (21)? Que memória é essa que ele convoca?

³ Este trabalho não inclui o que na mídia brasileira circulou após as últimas visitas de José Mujica ao Brasil, estando, portanto, limitado a novembro de 2014, quando se fez a última busca na rede sobre o ex-presidente Uruguaio.

⁴ É importante elucidarmos que se trata de um trabalho ainda em fase de construção, inclusive do corpus, em que iniciamos as primeiras observações sobre as questões aqui levantadas, trata-se, portanto, de um ensaio de entrada nesse corpus. Também quero reforçar que trabalhamos aqui, ainda, apenas com menções encontrada em sites ou blogs brasileiros, o que é importante pra nós visto que entendemos que este processo provavelmente se produzida de forma diversa em outros países.

Recortamos, aqui, apenas os títulos de algumas reportagens em que a fórmula que destacamos aparece para que se observe como ela se repete (os grifos são nossos):

SD1 - Presidente mais pobre do mundo ainda anda de fusca e doa 90% do salário (site Pragmatismo Político, em 05/06/2012)⁵

SD2 - 'Presidente mais pobre do mundo' vive em chácara e doa quase todo salário (Portal G1 em menção à reportagem do programa Fantástico em 02/12/2012)⁶

SD3 - Presidente mais pobre do mundo anda de fusca e doa 90% do salário (site Mundo Sustentável, em 07/2013, usando a forma da Anonymous Brasil)⁷

SD4 - A VIDA SIMPLES DE PEPE MUJICA, PRESIDENTE DO URUGUAI. O IPAD, A CADELA DE TRÊS PATAS E A CARNE COM CEBOLA DO PRESIDENTE 'MAIS POBRE DO MUNDO' (Época Negócios, em 17/07/2013)⁸

Não ignoramos que essa repetição possa ser pensada como um movimento característico da rede, onde uma 'informação' pode ser reproduzida inesgotavelmente, levando a uma saturação do dito. Mas trata-se para nós de pensar o efeito que sobre a imagem que se produz, na rede, dessa personagem, mediante esse dizer que sobre ela se repete a partir dos mecanismos de busca. Se ao escrever José Pepe Mujica num buscador o que se oferece ao leitor é uma repetição sem fim do enunciado acima, produz-se uma cristalização de um dizer sobre esse sujeito que determina os traços que compõem sua própria aparição nesse lugar do herói, do ídolo, do modelo. É a identificação dos sujeitos com esse discurso que nos dá a possibilidade de pensarmos que essa figura exerce uma função-heróica, mas é o repetir sem fim do enunciado que define as marcas desse lugar: no caso, da pobreza, da simplicidade, da doação. Como bem aprendemos com Pêcheux:

A condição essencial da produção e interpretação de uma sequência não é passível de inscrição na esfera individual do sujeito psicológico: ela reside na existência de um corpo sócio-histórico de traços discursivos que constitui o espaço de memória da sequência. O

⁵ <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2012/06/presidente-mais-pobre-do-mundo-ainda-anda-de-fusca-e-doa-90-do-salario.html>

⁶ <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2012/12/presidente-mais-pobre-do-mundo-vive-em-chacara-e-doa-quase-todo-salario.html>

⁷ [http://www.mundosustentavel.com.br/2013/07/presidente-mais-pobre-do-mundo-anda-de-fusca-e-doa-90-do-salario/;](http://www.mundosustentavel.com.br/2013/07/presidente-mais-pobre-do-mundo-anda-de-fusca-e-doa-90-do-salario/) <http://www.anonymousbr4sil.net/2013/06/presidente-mais-pobre-do-mundo-ainda.html#.UeVldtI3tBI>

⁸ <http://epocanegocios.globo.com/Inspiracao/Vida/noticia/2013/05/vida-simples-de-pepe-mujica-presidente-do-uruguai.html>

termo interdiscurso caracteriza esse corpo de traços como materialidade discursiva, exterior e anterior à existência de uma sequência dada, na medida em que esta materialidade intervém para constituir tal sequência. [...]. (PECHÉUX, 1982, 145-146)

Em seu texto “Leitura e memória: projeto de pesquisa”, que acabamos de mencionar, Pêcheux (1982) vai trabalhar o conceito de memória tal como ele é tomado pela AD, afastando-se de uma discussão neurobiológica, ou seja, da memória pensada a partir do organismo vivo, para ele uma situação problemática, a fim de situar a discussão em outro lugar, ou seja, pensando “o *estatuto social da memória* como condição de seu funcionamento discursivo, a partir da produção e interpretação da rede de traços gráficos ou fônicos.” (*idem*, 142). Ao situar as discussões sobre a memória nesse lugar, Pêcheux vincula-se ao campo dos estudos da *memória coletiva*, citando Le Goff e Pierre Nora, por exemplo, como seus interlocutores, a fim de pensar esse “corpus sócio-histórico de traços” que é a memória.

Esse projeto de leitura, a que o título do texto de Pêcheux nos remete, coloca-nos diante da especificidade do que é para Pêcheux a análise do discurso, como dispositivo teórico que permite ler o enunciado como um nó na rede, nos termos de Foucault a quem ele se reporta, buscando compreender nele a inscrição do interdiscurso, ou seja, num movimento de entrecruzamento entre a materialidade léxico-sintática do enunciado e as relações interdiscursivas que por ele se estabelecem. Diante de um discurso, portanto, nossa tarefa reside em compreender que espaço de memória suporta uma sequência em análise, lhe dá corpo e consistência, permite que ela se inscreva nessa rede de que é parte.

Nos termos de Courtine (1990, p. 18), vamos trabalhar com um *domínio de memória*, com esses já-ditos que vão formando lugares de dizer sobre algo e que constituem, para o sujeito enunciativo, a exterioridade do enunciável. Entendemos que é possível pensarmos essa exterioridade no discurso como uma memória recortada a partir das posições a partir das quais ao sujeito é permitido dizer. São as posições que determinam os modos de recortar, ou seja, é a FD essa tesoura que separa o que se deve lembrar e o que é preciso esquecer ao enunciar. Retomando Courtine (1999, p. 20), “o interdiscurso, sabe-se, fornece, sob a forma de citação, recitação, ou préconstruído, os objetos do discurso em que a enunciação se sustenta ao mesmo tempo em que organiza a identificação enunciativa”.

Que memória é essa, então, que a fórmula que destacamos recorta? Como a recorta? Que rede de sentidos move? O que significa a construção dessa função-heróica para Mujica

atrelada à sua definição como o “*Presidente mais pobre do mundo*”? Não temos, ainda, respostas a todas as questões que aqui se colocam a partir desse recorte inicial do corpus, mas é inevitável pensar sobre o forte atravessamento do discurso religioso definindo e orientando os dizeres sobre Mujica na rede. Suas escolhas de vida vão tomando, nesses discursos, ares de votos de pobreza, e o tom de entrega e abnegação tendem a apagar os fundamentos teórico-políticos que orientam seu discurso e sua ação política enquanto chefe de estado.

Nesse nosso primeiro olhar sobre o corpus, dois sites nos chamaram especialmente a atenção. O primeiro deles foi o da Revista Fórum, pelo título dado a um texto sobre Mujica, publicado em 16 de maio de 2014. Nele, sob o título “10 razões para amar o presidente uruguaio José Pepe Mujica”⁹, a Revista fala do ex-presidente e seus atos no governo - como a legalização da maconha, do casamento entre pessoas do mesmo sexo, da luta contra a indústria tabagista, etc -, mas não conseguimos deixar de pensar sobre a que rede de discursos “sobre” a revista filia seu texto ao intitulá-lo *10 razões para amar*, colocando como a primeira delas justamente a vida simples que levava o então presidente, rejeitando os privilégios do posto que ocupava.

Parece-nos bastante sintomático desse modo de falar sobre Mujica o fato de se fazer dele objeto de mais uma das tantas listas de “amores” ou “desejos” tão comuns quando se quer trabalhar na ordem do consenso, da unanimidade; listas que chamam o sujeito à impossível não adesão a esse amor que se dedica a algo. Uma rápida pesquisa na rede poderia nos levar a várias delas: 10 razões para amar (simplesmente, para o amor como um sentimento maior, para além da razão, da ciência, das filosofias); 10 razões para amar uma cidade qualquer (Miami, Berlin, etc), o limão e suas propriedades, as baixinhas, as personalidades mais diversas e... Mujica. Seja em nossa memória de leitores, seja na memória metálica (ORLANDI, 2001), essa forma de dizer as qualidades de alguém ou de algo provocam uma inevitável simplificação do sujeito-objeto sobre quem se fala, o que estamos entendendo, em nosso caso, como um movimento de folclorização dessa figura política.

Na mesma direção, para nós, funciona a aparição do discurso de Mujica em seções como “Mensagens com amor”, do Portal R7¹⁰, onde esse discurso é recortado e seus

⁹ <http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/05/10-razoes-para-se-amar-o-presidente-uruguaio-jose-pepe-mujica/>

¹⁰ http://www.mensagenscomamor.com/frases-de-famosos/frases_jose_mujica.htm

fragmentos colocadas no mesmo espaço em que estão dicas sobre datas especiais, frases para diferentes ocasiões (amo meu irmão, frases de cozinha, frases românticas, etc), notícias sobre famosos ou trechos da bíblia online, entre outros.

Embora ainda necessitemos olhar com vagar tanto para a construção desses sites como para os comentários que vão dando o tom de como se produzem os movimentos de (des)identificação com essa figura, já é possível observar que, embora encontremos ensaios de uma discussão sobre as ações governamentais de Mujica e seus fundamentos, é na personificação desse homem “bom”, que abre mão de todos os privilégios em favor de um bem maior que tende a se orientar o discurso sobre Mujica, fazendo com que dizeres de idolatria e exaltação dessa figura por sua simplicidade e humildade dominem a construção de sua imagem nesses espaços. Trata-se de construir a sua sabedoria no discurso do amor ao próximo, quase sempre o afastando dos fundamentos políticos que o constituem e caracterizam.

Em seu texto *Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo e luta de classes*, de 1984, Pêcheux traz uma instigante reflexão sobre a ideologia dominante burguesa e sua forma de exercer o domínio sobre as lutas do movimento operário. Ele nos mostra que entre as formas desse domínio duas se destacam: (1) a estratégias de mostrar a toda ideologia dominada o seu vazio diante da força do “Grande Sujeito perverso do capital” construindo toda revolta como marginal; (2) “a repetição do mundo do mestre num segundo mundo subordinado, desvalorizado e folclórico” (*Idem*). Esse trabalho de esvaziamento do lugar do outro, de sua folclorização é o que estamos tentando perseguir nesse jogo de colocação dos sujeitos nesse lugar do herói. É isso que procuramos espreitar nos discursos sobre Mujica, no sentido de pensarmos que efeitos isso produz e que condições de produção do discurso político e sua leitura nos levam a esses jogos¹¹.

Sobre a despolitização (uma tentativa de ponto final)

Como já comentamos, ao ser designado como o “*Presidente mais pobre do mundo*”, fórmula que se repete incansavelmente nos textos de que Mujica é tema, o ex-presidente uruguaio vai ocupando nesses discursos o que aqui chamamos de função-heroica ao ser alçado à condição de exemplo de caráter e retidão. Nos dizeres que sobre ele circulam

¹¹ Nossa pretensão é que consigamos avançar com o projeto observando como esses discursos circulam no espaço virtual a partir do discurso da mídia de diferentes países latino-americanos, observando as similitudes e diferenças que possamos vir a encontrar.

predomina uma forte identificação com o discurso da exemplaridade a partir da renúncia aos bens materiais, atitude quase sempre atribuída a um posicionamento pessoal (de Mujica), ou seja, advinda de sua bondade e sabedoria, e não de uma postura política manifesta em um modo de viver. Aliás, é como "peculiar" que esse modo de viver é visto, numa atitude de estranhamento com relação a essas escolhas tidas como raras, exóticas.

No emaranhado da rede, portanto, a figura de Mujica sofre uma espécie de (des)politização, já que o seu lugar de herói vem se construindo, predominantemente, a partir desse discurso da simplicidade, da renúncia, da entrega ao outro (sempre numa dimensão mais religiosa do que política) – trata-se sempre de colocar em destaque o movimento de um indivíduo - isolado, especial, diferente -; aquele cuja *humanidade* é capaz de situá-lo em um patamar superior aos demais. Temos entendido que podemos chamar de despolitização essa construção da função-heróica por meio da naturalização da relação de figuras como Mujica com o bem, a humanidade, o servir ao próximo, num discurso muito mais próximo do religioso do que do político, pese o fato de serem essencialmente políticos os lugares sociais que ocupam.

Nossas inquietações sobre esses movimentos e seus efeitos seguem de perto as reflexões de Pêcheux (1984) a que fizemos alusão anteriormente ao retomar as palavras do autor sobre esse movimento de enfraquecimento do dominado como forma de marginalizar sua resistência. Voltamos, agora, ao texto de Pêcheux (*idem*, p. 13), do qual vamos nos permitir reproduzir um longo fragmento antes de passar a comentá-lo:

Toda essa miscelânea da representação burguesa das ideologias dominadas visa sustentar a mesma questão da ideologia burguesa endereçada a esse segundo mundo, enquanto metáfora paródica e irrisória do primeiro: "Você não pretende ainda governar com isso? Você não está, apesar de tudo, mais feliz assim no seu mundo?" Disso, resulta todo o resto: se a classe operária e as massas populares vêm perguntar sobre o poder do Estado, a ideologia burguesa fará de tudo para trazê-las de volta ao quietismo do museu-conservatório: "Vocês são apenas crianças! Vocês quebrariam tudo! Cada um no seu lugar, no seu mundo, o capitalismo para todos e as vacas serão bem guardadas!" E se, apesar de tudo, os explorados persistirem em sua pretensão política de mudar de mundo, modificando o mundo, a resposta está, mais uma vez, pronta: isso surge, necessariamente, dos maus espíritos que, vindos do exterior, "subiram à cabeça" dos explorados para manipular sua revolta contra a ordem existente do Mestre, visando se instalar no lugar deste, pois o Mestre só pode ser, "evidentemente", desalojado por um adversário simétrico que repete a sua imagem, invertida: "De qualquer maneira, isso não mudará nada para vocês". [...]. Face às ideologias dominadas, a

burguesia tem suas respostas, constatadas todos os dias, que se adaptam à relação de força...

Trazemos o texto de Pêcheux para uma primeira conversa sobre ele, sobre o que nos diz ao falar sobre a relação entre as ideologias dominadas e a burguesia, acerca dessas “respostas prontas” que buscam amortecer aquele que resiste, enfraquecê-lo, folclorizá-lo. Não seria isso o que se está fazendo nesse discurso sobre Mujica, folclorizá-lo a partir de um dizer romantizado sobre a pobreza e a justiça? O que se faz com o seu discurso ao ser recortado, fragmentá-lo, atribuindo-lhe por vezes um tom quase religioso, distante das discussões sobre o Estado e as políticas que o governam? Como, nesse trabalho, pode-se estar produzindo um efeito de despolitização da figura e do discurso de Mujica, pelo apagamento das contradições que também lhes são inerentes? Podemos pensar que seria a despolitização uma dessas respostas que nos chamam a adaptar-nos ao que aí está?

Nas primeiras linhas da introdução do livro que organiza, intitulado “O esquecimento da política”, Novaes (2007) alerta para o fato de que não se trata de pensar sobre o fim da política, mas sobre seu esquecimento, resultado de algumas das “contradições do mundo contemporâneo, cheio de expedientes políticos, que resultam em esquecimento da política.” (*idem*, p. 15). Dentre os expedientes que cita, que vemos aqui como essa torção do discurso para enredar-nos na ilusão do desaparecimento da política, vamos olhar para um em especial: a *privatização da vida*, de que nos fala Novaes (remetendo ao trabalho de Francis Wolf) para observar que o “elogio do individualismo e a desilusão do coletivo, hoje problemas universais, ganham força peculiar no Brasil.”

Estamos entendendo que essa desilusão do coletivo que leva ao individualismo exacerbado, nos termos do autor, pode estar entre as molas propulsoras do que estamos chamando de despolitização de figuras políticas, como Mujica, e sua consequente inserção em um espaço de individualidade em que elas não são a expressão de um coletivo, mas “protagonistas” de uma história quase solitária. Seria a despolitização, então, um dos efeitos do esquecimento da política que, segundo Wolff (2007), manifesta-se no que hoje vivemos como democracia representativa, ou seja, a ilusão de que nossa ação política esgota no ato de escolher nossos representantes, aqueles que governarão, “o que permite a todos os outros esquecer a política” (*idem*, p. 66). Nas palavras de Wolf (2007, p. 67): “Uma defesa da felicidade individual, sem ideologia, sem convicção. É esse estado de espírito, um dos males quase inevitáveis da democracia [...]”.

O esquecimento da política para o autor nos coloca num estado de adormecimento coletivo, que leva, por um lado, ao individualismo e, por outro, ao comunitarismo. O primeiro se traduz, por exemplo, em um consumismo exacerbado, no culto ao corpo e às celebridades, numa espécie de triunfo do "indivíduo comum" (Idem, p. 68); o segundo é o que Wolf chama de "sua variante ideologizada", ou seja, uma tendência a identificar-se aos "seus"¹².

O que destacamos nesse momento da reflexão proposta pelo autor é como essa face do esquecimento da política se produz pelo colocar em foco esse *eu individual* que, em nosso caso, pode ser alçado à condição de herói. A exemplaridade sobre a qual temos falado em nossos questionamentos sobre o herói se constrói justamente pelo apagamento das contradições que envolvem a existência desses sujeitos no mundo, mas também seus discursos e aqueles que sobre eles produzem. Ao proceder-se esse apagamento, naturaliza-se o bem, a moral, a justiça como algo inerente a esses indivíduos.

Entendemos que essa é a direção que tem sido tomada pelos discursos que sobre Mujica se produzem em sites e blogs brasileiros, nos quais o ex-presidente uruguaio aparece como uma figura quase folclórica, definido por uma "essência", aquela que lhe faz tão "peculiar" quanto seu modo de vida. Encobre-se, assim, o elemento político que constitui seu discurso e que define suas escolhas, bem como o lugar social que ocupa, produzindo um imaginário sobre ele que independe de seu discurso e de sua atuação política. Trata-se de um "eu" individual a ocupar uma função-heróica que se constitui no jogo entre a lembrança e o esquecimento: lembra-se do indivíduo para se esquecer do sujeito.

Referências

CAMPBELL, J. **O herói de mil faces**. São Paulo: Cultrix, 1997, p. 16.

COURTINE, J.-J. O chapéu de Clémentis. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M.C.; (Org.). Os múltiplos territórios da análise do discurso. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999. Coleção Ensaios, n.12, p. 15-22.

ORLANDI, E. **Discurso e texto**: formulação e circulação do sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

POSTAL, R. Mascarilha e récita: estratégias contemporâneas de figuração identitária. 2012.

DE NARDI, 2011

¹² Não nos alongaremos nessa questão, que não nos interessa em particular neste momento, mas remetemos à interessante discussão que faz o autor acerca do comunitarismo como uma oposição entre o próprio e o estranho que se dá não pelo pertencimento à *polis*, mas pelos laços considerados identitários e não políticos, como raça, etnia, igreja.

GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. O julgamento nas redes: a (des)construção do “herói” nos discursos sobre o mensalão. **VII Congresso Internacional da Abralin**, Natal, RN, 2013 (apresentação oral).

FOUCAULT, M. O que é um autor? In. _____. Ditos e escritos. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

PÊCHEUX, M. (1982). Leitura e Memória: projeto de pesquisa. In. _____. **Análise de discurso. Michel Pêcheux**. Textos escolhidos por Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2011.

_____. (1983) **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 3 ed. Tradução: Eni P. Orlandi et al. Campinas: Pontes, 2002.

_____. (1984). Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. **Décalages**, Vol. I. 2013. Disponível em : <http://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/15>

WOLFF, F. Esquecimento da política ou desejo de outras políticas? In. NOVAES, A. (org.). **O esquecimento da política**. Rio de Janeiro: Agir, 2007, p. 55-82.



Andrea Czarnobay Perrot
MEMÓRIA E FICÇÃO EM *DIÁRIO*
ÍNTIMO E *DIÁRIO DO HOSPÍCIO*, DE
LIMA BARRETO

MEMÓRIA E FICÇÃO EM *DIÁRIO ÍNTIMO* E *DIÁRIO DO HOSPÍCIO*, DE LIMA BARRETO

Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) produziu sua obra entre o final do século XIX e início do séc. XX, quando faleceu. Escritor militante, defendia uma literatura que fosse alicerçada na experiência, e não acreditava em outra forma de fazê-la. Descendente de avós escravos – mulato – e morador do subúrbio carioca – remediado –, sofreu os preconceitos advindos dessas condições, trazendo à sua literatura essa experiência, a de ser marginalizado intelectual e socialmente junto a seus pares.

A problemática existencial de Lima Barreto, marcada sobretudo pela origem negra e pobre e por dramas familiares, enfim, pela marginalidade, formaram e conduziram o espírito de intelectual combativo, engajado e consciente, fazendo-o destoar do cenário literário de seu tempo, forjando uma temática ficcional e uma forma literária que rompem com os cânones da escrita de então.

De acordo com sua crença de que a literatura deveria trazer um componente fortemente autobiográfico², registrou notas sobre sua vida e sobre a vida em sociedade ao longo de um período que vai de 1900 a 1920, notas que, coligidas após sua morte, resultaram nos *Diário íntimo* e *Diário do hospício*. Esses *Diários* são construídos como um misto de memória e ficção, veiculando uma análise crítica da sociedade em que o autor está inserido e, no caso específico do *Diário do hospício*, do ambiente fechado e totalizante em que viveu alguns períodos de sua vida. Funcionam, portanto, como arquivos privados tornados públicos *post mortem*.

Esse misto de memória e ficção revela toda a sensibilidade crítica de Lima, pois não só traz a lume suas opiniões acerca da sua vida e do momento presente, como também rememora fatos do passado, analisando-os criticamente, com muita pertinência, mesmo nos períodos em que escreve estando internado no Hospital Nacional dos Alienados, no Rio de

¹ Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Licenciada em Letras, Mestre e Doutora em Literatura Brasileira pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é Professor Adjunto III na UFPel.

² Isso remete para o misto entre memória e ficção, pois um texto autobiográfico narra uma história 'ficcional', uma vez que a vida não se desenrola de maneira contínua, sendo a memória a 'cola' que une os pedaços de vida narrada.

Janeiro. Nesse período específico, ele escreve para se manter lúcido, como afirma Beatriz Resende:

O escritor que, em meio a situações limite, continua tomando apontamentos, continua escrevendo, agarra-se à ideia de que o sofrimento vivido terá um fim, haverá uma saída. Escreve, então, para salvar sua escrita e, pela escrita, salvar a sua vida. Lima Barreto começa a escrever o que foi recolhido como o *Diário do Hospício* num momento de extrema provação, tentando resgatar a própria individualidade, buscando salvar o indivíduo humilhado. Escreve, então, um dos mais fortes e belos documentos em defesa da cidadania do mais excluído dos cidadãos, o louco. Escreve a crônica da loucura. (RESENDE, 1993, p. 174)

Seus apontamentos são de extremo espírito crítico, como percebemos nessa passagem do *Diário do hospício*: “Amaciado um pouco, tirando dele a brutalidade do acorrentamento, das surras, a superstição das rezas, exorcismo, bruxarias etc., o nosso sistema de tratamento da loucura ainda é o da Idade Média: o sequestro” (BARRETO, 2010, p. 90). E então nasce o hospício, na busca pelo isolamento do que incomoda, constituindo-se como uma instituição tão fechada e totalitária quanto a prisão.

Assim são, também, as notas de seu *Diário íntimo*³, versando sobre sua vida na maior parte das anotações, como podemos comprovar na nota que abre o ano de 1903 (sem data especificada):

Um Diário Extravagante

Eu sou Afonso Henriques de Lima Barreto. Tenho vinte e dois anos. Sou filho legítimo de João Henriques de Lima Barreto. Fui aluno da Escola Politécnica. No futuro, escreverei a *História da Escravidão Negra no Brasil* e sua influência na nossa nacionalidade.

* * *

Nasci em segunda-feira, 13-5-81.

* * *

O meu decálogo:

- 1 — Não ser mais aluno da Escola Politécnica.
- 2 — Não beber excesso de coisa alguma.
- 3 — E...

³ Todas as citações do *Diário íntimo* foram retiradas da versão constante do site Domínio Público, disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000066.pdf>. Nesta versão, não há numeração de páginas. Optamos, então, por citar as datas – algumas das vezes, incompletas – dos escritos do *Diário* para posterior localização dos mesmos.

É interessante perceber nessa nota o uso que Lima Barreto faz da forma diarística para construir a identidade que deseja para si: sou fulano de tal, fui aluno de tal curso, vou escrever tal obra, nasci em tal dia e eis aqui minhas 10 regras de vida (das quais aponta somente duas...). A marca negativa de seu decálogo é também digna de atenção: os primeiros e únicos dois de seus ‘mandamentos’ dizem do que ele *não* quer ser e do que ele *não* deve fazer (como os 10 mandamentos da Igreja também o são). O intertexto bíblico se faz presente com muita clareza.

O fato de nomear seu *Diário* como *extravagante* também já aponta para os movimentos não padronizados de seus escritos. Como afirma em outro trecho do *Diário do hospício*, no qual talvez esteja uma ‘explicação’ de sua extravagância,

Eu sou dado ao maravilhoso, ao fantástico, ao hipersensível; nunca, por mais que quisesse, pude ter uma concepção mecânica, rígida, do Universo e de nós mesmos. No último, no fim do homem e do mundo, há mistérios e eu creio neles. Todas as prosápias sabichonas, todas as sentenças formais dos materialistas, me fazem sorrir e creio que este meu sorriso não é falso, nem precipitado, ele me vem de longas meditações e de alcanceantes dúvidas. (BARRETO, 2010, p. 64)

Ao mesmo tempo em que sugere uma crença no mistério, o discurso do escritor parece se voltar contra a unicidade e a coerência absolutas impostas e festejadas, de certa forma, ao e pelo sujeito do seu tempo. Talvez a dissonância entre as atitudes esperadas no meio social e a conduta *desregrada* seria indicativo de loucura. A própria dúvida já não podia ser vista como algo saudável num contexto de ideais indubitáveis como era o da ciência no final do século XIX e início do XX.

Mas o intelectual extravagante dá lugar ao homem e suas preocupações mundanas, como se vê na nota de 12 de junho de 1903 ainda de seu *Diário íntimo*:

Acordei-me da enxerga em que durmo e difícil foi recordar-me que há três dias não comia carne. Li jornais e lá fui para a sala dar as aulas, cujo pagamento tem sido para mim sempre uma hipótese. Tomei café. Escrevi o memorial para o Serrado. Não o achou bom e eu sou da opinião dele.

Continuo a pensar onde devo comer. Há chance de ser com o Ferraz. Ah! Santo Deus, se depois disso não vier um futuro de glória, de que me serve viver? Se, depois de percorrido esse martirólogo, eu não puder ser mais alguma coisa do que o idiota Rocha Faria – antes morrer.

E os dez mil-réis! Idiota.

Noite. Ainda não jantei. Às seis horas, com um tostão, comi uma empada. Que delícia! Ah! Se o futuro...

E os dez mil-réis do tal visconde! Idiota.

Os protetores são os piores tiranos.

Novamente versando sobre as preocupações mundanas – o sustento, os dramas familiares –, escreve Lima em janeiro de 1904:

Dolorosa vida a minha! Empreguei-me há 6 meses e vou exercendo as minhas funções. Minha casa ainda é aquela dolorosa geena pra minh'alma. É um mosaico tétrico de dor e de tolice.

Meu pai, ambulante, leva a vida imerso na sua insânia. Meu irmão, C..., furta livros e pequenos objetos para vender. Oh! Meu Deus! Que fatal inclinação desse menino!

Como me tem sido difícil reprimir a explosão. Seja tudo que Deus quiser!

Preocupações essas que viriam a ser tratadas como prováveis causas de sua desrazão, como vislumbramos na seguinte anotação do *Diário do hospício*, no capítulo intitulado 'A minha bebedeira e a minha loucura':

Muitas causas influíram para que viesse a beber; mas, de todas elas, foi um sentimento ou pressentimento, um medo, sem razão nem explicação, de uma catástrofe doméstica sempre presente. Adivinhava a morte de meu pai e eu sem dinheiro para enterrá-lo; previa moléstias com tratamento caro e eu sem recursos; amedrontava-me com uma demissão e eu sem fortes conhecimentos que me arranjassem colocação condigna com a minha instrução; e eu me aborrecia e procurava distrair-me, ficar na cidade, avançar pela noite adentro; e assim conheci o *chopp*, o *whisky*, as noitadas, amanhecendo na casa deste ou daquele. (BARRETO, 2010, p. 60-61)

Conforme Alfredo Bosi, no prefácio ao *Diário do hospício*,

O título do capítulo não poderia ser mais transparente. O álcool aí aparece como causa próxima dos delírios que levaram o escritor ao manicômio. A anamnese vai mais longe e toca mais fundo, buscando sondar os motivos do vício, que Lima acaba reduzindo a um só estado crônico de angústia nesse passo de notável densidade existencial. (BOSI, 2010, p. 19).

O escritor constrói seus *Diários* com essa densidade existencial que caracteriza sua obra por inteiro. Não só nos diários, mas também em seus romances, contos e crônicas, a verve analítica de si e da sociedade em que convive com seus dramas familiares se faz

presença constante. As anotações em seus diários, porém, revelam com mais intensidade o exercício dessa visão analítica da vida.

Em entrevista a um jornal durante sua última passagem pelo hospício, Lima parece convencer o repórter de que não está louco. Assim começa a matéria, publicada n'A *Folha* em 31 de janeiro de 1920:

Lima Barreto, o romancista admirável de Isaías Caminha, está no hospício. Boêmio incorrigível, os desregramentos de vida abateram-lhe o ânimo de tal forma, que se viu obrigado a ir passar uns dias na Praia da Saudade, diante do mar, respirando o ar puro desse recanto ameno da cidade. Lá está seguramente há um mês. É verdade que não está maluco, como a princípio se poderá cuidar; apenas um pouco excitado e combalido. O seu espírito está perfeitamente lúcido, e a prova disso é que Lima Barreto, apesar do ambiente ser mui pouco propício, tem escrito muito (*Apud* MENDONÇA, 1993, p. 308).

São várias as passagens do *Diário do hospício* em que Lima Barreto faz menção ao seu ofício de escritor, que ele exerce durante todo o período de internamento, tais como: “contarei essa tragédia manicomial em separado (p. 50), “Tratarei deles mais minuciosamente” (BARRETO, 2010, p. 55), “Ao pegar agora no lápis para explicar bem essas notas que vou escrevendo no Hospício” (p. 60), “Poderia alongar-me mais na descrição dos doentes que me cercam” (p. 78), entre outras.

Em algumas anotações, Lima faz planos para um futuro talvez próximo, como naquela que fecha o ano de 1903 no *Diário íntimo*:

Curso de filosofia feito por Afonso Henriques de Lima Barreto para Afonso Henriques de Lima Barreto, segundo artigos da *Grande Encyclopédie Française du Siécle XIXéme*, outros dicionários e livros fáceis de se obter. O curso será feito segundo a história do pensamento filosófico, devendo cada época ser representada pela opinião dos seus mais notáveis filósofos.

O intelectual Lima Barreto está sempre planejando alguma investida que, entretanto, pelo conhecimento de sua biografia, acaba não levando adiante, não sendo realizada. Ele se demora algumas páginas de seu *Diário íntimo* no planejamento desse Curso de Filosofia, que, é sabido, nunca aconteceu. Há uma nota de desconfiança em si quando menciona que utilizará em seu curso ‘livros fáceis de se obter’, desmerecendo seu trabalho de organizador de um curso de filosofia. No escrito de 12/06/1903 ele relata: “Escrevi o memorial para o

Serrado. Não o achou bom e eu sou da opinião dele”, ou seja, a descrença em sua qualidade como escritor também é digna de nota.

Em dado momento das anotações no *Diário do hospício*, Lima começa a misturar memória e ficção, troca seu próprio nome por um dos possíveis nomes para o protagonista de *O cemitério dos vivos*⁴, Tito Flamínio:

Mas na secção Pinel, aconteceu-me cousa mais manifesta da estupidez do guarda e da sua crença de que era meu feitor e senhor. Era este um rapazola de vinte e tantos anos, brasileiro, de cabeleira solta, com um ar de violeiro e modinheiro.

Estava deitado no dormitório que me tinham marcado e ele chegou à porta e perguntou:

- Quem é aí Tito Flamínio?

- Sou eu, apressei-me. (BARRETO, 2010, p. 81)

Novo dado ficcional surge logo adiante, desta vez quando Lima faz referência a uma esposa que nunca teve.

Não amei nunca, nem mesmo minha mulher que é morta e pela qual não tenho amor, mas remorso de não tê-la compreendido, mais devido à oclusão muda do meu orgulho intelectual; e tê-la-ia amado certamente, se tão estúpido sentimento não tivesse feito passar por mim a única alma e pessoa que me podiam inspirar tão grave pensamento. (BARRETO, 2010, p. 84)

A memória do que não foi funciona, então, como uma construção imaginária que inventa e faz escolhas, que faz escolhas e inventa. O discurso autobiográfico, dependente dessa construção imaginária, não pode ser visto como uma retomada redentora do passado porque não existe essa entidade una e unívoca chamada passado; o que ocorre é o uso da memória para dar forma e substância a um processo mediativo e reflexivo (GAGNEBIN, 1994, p. 17).

Segundo Pinto,

Há pelo menos dois tipos de processos referentes à memória: aquele que transforma os fatos apreendidos sensorialmente em lembranças armazenadas no “grande receptáculo” e aquele que proporciona a invocação destas lembranças. (PINTO, 2006, p. 47)

⁴ *O cemitério dos vivos* é um romance inacabado baseado no *Diário do hospício*, ou seja, a ficcionalização da escrita memorialística do *Diário*.

Ainda sobre o caráter autobiográfico dos escritos barretianos, no *Diário do hospício* o autor firma com seu leitor o 'pacto autobiográfico', por meio do qual se estabelece a identidade entre autor, narrador e personagem. De acordo com tal pacto, a narração é sempre retrospectiva e o tema tratado é a vida individual, a história de uma personalidade, pois coloca em jogo a própria vida, a história e as experiências pessoais de seu autor/narrador/personagem. Assim, e de acordo com Bakhtin (1997), a autobiografia é um ato literário, ou seja, um ato estetizado, à medida que o autor objetiva o seu Eu e a sua vida num plano artístico, ou seja, ela é um gênero literário e, como tal, se utiliza de recursos literário-ficcionais para existir.

Ao adentrar no plano artístico, podemos afirmar que a verdade de uma autobiografia, depois de desvelado o uso de recursos literário-ficcionais, é uma verdade 'transfigurada', mas ainda verdade, uma vez que tais recursos são escolhidos pelo autor e dão um tom "mais psicologicamente verdadeiro": "essa autobiografia 'essencial' é mais exata [porque] alheia às contingências anedóticas particulares da vida do autor" (LEJEUNE, 2008, p. 105).

As idas e vindas entre o ficcional e o não-ficcional são mais corriqueiras do que pensamos. E não apenas no campo das artes. Na verdade, a ficção se faz presente no dia-a-dia de cada indivíduo sem que disso ele se dê conta, ao menos conscientemente. As próprias interações sociais somente se tornam possíveis com o uso de elementos ficcionais, que podem se ocultar sob as diversas máscaras sociais que utilizamos cotidianamente.

Conforme Pierre Bourdieu, em "A ilusão biográfica",

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar. (BOURDIEU, 1998, p. 185).

Para o autor, o romance se apresenta como forma preponderante nessa tradição literária, forma que acaba contaminando as narrativas autobiográficas e sendo tomada como modelo para qualquer narrativa moderna. É esse fenômeno que aparece em *O cemitério dos vivos*, ficcionalização da forma diarística de Lima Barreto. Ele, como escritor inserido em determinada tradição literária, é levado a 'romancear' sua existência no hospício, sua experiência de vida numa instituição fechada.

Nota-se, entretanto, que a escrita memorialística de Barreto já apresenta dados ficcionais, ou seja, já há um tratamento estético de seu material biográfico, mesmo quando

esse material traveste-se de *Diário*, uma forma que sugere, numa primeira leitura, que nada há de ficcional em sua constituição, em sua escrita. Mesmo que o escritor não ficcionalizasse formalmente seu *Diário do hospício* – o que fez de fato em *O cemitério dos vivos* –, ainda assim, na forma memorialística do *Diário* já encontramos elementos ficcionais, ou seja, a escrita diarística acontece, também, como obra estética, mixando memória e ficção.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARRETO, Lima. **Diário do hospício / O cemitério dos vivos**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

_____. **Diário íntimo**. Domínio Público. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000066.pdf>.

BOSI, Alfredo. Prefácio. In: BARRETO, Lima. **Diário do hospício / O cemitério dos vivos**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.) . **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em W. Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 1994.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

MENDONÇA, Bernardo de. **Um longo sonho do futuro**: diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993.

PINTO, Fabio Bortolazzo. **A ficção não é o que parece**: autobiografia, cinematographia e escrita diarística em três romances de Carlos Sussekind. Dissertação de Mestrado. UFRGS, PPGLetras, 2006.

RESENDE, Beatriz. **Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Campinas: Unicamp, 1993.



Fabio Elias Verdiani Tfouni
CORPO E SUBJETIVIDADE EM
REVISTAS DE GRANDE
CIRCULAÇÃO

CORPO E SUBJETIVIDADE EM REVISTAS DE GRANDE CIRCULAÇÃO

Introdução

Neste trabalho, retomamos discussão anterior (TFOUNI, F. E. V e TFOUNI, L. V, 2014) com novo *corpus*, com o objetivo de verificar se a proposta de análise feita anteriormente se confirma em um *corpus* diferente, e ao mesmo tempo, verificar que deslocamentos em termos de princípios analíticos e de conclusões a abordagem de um novo *corpus* pediria. O *corpus* do trabalho anterior consistiu em capas da revista *Você s/a*. O presente trabalho trata de capas de revistas voltadas à questão do corpo e procurou investigar como essas revistas fabricam a subjetividade do leitor, bem como verificar se existe relação entre corpo fabricado e sujeito fabricado.

As revistas fabricam a subjetividade do sujeito-leitor no sentido de que moldam o eu (ego) e o corpo desse sujeito-leitor e, por sua vez, essa modelagem se dá com o assujeitamento desse leitor às ordens discursivas dessas revistas que se apresentam como aquelas que vão oferecer a esses leitores soluções para sua vida (profissional, pessoal, amorosa e etc.) e para seu corpo. Em certos aspectos, as soluções para o corpo são também soluções mais gerais para a vida do sujeito.

O caminho aqui será o de apontar que os discursos dessas capas de revistas se dão no cruzamento de um discurso midiático com um discurso pedagógico, melhor dizendo, as revistas realizam a fabricação da subjetividade usando um discurso do tipo pedagógico (DP). As revistas se assemelham a cartilhas que ensinariam o sujeito a viver. Lembrando FOUCAULT (2013) e o papel que este dá aos discursos institucionais, incluindo aí os discursos da/na escola como instrumento de poder, diremos, inicialmente, que essas revistas são cartilhas de uma escola sem muros na qual o sujeito precisa “aprender” a viver. Não pretendemos reduzir o discurso das mídias ou o discurso jornalístico ao discurso pedagógico. Apenas apontamos que certas características do discurso pedagógico são encontradas em discursos que circulam fora da escola. Como apontam TFOUNI e ASSOLINI (2007), o discurso pedagógico não é exclusivo da escola e, por isso, caracterizam

¹ Professor adjunto do Departamento de Letras (DLI) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Centro Campus Prof. Alberto Carvalho. Doutor em Letras pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, com estágio de Pós-doutorado no IEL/UNICAMP.

o discurso que circula dentro dos muros da escola como discurso pedagógico escolar (DPE).

Assim, por exemplo, o autoritarismo disfarçado, a irreversibilidade, e o assujeitamento ideológico (cf. ORLANDI, 1996) são características de diversos discursos, não apenas do discurso pedagógico. TFOUNI e ASSOLINI (2007) pontuam que as características de funcionamento do DP podem ser encontradas em qualquer instância em que se instale uma interação assimétrica, como no discurso dos pais dirigido aos filhos com o intuito de inseri-los na ordem social ou nos usos e costumes atribuídos ao “bom” sujeito. Alguns autores como FISCHER (2002) têm chamado a atenção para o discurso pedagógico presente na mídia:

No âmbito específico das práticas escolares, o próprio sentido do que seja “educação” amplia-se em direção ao entendimento de que os aprendizados sobre modos de existência, sobre modos de comportar-se, sobre modos de constituir a si mesmo – para os diferentes grupos sociais, particularmente para as populações mais jovens – se fazem com a contribuição inegável dos meios de comunicação. (FISCHER 2002, p. 153)

Notamos que a mídia usa o discurso pedagógico tradicional como se estivesse no lugar do professor. Esse é um lugar que se coloca como autoridade para falar sobre algo, e que supõe também o lugar do leitor como lugar do aluno: aquele que vai ouvir o que o “mestre” fala. Essa relação professor-aluno, que se dá entre a capa de revista e o leitor, seria uma relação marcada pela (suposta) autoridade do professor (revista) para falar de algo que aluno (leitor) não sabe e precisa ouvir (e aprender). A suposta autoridade do professor vem de uma relação de apropriação desse último do discurso do cientista. O professor se apropria da posição de cientista e, portanto, daquele que possui o saber para falar. Outras características do discurso pedagógico tradicional que notamos nas capas de revista são: o autoritarismo (mesmo que disfarçado), a irreversibilidade, e a relação assimétrica (cf. ORLANDI, 1996).

Para Forbes (2010), o sujeito de hoje é um “sujeito desbussolado”: sem norte, sem rumo. Um sujeito que não sabe agir ou conduzir sua vida em todos os aspectos, como já afirmamos. Diremos que isso sempre existiu; o sujeito sempre precisou de um guia, uma direção. A pulsão humana precisa de uma saída, um caminho que é sempre dado pela sociedade. Esse caminho possui componentes políticos e culturais. Se o sujeito *precisa* de um caminho indicado pelo outro, esse caminho é dado pela educação. Nessa busca, o

sujeito se dirige ao outro, que faz o papel de uma suposta autoridade que pode transmitir ao sujeito o saber que ele deseja.

Para Althusser (1999), a escola ocupa um lugar de destaque entre os aparelhos do estado burguês, cujo objetivo é a reprodução do *status quo* e a consequente reprodução/manutenção do poder pela classe dominante. Então, o poder procura capturar o sujeito, mas, ao mesmo tempo, ao buscar respostas de como proceder na vida, o sujeito acaba se entregando ele mesmo ao assujeitamento e à ideologia do outro: na busca por respostas, o sujeito cai na armadilha da ideologia do outro. Se a ideologia é constitutiva do sujeito, então, sem ideologia o sujeito não existe. O chamado da ideologia - a interpelação - assim como a entrega do sujeito, seriam as condições da existência desse sujeito. Essa seria uma leitura possível da tese althusseriana de que o sujeito precisa livremente se assujeitar.

[...] o indivíduo é interpelado como sujeito [livre] para que livremente se submeta aos mandamentos do Sujeito, isto é, para que aceite livremente sua sujeição, ou seja, para que “execute sozinho” os gestos e atos de sua sujeição. Não há sujeitos senão por e para sua sujeição. É por isso que eles funcionam sozinhos. (ALTHUSSER, 1999, p. 138. Itálicos do autor).

Os trabalhos de Foucault (2013) podem nos ajudar a compreender essa fabricação de sujeitos pela mídia. Sabemos que o autor mostrou a existência de corpos obedientes e úteis, que seriam moldados para ser mais eficientes e submissos, de modo que gerariam mais dinheiro.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto mais é útil, e inversamente (FOUCAULT, 2013, p. 133).

Sabemos que só teoria não faz uma análise. Por isso, em seguida, apresentaremos um *corpus* composto por capas da revista “Corpo a Corpo”, de modo a ilustrar como aquilo que foi discutido acima pode ser transposto para a análise, sempre lembrando que, para a AD, não há um tempo anterior em que a teoria anteceda a análise, ou vice-versa.

No campo da AD existe discussão sobre quais as relações da teoria de Foucault com a análise do discurso de Pêcheux, diremos nesse momento que existem muitas divergências, mas que ambos tratam da questão do poder. Assim, a teoria de Foucault pode se aproximar da AD com a realização de alguns deslocamentos teóricos.

Uma diferença fundamental está na questão da ideologia: na AD o conceito de ideologia é central. Foucault não trata da ideologia. No Maximo leva em conta esse conceito como mais uma ferramenta de análise entre outras. Assim, diremos que as análises de Foucault sobre o poder e da relação do poder com o corpo podem contribuir com a AD, desde que sejam levadas em conta numa relação com a ideologia. É assim que interpreto o comentário de Zizek sobre a contrapartida de Foucault aos aparelhos ideológicos do estado de Althusser:

A contrapartida foucaultiana dos Aparelhos Ideológicos de Estado são os processos disciplinares que funcionam no nível do "micropoder" e designam o ponto em que o poder se inscreve diretamente no corpo, contornando a ideologia - razão para que, justamente, Foucault nunca usa o termo "ideologia" a propósito desses mecanismos de micropoder. (ZIZEK, 1999, p. 18.).

Inclusive, a inscrição direta do poder no corpo mencionada por Zizek em Foucault poderia ser uma pista de que isso se dá sem a presença de ideologia mas também sem a presença do simbólico, produzindo uma relação direta entre poder e corpo, sem intervenção da ideologia nem da linguagem e do simbólico. Isso é importante na medida em que em AD dizemos a ideologia se materializa na linguagem, e também, através da influência da psicanálise na AD podemos lembrar que a linguagem "captura" o sujeito, tendo um muito papel na interpelação ideológica e no assujeitamento do sujeito.

Análises

Na imagem abaixo, capa da revista corpo a corpo de dezembro de 2012 (Fig. 01)², podemos apreender a afirmação (citada acima) de Althusser (1999), segundo a qual o sujeito "realizaria sozinho" sua sujeição. Isso ocorre porque, escravizado pela dialética das leis do mercado, o sujeito, ao comprar a revista, o faz "livremente", e esse princípio se aplica também ao fato de o sujeito realizar o que ela pede (suas *ordens*). Sua sujeição aparece para o sujeito como um desejo a ser atingido: o desejo de ser belo (ou bela) de ter corpo considerado perfeito, etc.

² Todas As imagens deste trabalho (Figs. 01. 02 e 03) estão disponíveis no link: https://www.google.com.br/search?q=revista+corpo+perfeito&biw=1440&bih=740&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ei=-ndwVL7BlcucNvqAgYAG&ved=0CAYQ_AUoAQ#tbm=isch&q=revista+corpo+a+corpo&imgdii=->



(Fig. 01)

A superfície linguística materializa as orientações ao sujeito na forma de ordens, através do uso do imperativo: “seque a barriga”, “entre no vestido”. O “bom” sujeito aqui (no sentido de PÊCHEUX, 1995) é aquele disposto a ter seu corpo controlado, um corpo dócil, moldado pelos ideais da sociedade contemporânea, que equivalem aqueles do capital e do consumo.

Assujeitar-se, desse modo, seria aceitar esse “conselho” ou “orientação” livremente. O sujeito estaria “escolhendo” ser belo (na realidade, aceitando o modelo imposto de beleza pelas capas) para poder ir à festa e ter vida social, uma vez que entrar no vestido de festa é condição para ter vida social. Note-se que “vida social” aí tem um sentido bastante restrito, empobrecido; o equivalente de “ir à festa”, A revista “ensina” o sujeito-leitor a se tornar “algo”. Ela molda o sujeito dando a ele a impressão de fazer isso por livre escolha e em seu próprio benefício.

Em Vigar e Punir, Foucault (2013, p.32) traz um conjunto de imagens ao comentar a ortopedia e a correção dos corpos. Uma dessas imagens é uma árvore amarrada. Essa imagem nos lembra do processo de cultivo de árvores miniatura (Bonsai) chamado “educação de Bonsai”. A educação então seria realizada por um processo de restrição, contenção, repressão e, ao mesmo tempo, de um direcionamento forçado: o desenvolvimento da árvore depende do caminho e da direção dados pelo “educador”,

aquele que cultiva a árvore. Podemos dizer que essas capas de revistas realizam a educação-adestramento do sujeito comparando o “pedagogismo” presente aí ao modo de produção dessas árvores.

Nessa linha, “educar” seria equivalente a formatar, a determinar os caminhos que o sujeito e seu corpo precisam e devem seguir. Pela via da Psicanálise, vemos aí o que os psicanalistas chamam (e denunciam) de “ortopedia do ego”: procedimento que consiste em fazer o analisando seguir pelo “bom caminho”, que seria, neste caso, fazer com que o analisando se identifique com o analista, tornando-se, ao final da análise, semelhante ao analista.

O discurso pedagógico também aparece nessa e em outras capas através de listas que se assemelham às listas de exercícios propostos por cartilhas e livros didáticos, como o que aparece nessa capa: “Só 10 movimentos para ter um bumbum sexy”. Fazer exercícios é uma das obrigações do sujeito-aluno interpelado pelo discurso pedagógico. Esses exercícios apontam para uma prática. Althusser (1999) afirma que a ideologia não existe em si mesma, mas só existe numa prática concreta que se realiza nas ações e rituais dos aparelhos de Estado.

Diremos, então, que quando o aluno entra na sala de aula, se senta na carteira, abre o caderno, usa a caneta, copia o conteúdo no caderno, ele está realizando (se assujeitando) na prática à ideologia ali imposta pelo discurso pedagógico. E isso acontece de modo inconsciente, ou seja: o indivíduo se assujeita sem se dar conta. Ao comprar a revista e fazer os exercícios que ela pede, o sujeito está realizando sua sujeição através de uma prática e de modo inconsciente, ou seja: sem se dar conta do significado de seu ato. Contribuindo para essa discussão sobre a prática como terreno ideológico, trazemos o comentário de Zizek (1999) sobre o trabalho de Pascal. Zizek retoma Pascal para falar do sujeito como um autômato que realiza as coisas sem pensar. A questão do hábito entraria aí como prática enraizada, que é levada a cabo sem a reflexão do sujeito, sem questionamento, e de modo automático e inconsciente. Vejamos Pascal:

[...] Pois não devemos nos enganar sobre nós mesmos: somos tanto autômato quanto mente. (...) As provas convencem apenas a mente; o hábito fornece as provas mais sólidas, e aquelas em que mais se acredita. Ele dobra o autômato, que inconscientemente leva a mente consigo. (PASCAL, *apud* ZIZEK, 1999, p. 318)

Interpretamos a citação como se segue: acreditamos em coisas externas a nós antes que qualquer juízo consciente possa ser proferido. Como diz Zizek “Aja como se acreditasse, e a crença virá por si só” (1999, p. 320). Eis o autor:

A externalidade da máquina simbólica (“autômato”), portanto, não é simplesmente externa: é, ao mesmo tempo, o lugar em que o destino de nossas crenças internas, mais sinceras e íntimas, é encenado e decidido de antemão. Quando nos sujeitamos à máquina do ritual religioso, já acreditamos sem saber; nossa crença já se materializa no ritual externo; em outras palavras, já acreditamos inconscientemente, pois é a partir desse caráter externo da máquina simbólica que podemos explicar o status do inconsciente como radicalmente externo - o de uma letra morta e não compreendida. Esse curto-circuito entre a crença íntima e a “máquina” externa constitui o núcleo mais subversivo da teologia pascaliana. (ZIZEK, 1999, p. 321).

No bojo dessa discussão, podemos dizer que a discussão de Foucault sobre a produção de corpos úteis e dóceis através do exercício seria a de criar exercícios repetitivos à exaustão como forma de dominar o corpo e, por conseguinte, dominar o sujeito, produzindo uma espécie de “possessão” do sujeito pelo outro. Isso se consegue através dos exercícios que vemos nas capas das revistas. Segundo Haroche, o objetivo do exercício para Foucault seria o de...

[...] “inclinando o comportamento para um estágio terminal”. Técnica de submissão, destinada à conquista da saúde pelo indivíduo, o exercício aparece então como ‘o tema de uma perfeição em direção à qual o mestre exemplar guia’. Ele se transforma em técnica de adestramento para fins de poder, aperfeiçoamento autoritário dos alunos pelo professor” (HAROCHÉ, 1992, p. 25)

O exercício criaria assim, por repetição, uma espécie de “memória muscular” na qual o sujeito chegaria a repetir os movimentos exercitados de modo automático (lembramos aqui o autômato de Pascal), inconsciente e sem se dar conta. Quando um motorista dirige, troca a marcha de modo automático, sem pensar. É nessa linha que pensamos aqui essa memória muscular.

Desse modo a ordem do discurso existe, mas, com a prática ao longo do tempo, ela nem chega a ser pensada; o ato se realiza automaticamente não deixando espaço para o pensamento ou para a dúvida, o que é obtido com a repetição dos exercícios à exaustão. Assim obtemos uma compulsão à repetição que anularia a consciência e condicionaria o sujeito a uma resposta automática, o que lembra um pouco o cão de Pavlov.

A capa da revista *corpo a corpo* de dezembro de 2011, que está abaixo (Fig. 02), apresenta diversos fatos discursivos que podem ser interpretados como orientações ao modo do discurso pedagógico.



(Fig. 02)

O enunciado “afine a jato” está em consonância com o ideal de corpo dos tempos atuais: um corpo magro. Então, é preciso “afinar”, e não apenas afinar, mas afinar rapidamente para que o sujeito entre no ritmo da velocidade e da aceleração da sociedade atual. Outro enunciado de valor pedagógico é “Guia para montar um Day Spa na sua casa”. O spa é lugar inventado justamente para essa fabricação de corpos a serem moldados pelas exigências de beleza, utilidade, docilidade e conquista dos dias de hoje. A capa também traz uma lista de exercícios semelhantes a uma cartilha: “bumbum sarado com apenas 9 movimentos poderosos”. Notamos também o uso do termo “sarado”, ou seja: algo que esteve doente e se curou, sarou. O corpo, para ser dócil e útil, precisa ser saudável, entendendo-se “saudável” aí, não no sentido saúde-doença, mas - por um deslizamento metafórico produzido pelas condições de produção capitalistas - no sentido de amoldados a um ideal de beleza imposto pelo capital: corpos não saudáveis são pouco úteis ao poder e ao capital. Podemos fazer a aposta de que as revistas assumem para si a tarefa do Estado, que tem como objetivo “proteger” o corpo social.

É este corpo que será preciso proteger de um modo quase médico: em lugar dos rituais através dos quais se restaurava a integridade do

corpo do monarca, serão aplicadas receitas, terapêuticas como a eliminação dos doentes, o controle dos contagiosos, a exclusão dos doentes. (FOUCAULT, 2009, p. 145)

Essas revistas criam uma massa de pessoas, “um corpo social” livre dos corpos indesejados: os doentes, os gordos, etc. Porém a questão não se limita à exclusão do corpo indesejado, mas do aperfeiçoamento do corpo para o trabalho, com vistas à manutenção de uma sociedade na qual o trabalho de muitos sustenta os que não trabalham. Não é sem motivo que diversos trabalhos das áreas de educação e de educação física tem se colocado a tarefa de pensar essa captura do sujeito através do treinamento do corpo. É o que vemos em Prado:

[...] a Educação Física, por intermédio da denominada “ginástica”, foi utilizada enquanto uma técnica interventiva do estado para a construção e fortalecimento de uma identidade nacionalista, biologicamente “saudável” e útil aos interesses do capital. A disciplinarização e higienização dos corpos, bem como sua educação moral, se valeram dos exercícios corporais enquanto dispositivos que auxiliariam no processo de adequação de homens e mulheres em prol da manutenção dos princípios políticos, hierárquicos e higiênicos imprescindíveis para a materialização no novo cenário social. (PRADO, 2014, p. 62)

Com o surgimento do capitalismo industrial, foi preciso criar um novo sujeito para que essa nova sociedade pudesse subsistir, ou seja, a criação desse novo sujeito não se limitava à criação de uma nova subjetividade, mas sim consistia no correlato necessário para a criação e manutenção de uma nova formação econômica e social. Nesse ponto a ideologia do cuidado de si é interessante ao capital. O “cuidado de si” teria o “cuidado do capital” como um de seus objetivos.

Na imagem abaixo (Fig. 03), ano XIV, edição 156, capa da revista *corpo a corpo*, temos o enunciado “Conquiste uma barriga retinha”, no qual notamos a imposição de um modelo de corpo a ser alcançado pelo sujeito leitor(a), porém essa imposição aparece para o sujeito como uma conquista dele através de um mecanismo de dissimulação/recalcamento. Além do significante “conquiste” que aponta para essa interpretação, a imagem também traz a modelo sorrindo e fazendo pose de vitória, de sucesso.



(Fig. 03)

A materialidade linguística traz também um “roteiro completo para conseguir aquele bronze sem arriscar a pele”. Essa noção de roteiro novamente coloca o leitor no lugar de um aluno perdido que, para obter sucesso, deve seguir o caminho (roteiro) proposto pelo mestre. A decifração de um jargão (prática semelhante à do discurso pedagógico, que se apresenta ao sujeito como opaco e com um sentido único) aparece aí na expressão “aquele bronze”. Através da anáfora “aquele”, o enunciador indica que o sentido de bronze está disponível para quem compartilha o arquivo fechado da revista e de suas posições de sujeito rígidas e fechadas. Não é “qualquer um” que consegue decifrar qual o referente, ou objeto discursivo expresso aí. No entanto, o uso de aquele parece naturalizar um sentido pretensamente compartilhado, que compele o sujeito a um movimento de alienação, na procura de integrar-se ao grupo de afortunados que conhece a chave do mistério! O uso de bronze, por sua vez, cria uma metonímia que reforça a opacidade do discurso. A figura de linguagem, que troca “cor do (metal) bronze; bronzeado” por um substantivo, produz um efeito de sentido de tecnicidade, um jargão acessível apenas a quem acompanha os ditames pedagogizantes da beleza do corpo.

Desse modo, as receitas propostas pelo mestre apenas supostamente se dirigem a todos. Como faz todo e qualquer discurso, a exclusão aí é criada no mesmo movimento em que pretensamente se democratiza ideais de beleza. Esse mestre é a autoridade para guiar o sujeito. Na mesma linha, a revista propõe um “Super guia: 24 sugestões de cabelo e

maquiagem para brilhar nas festas”. Ou seja: para “brilhar”, para ter sucesso, o(a) leitor(a) tem que seguir o “super guia”, pois o sujeito sozinho está perdido, sem norte. Ele precisa de orientação. Tanto essa como as outras capas insistem na questão da dieta, do perder peso, do emagrecer. Essa repetição reforça a importância da exigência de um corpo magro nos dias atuais.

As capas da revista *Corpo a Corpo* apresentadas acima trazem imagens de pessoas sorrindo, ou com atitudes e poses altivas de vencedores, ou de pessoas *sexy*. Essas imagens servem de espelho para o sujeito se reconhecer nelas. Fica a impressão de que, se o leitor seguir as sugestões da revista, ele é que vai ocupar aquele lugar: ser a mulher de corpo perfeito, de sucesso e etc. Vemos, então, um suporte para o sujeito num espelho, e, ao mesmo tempo, a oferta de modelos para o leitor se identificar. Se esse leitor fizer o que foi pedido/ordenado, vai receber em troca o reconhecimento. Então, o preço do reconhecimento nesse caso seria o da submissão ao Outro, submissão à ideologia que as revistas veiculam.

Até que medida a ação do outro sobre o eu pode ser considerada negativa? E em que medida pode ser considerada positiva? Poderíamos supor, como geralmente se faz, que o outro impediria o sujeito de ser ele mesmo. Então essa influência do outro seria negativa. No entanto, o sujeito não existe enquanto sujeito sem a interpelação, o assujeitamento ideológico. Existe então tensão entre o eu e o outro, ideia que Lacan (1990) trabalha em termos de uma relação que é ao mesmo tempo de alienação e separação, na qual não existe alienação total do sujeito ao outro, e nem existe separação total entre eles.

Temos tratado o sujeito, até aqui, como um sujeito assujeitado, sem espaço para criticar esse assujeitamento. No entanto, o sujeito possui na sua psique espaço de manobra para essa crítica, posto que não existe um sujeito universal, uno e indivisível. O sujeito é sujeito histórico e sujeito dividido. Para Pêcheux, a divisão se dá entre o “bom” e o “mau” sujeito. O “bom sujeito” no sentido pêcheutiano (PÊCHEUX, 1995) é tomado aqui como aquele que segue as regras, que faz o que lhe é pedido. O “bom sujeito” é o produto de um processo de identificação entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal (aquele que detém a verdade, o sujeito da ciência). Esse lugar equivale ao sujeito que está investido do poder de julgar e aplicar as leis. Ele age a favor do “mundo logicamente estabilizado” (PÊCHEUX, 1995), procurando manter a suposta ordem social através da difusão de discursos pedagogizantes e generalizantes, que procuram produzir e reafirmar incessantemente que “todos são iguais”. Essa é a forma histórica do sujeito capitalista, cuja ordem é igualar para melhor dominar, e melhor domesticar enquanto potencial

consumidor. Trata-se de um sujeito plenamente identificado ao grande Outro, cujas vontades são interpretadas como ordens.

Mas, como o sujeito não é completamente assujeitado, ele pode não se identificar com o discurso aí presente; pode haver falha no assujeitamento. Trata-se, então, do “mau” sujeito - que não faz o que é pedido, ou do mau aluno - que não segue o caminho determinado pela escola. Como afirma Possenti (2009), o mau sujeito pode também se rebelar ao discurso a que está assujeitado, rompendo com a formação discursiva (FD) a que estava até então identificado/alienado.

As determinações e interdições que agem sobre o corpo ocupam um importante espaço na formação do sujeito. Talvez o sujeito aceite livremente sua sujeição justamente porque essa sujeição é a condição de existência desse sujeito, na medida em que não existe sujeito sem ideologia. Então, o poder sobre o corpo, através do assujeitamento, não é apenas negativo. Ele também é positivo.

Pois se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte é porque produz efeitos positivos a nível do desejo. O poder, longe de impedir o saber, o produz. (FOUCAULT, 2009: 148)

Então, embora o assujeitamento possua um aspecto bastante negativo, ele pode ser entendido também como necessário e aparece aqui como condição incontornável do processo de vir-a-ser do sujeito. Mas, como o sujeito não é completamente assujeitado, e como o assujeitamento não se dá sem falhas, o sujeito sempre pode rebelar-se contra a FD que o assujeita para ocupar outras FDs, e ser produtor de outros discursos.

Considerações finais

Neste trabalho, tratamos da fabricação da subjetividade pela mídia. Nosso corpus consiste de quatro imagens, sendo três delas capas de revista de grande circulação no Brasil. Analisando essas imagens através do aparato teórico metodológico da Análise do Discurso pêcheutiana, tentamos compreender como se dá essa fabricação da subjetividade pela mídia.

Nossa análise nos levou a considerar que existe um discurso pedagógico nessas capas. Partimos da premissa de que o discurso pedagógico não existe apenas na escola, mas em

toda relação em que houver assimetria, como as relações entre pais e filhos, professor e aluno, médico e paciente, etc.

Assim, a mídia e o leitor são colocados numa relação assimétrica na qual a mídia se apresenta como um “professor” que tem autoridade para falar daquilo que fala ao leitor, enquanto o leitor poderia estar, ao menos em parte, já colocado como “inferior” nessa relação assimétrica.

As capas de revista, então, se apresentam como aquelas que vão ensinar um sujeito perdido (o leitor) a viver, oferecendo ao sujeito conselhos que, discursivamente, apresentam as características do discurso pedagógico, como o uso de imperativos, listas de exercícios e do uso certos termos “aprenda”; “como” e etc., que reforçam o ar professoral e a assimetria, o autoritarismo e a irreversibilidade próprios do discurso pedagógico. Com esses “conselhos”, as revistas assujeitam o leitor impondo uma dada forma de subjetividade como ideal a ser alcançado. Por seu lado, o leitor - que está perdido e em busca de conselhos - acaba por fazer o que lhe é pedido, embora sempre exista espaço para o sujeito questionar seu assujeitamento e mudar de posição.

Pudemos também perceber que as revistas propõem soluções para o corpo do sujeito que seriam formas disfarçadas de produzir os corpos dóceis e úteis. Além disso, os exercícios também fariam o corpo se tornar “mais útil”, mais eficiente, mais pronto para o trabalho e para a acumulação de capital. O exercício consistiria também numa maneira de capturar através da captura do seu corpo. A repetição dos exercícios, sua transformação em hábito transforma a execução dos movimentos automática sem consciência, o que transformaria o sujeito num autômato.

Embora o assujeitamento possa ser considerado negativo, por consistir numa intromissão do outro no eu (o processo de alienação), o sujeito não pode escapar desse processo, pois, se levamos em conta que não existe sujeito sem ideologia, o assujeitamento se apresenta como um aspecto incontornável da subjetividade e, nesse sentido, pode inclusive ter um aspecto positivo, pois sem ele não haveria sujeito. O vir-a-ser do sujeito só se realiza nesse processo de alienação e separação.

Referências

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. In: ZIZEK, Slavoj (Org.): Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto. 1ª reimpressão, 1999.

FISCHER, R. M. B. **O dispositivo pedagógico da mídia**: modos de educar na (e pela) TV. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, jan./jun. 2002. v.28, n.1, p. 151-162,

FORBES, J. **Psicanálise do homem desbussolado**. Revista Psique nº 53. 2010. Disponível também em: < <http://www.jorgeforbes.com.br/br/artigos/psicanalise-do-homem-desbussolado-artigo-psique.html> > Acessado em 15/10/2013

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Vozes. 2013

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal. 27ª reimpressão. 2009.

HAROCHE, C. Fazer dizer, querer dizer. São Paulo: Hucitec. 1992

LACAN, J. **O seminário Livro XI**: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1990

_____. **O estádio do espelho como formador da função do eu**. In: _____. Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1998, p. 96-103

ORLANDI, E. P. **O discurso pedagógico: a circularidade**. In: ORLANDI, E. P. A linguagem e seu funcionamento. Campinas: Pontes. 1996, p. 15-23

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. Unicamp. 1995

POSSENTI, S. Questões para analistas do discurso. São Paulo: Parábola. 2009

PRADO, V. M. do. Entre ditos e não ditos: a marcação social de diferenças de gênero e sexualidade por intermédio das práticas escolares da Educação Física. Presidente Prudente: UNESP. 2014. Tese de doutorado.

TFOUNI, L. V. e ASSOLINI, F. E. **Letramento e trabalho pedagógico**. Revista Eletrônica Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa” (www.acoalfaplp.net) 2007, p. 36-58

TFOUNI, F. E. V e TFOUNI, L. V. **A mídia e a fabricação do “bom” sujeito**. Revista Todas as Letras. Maio/2014. v 16, No 1, p. 116-124. <http://dx.doi.org/10.15529/1980-6914/letras.v16n1p116-124>

ZIZEK, Slavoj (Org.): Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto. 1ª reimpressão, 1999.



Silmara Dela Silva
MÍDIA, ARQUIVO, REDE
ELETRÔNICA E O (NÃO) LUGAR
DA INTERPRETAÇÃO NO
JORNALISMO

MÍDIA, ARQUIVO, REDE ELETRÔNICA E O (NÃO) LUGAR DA INTERPRETAÇÃO NO JORNALISMO

Quando se proclamou que a Biblioteca abarcava todos os livros, a primeira impressão foi de extravagante felicidade.

Todos os homens sentiram-se senhores de um tesouro intacto e secreto. Não havia problema pessoal ou mundial cuja eloquente solução não existisse: em algum hexágono.

O Universo estava justificado, o Universo bruscamente usurpou as dimensões ilimitadas da esperança.

Jorge Luis Borges, A Biblioteca de Babel.

Breve introdução

Neste artigo, propomos algumas reflexões acerca da relação entre mídia, seus gestos de constituição de arquivos na rede eletrônica e o lugar da interpretação no discurso jornalístico. Buscamos, assim, dar continuidade às pesquisas que vimos desenvolvendo acerca dos discursos da/na mídia na atualidade², bem como às reflexões que temos empreendido em torno da noção de arquivo e de seu funcionamento na Análise de Discurso³.

No percurso que ora apresentamos, tomamos como *corpus* para análise postagens em um *blog* voltado à prática jornalística, um dos espaços disponibilizados no *site* da revista *Época*, que tem como proposta explicar o processo de elaboração de capas das edições semanais da revista e submetê-las à apreciação e votação dos leitores internautas. Da posição teórico-metodológica da análise de discurso de linha francesa na qual nos inscrevemos, mobilizamos a noção de arquivo em Michel Pêcheux e o conceito de memória

¹ Professora Adjunta do Departamento de Ciências da Linguagem, Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF) e jovem cientista da FAPERJ (2015/2017). É jornalista e doutora em Linguística pela UNICAMP. Com as professoras Bethania Mariani e Vanise Medeiros, coordena de forma colegiada o Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS/UFF). Suas pesquisas têm como foco a análise dos discursos da/na mídia. E-mail: silmaradela@gmail.com.

² Referimo-nos aos projetos de pesquisa *Cartas, comentários, efeitos: uma análise discursiva dos espaços para o sujeito na mídia* (FAPERJ – Edital APQ1 2014.1), e *Do acontecimento jornalístico às práticas discursivas: o sujeito no discurso da e na mídia* (FAPERJ – Edital JCNE 2014), bem como aos demais trabalhos que vimos realizando no LAS/UFF.

³ Dentre os trabalhos em que temos refletido sobre a noção de arquivo, mencionamos Dela-Silva e Lunkes (2014); Dela-Silva (2013); Romão, Leandro-Ferreira e Dela-Silva (2011).

de arquivo em Eni Orlandi para a análise dos limites do discurso jornalístico em seus processos de constituição de memória e arquivo na rede eletrônica. Tais reflexões suscitam questionamentos acerca do (não) lugar da interpretação no jornalismo e de seus efeitos em tempos de virtualidade, como buscamos aqui pontuar.

Sobre o arquivo e o seu funcionamento no jornalismo

Diante do nosso propósito de pensar acerca da noção de arquivo e de seu funcionamento no jornalismo⁴, iniciamos com a apresentação do verbete “arquivo”, que integra um glossário elaborado por Mário Erbolato, apresentado na parte final de seu livro “Técnicas de codificação em jornalismo” (1991):

Arquivo: departamento do jornal que classifica e guarda, em pastas, o material publicado em suas edições e também recortado de seus concorrentes. Mantém, ainda, biblioteca e filmes ou fotos obtidos por seus repórteres ou fornecidos pelas agências. Nos arquivos há coleções encadernadas do próprio jornal. Também chamado de *morgue* ou *necrotério*. Estão sendo substituídos por computadores. (ERBOLATO, 1991, p. 240, grifos nossos, negrito do autor).

Como podemos observar, arquivo, nas práticas jornalísticas “pré-informáticas”, esteve tradicionalmente associado a um departamento específico, responsável pelo arquivamento, e também ao lugar para se guardar esses materiais que poderiam ser prontamente consultados: filmes, fotos, materiais fornecidos por agências de notícias, coleções com as edições antigas de uma publicação etc.. Tratava-se de um espaço para se guardar o que não se usa todos os dias, mas que permanece lá como apoio para o caso de se precisar futuramente. Como afirma Erbolato, no capítulo de seu livro dedicado ao arquivo: “... é praxe, na imprensa, recorrer, quando possível, ao que já foi publicado, para fazer um retrospecto ou apanhado dos antecedentes de um acontecimento. O redator não deve confiar muito na memória ou em apontamentos que guarde em seus bolsos e gavetas.” (ERBOLATO, 1991, p. 84).

Como na memória não se deve “confiar muito”, o arquivo jornalístico guardava – de modo organizado e acessível – aquilo que não pode ser esquecido. Ainda citando Erbolato

⁴ Tal reflexão foi motivada pela temática de uma das mesas do II SEPLEV, a saber, “Memória, arquivo, virtualidade”, na qual apresentamos oralmente uma primeira versão deste trabalho, em novembro de 2014, na UFPE. Posteriormente, ampliamos as discussões propostas em apresentação intitulada “Linguagem e tecnologia: apontamentos sobre a mídia e os seus arquivos”, que fizemos em seminário realizado pelo Núcleo de Pesquisas em Linguagem - NUPEL/UNIVAS, em abril de 2015.

(1991, p. 84): “Para o arquivo, tudo é preciso e olhado como matéria-prima excelente para fazer jornalismo.”. Imaginariamente “tudo” que se tem arquivado aguarda no “necrotério” – espaço do arquivo morto – para ser buscado e trazido à lembrança nas páginas de uma publicação.

Como afirma Mittmann (2014, p. 32) acerca do chamado “arquivo morto”, ao discorrer sobre o “arquivo como *objeto* já-conhecido”: ele tem “a função de guardar o que já não circula, não se utiliza, mas que ainda pode significar na eventualidade de ser buscado, ou seja, traz em si a virtualidade do ressuscitar.”. O departamento/espaço arquivo nos jornais tradicionalmente funcionou, como se vê, como uma presença, “como algo já-lá, já conhecido”, como nos diz Mittmann (2014, p. 32), em sua reflexão sobre o arquivo, como um simples conjunto de informações à espera “de busca, leitura, seleção, organização etc.”. Voltando a Pêcheux, em “Ler o arquivo hoje”, tudo se passa como se o arquivo pudesse ser considerado apenas como o “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (2010 [1981], p. 51), como se o arquivo não mobilizasse em sua constituição língua, sujeitos, história.

Esse efeito de evidência de que nos fala Mittmann (2014), e que constitui os arquivos com que tradicionalmente lidamos em nosso dia-a-dia, encontra ressonância nas práticas jornalísticas. Como temos mostrado anteriormente (DELA-SILVA, 2008), o discurso do jornalismo sobre si se sustenta pelo imaginário do “tudo dizer” e “tudo mostrar”, do dar a conhecer “os” acontecimentos de um dado período. Sustenta-se, desse modo, pelo efeito de evidência da completude, a mesma em que se ancora a necessidade humana de constituição de arquivos. É o desejo da completude que vemos retratado no fragmento do conto “A Biblioteca de Babel”, que trouxemos como epígrafe⁵; uma biblioteca que “abarcava todos os livros” (BORGES, 1998, p. 40), tudo o que havia para saber. Na contradição, inscrevem-se os sentidos para a biblioteca de Borges: ao mesmo tempo em que ela transforma os homens – todos eles – em “senhores de um tesouro intacto e secreto”, ela justifica o universo, conferindo-lhe contornos precisos, o que necessariamente faz com que o universo usurpe “as dimensões ilimitadas da esperança” (BORGES, 1998, p. 40).

O que mais nos chama a atenção no verbete escrito por Erbolato (1991, p. 240), no entanto, e que aqui queremos destacar é a sua última parte: “[Os arquivos] Estão sendo

⁵ Agradecemos a Ana Claudia Fernandes Ferreira pela menção ao conto de Borges, durante a apresentação de uma versão preliminar deste trabalho em seminário realizado pelo NUPEL/UNIVAS, em abril de 2015.

substituídos por computadores”. Nas redações de jornais, os computadores começaram mesmo a “substituir” os arquivos-espacos, mas não eliminaram os arquivos e o desejo de completude que representam. Com a rede eletrônica, que chegaria às práticas jornalísticas em meados da década de 1990, muitos gestos outros de arquivamento ganharam forma, transportando o efeito de evidência e completude do “tudo guardar e organizar” jornalístico dos chamados “necrotérios” para instâncias virtuais.

Como sabemos, são muitos e variados os chamados arquivos na rede eletrônica. Em seus espaços na rede, as publicações jornalísticas organizam bancos de imagens e vídeos, coletâneas de notícias, suas edições anteriores, dentre tantos outros “dados”, deixando “tudo” imaginariamente pronto para ser consultado quando necessário. Como já afirmava Erbolato (1991, p. 83): “Empresas jornalísticas, com base no arquivo, prestam informações ao público”; os arquivos na rede eletrônica continuam à disposição, prontos a apoiar a memória, a não deixar esquecer. Contudo, igualmente estão prontos a não deixar que se lembre, o que normalmente é pouco considerado diante da evidência do arquivo.

Na Análise de Discurso, o arquivo não é tomado como um dado, uma evidência naturalizada no gesto de arquivamento⁶. Todo arquivo implica processos de seleção e exclusão, em decorrência do que se organizam evidências de leitura, como nos diz Pêcheux ([1981] 2010). Em sua reflexão no início da década de 1980, Pêcheux já ressaltava a importância de se considerar “as evidências práticas que organizam essas leituras” ([1981] 2010, p. 51) decorrentes do arquivo, de modo a questionar o próprio trabalho de sua constituição. Assim, nos aponta que as regras que definem quais documentos são “pertinentes” e deverão estar “disponíveis” em um arquivo determinam leituras possíveis, o que deve considerado em uma análise.

Conforme Dela-Silva e Lunkes (2014, p. 137):

Quando pensado discursivamente, o arquivo comporta mais que um simples conjunto de documentos agrupados por uma lógica institucional. Ele direciona e interdita efeitos de sentidos, que se produzem pela inscrição da língua na história; e enquanto discurso, a sua leitura, por consequência, não pode prescindir de suas condições de produção (PÊCHEUX, [1969] 1997). “Entre a materialidade da língua e da história aí se situa para Pêcheux o arquivo.” (ROMÃO; LEANDRO-FERREIRA; DELA-SILVA, 2011, p. 13).

⁶ As questões de que tratamos neste e nos próximos seis parágrafos retomam parte das discussões iniciadas em Dela-Silva e Lunkes (2014).

Ainda em sua clássica reflexão sobre o arquivo, Pêcheux afirma que o trabalho de leitura de arquivo deve se dar na “relação entre *língua* como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a *discursividade* como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história” ([1981] 2010, p. 58). Por isso, entendemos que o arquivo estabelece uma estreita relação com a noção de memória discursiva, trabalhada no quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso como o já-dito que constitui o dizer. Como afirma Orlandi (2006, p. 22): “... todo dizer se acompanha de um dizer já dito e esquecido que o constitui em sua memória”, um irrepresentável a que chamamos interdiscurso.

Ao distinguir a memória discursiva, enquanto interdiscurso, daquela a que irá chamar memória de arquivo, Orlandi (2006) permite-nos pensar a respeito desta relação entre o arquivo e o já-dito. Nos termos de Orlandi (2006, p. 22):

... distinguimos o interdiscurso do que chamamos memória de arquivo, pois esta representa o discurso documental, a memória institucionalizada que é aquela justamente que fica disponível, arquivada em nossas instituições e da qual não esquecemos. A ela temos acesso, basta para isso consultar os arquivos onde ela está representada.

A composição de arquivos, desse modo, constitui um tipo específico de memória a que Orlandi (2006) denomina memória de arquivo. Neste caso, o arquivo funciona institucionalmente, direcionando leituras, “apontando o que deve ser lembrado e, por extensão, o que não pode ser esquecido” (DELA-SILVA; LUNKES, 2014, p. 138). Ainda nos termos de Orlandi (2002, p. 11): “Essa memória [de arquivo] tem relações complexas com o saber discursivo, ou seja, com o interdiscurso, que é a memória irrepresentável, que se constitui ao longo de toda uma história de experiência de linguagem.”

Como afirmam Dela-Silva e Lunkes (2014, p. 138): “A memória de arquivo se constitui em função de um gesto de arquivamento, da institucionalização de um arquivo; gesto este que estabelece os seus limites, as suas bordas, apesar do desejo de completude que o constitui.”. Assim, ela se relaciona à memória discursiva, mas com ela não se confunde. A memória de arquivo decorre do funcionamento do arquivo, que, por sua vez, envolve “tanto as materialidades sob investigação, como um modo de observar o seu funcionamento e mudança no seio de uma sociedade” (ROMÃO; LEANDRO-FERREIRA; DELA-SILVA, 2011, p. 13), quando observado do ponto de vista discursivo. É por isso que, conforme afirmam Dela-Silva e Lunkes (2014, p. 138), “analisar o arquivo discursivamente (...) requer considerar as suas condições de produção, a sua historicidade.”, numa prática de leitura

que, segundo Nunes (2008, p. 82), visa a evitar “reproduzir uma história já-dada, fixada”, buscando mostrar, assim, “seu processo de construção”.

Como nos advertia Pêcheux (2010 [1981], p. 59), há que se considerar os gestos de “leitura-escritura do arquivo, sob suas diferentes modalidades ideológicas e culturais, contra tudo o que tende hoje a apagar este trabalho”. Pois, como nos lembra Orlandi (2007, p. 96): “Os sentidos não estão soltos, eles são administrados”.

Uma prática de arquivo, um gesto de análise

Para pensarmos a respeito dessa prática jornalística e midiática de constituição de arquivos na rede eletrônica, voltamos nosso olhar a um espaço diferenciado que, de certo modo, coloca em questão a administração dos sentidos pelas práticas jornalísticas na atualidade. Trata-se do *blog* “Faz Caber” que, segundo os seus próprios idealizadores, apresenta-se como um “pioneiro espaço criado pela editoria de arte da revista *Época* que propõe mostrar os bastidores da criação artística da revista, dicas sobre design gráfico, infografia e fotografia.” (FAZ CABER, 2014). De um modo geral, o *blog* tem como proposta explicar o processo de elaboração de capas das edições semanais da revista e também submetê-las à apreciação e votação dos leitores internautas, durante a semana de sua circulação.

Diferentemente de tantos espaços de publicações jornalísticas disponíveis na rede eletrônica, que apresentam em ordem cronológica as capas de revistas e jornais que circularam em um dado período, esse *blog* nos chama atenção porque instaura um gesto outro de organização e arquivamento. Nele estão disponíveis e arquivadas as capas das revistas que efetivamente circularam, comparadas a outras possíveis capas de *Época*, publicação que circula semanalmente em todo o país.

No *blog*, acessado via espaço “Colunas e blogs”, disponível no site da revista, as primeiras postagens datam do ano de 2013, sendo costumeiramente apresentadas por títulos como: “Capa de *Época* desta semana” ou “Qual capa você escolheria?” e, mais recentemente, “Como foi feita a capa desta semana”, como apresentamos na figura 1:



Figura 1: Print Screen do blog Faz Caber. Disponível em: <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/faz-caber/>. Acesso em: 14 nov. 2014.

Vejamos mais de perto o modo como o *blog* funciona, observando uma de suas postagens, com o título “Capa da Época para mulheres e homens”, referente à produção de uma das capas da publicação que circulou em março de 2013:



SD1: A primeira ideia foi fazer um ensaio divertido colocando o casal em situações corriqueiras da vida. Como por exemplo um jovem meio desajeitado com a filha representando o bom pai. A foto foi feita pelo fotógrafo **Christian Parente**.



SD2: Esta outra solução foi inspirada no livro *50 Tons de Cinza*. Como ainda está no imaginário das mulheres poderia ser uma boa solução para a capa



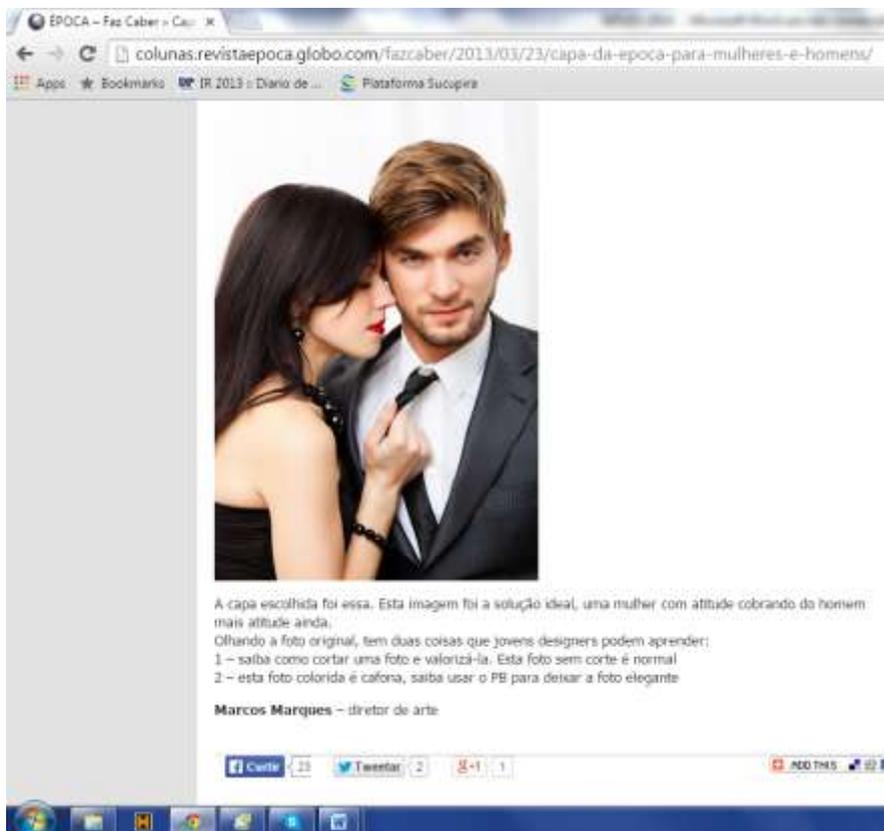


Figura 2: Print Screen de postagem do blog Faz Caber de 23 mar. 2013. Disponível em: <<http://colunas.revistaepoca.globo.com/fazcaber/2013/03/23/capa-da-epoca-para-mulheres-e-homens/>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

SD3: A capa escolhida foi essa. Esta imagem foi a solução ideal, uma mulher com atitude cobrando do homem mais atitude ainda.

Olhando a foto original, tem duas coisas que jovens designers podem aprender:

1 – saiba como cortar uma foto e valorizá-la. Esta foto sem corte é normal

2 – esta foto colorida é cafona, saiba usar o PB para deixar a foto elegante

M.M. – Diretor de arte

Ao explicar o processo de criação da capa dessa edição, o diretor de arte da revista, que assina a postagem, aponta para um movimento de criação que se dá com base em: 1) a formação imaginária (PÊCHEUX, [1969] 1997) de um jovem pai; 2) uma memória da mídia pela mídia, na menção ao *best seller* 50 tons de cinza na segunda opção de capa; 3) a formação imaginária de “uma mulher com atitude”, materializada na opção 3 pela relação entre o casal retratado. O que nos chama a atenção nesse processo de explicar o modo como foi feita a capa da revista no *blog* em questão é o efeito de desnaturalização do sentido que ele pode produzir, ao mostrar a produção da capa. Minimamente apresenta-se ao leitor que a imagem que irá acompanhar e produzir efeitos de sentidos ao lado da chamada de capa “O que as mulheres querem dos homens” poderia ser outra, o que, de certo modo, expõe o gesto de interpretação na prática jornalística.

Esta relação de exposição de efeitos de sentido possíveis somente se torna possível pela tecnologia em seu funcionamento: é o *blog*, como um espaço de extensão das mídias tradicionais na rede eletrônica (DELA-SILVA, 2013a, 2013b), que possibilita mostrar – ao menos imaginariamente – como se faz uma capa de revista, ao expor as supostas “escolhas” do editor de imagens e o gesto de criação da equipe de artes. Mas, como analistas de discurso, não podemos perder de vista que essa relação é, de fato, imaginária, uma vez que todo dizer se ancora em um já-dito que o sustenta, que o constitui. Como afirma Orlandi (2007, p. 48), “o sujeito tem de inserir seu dizer no repetível (interdiscurso, memória discursiva) para que seja interpretável”, ainda que: “No efeito da transparência, o sentido aparece como estando lá, evidente.”.

É o que podemos observar, por exemplo, no funcionamento do discurso publicitário, um dizer que também se marca pela produção do efeito de sentido de criação/criatividade. Em análise do chamado processo criativo publicitário, Hansen (2013) nos mostra como os efeitos de sentido que se produzem em uma campanha publicitária são determinados pela exterioridade, em relação a dizeres do anunciante e de etapas anteriores do processo de elaboração das peças publicitárias, apesar do desejo dos criativos de uma agência de terem “o ‘seu’ sentido como dominante no discurso publicitário” (HANSEN, 2013, p. 169). Em seus termos: “... o processo de criação do discurso publicitário consiste, de fato, em um processo de produção do discurso publicitário.”. Retomando Orlandi (1998), Hansen (2013) sustenta se tratar de um processo que funciona segundo a ordem da produtividade e não da criatividade.

No caso específico do *blog* que aqui trazemos para análise, é interessante notar que o que se questiona, neste caso, é a imagem (figura) trazida para a capa. A chamada “O que as

mulheres querem dos homens” ou mesmo a relevância desse questionamento como capa de uma publicação semanal que se diz de “informação” não é questionada, mas permanece funcionando sob o efeito da evidência do sentido, como se só pudesse ser essa mesmo.

Com relação a esse modo de circulação do discurso, ou seja, o *blog*, há ainda uma peculiaridade que nos chama atenção e sobre a qual temos buscado refletir no projeto de pesquisa *Cartas, comentários, efeitos: uma análise discursiva dos espaços para o sujeito na mídia*⁷: o *blog* constitui-se como um desses espaços que imaginariamente configura-se como um novo espaço para o sujeito na mídia, ao possibilitar um efeito de “interação” entre a mídia e os seus leitores; trata-se de um espaço extra, proporcionado pela tecnologia, que antigamente era ocupado apenas pelas seções de cartas de leitores (DELA-SILVA, 2013a, 2013b).

Vejamos como o processo de elaboração dessa capa, conforme exposto no *blog*, promove esta suposta interação com o leitor. São dois os comentários que constam no *blog* a esse respeito:

SD4: 2 Comentários “Capa da Época para mulheres e homens”

1. L.S.; 25 março 2013, às 1:38 pm

Muito boa a idéia da capa. Achei a do casal em pb a mais legal.

2. N.F.; 28 março, 2013 às 11:33 pm

Não acho que as 3 imagem escolhidas representaram bem o assunto. A última, ao meu ver, traz um apelo muito sexual e, como está na capa, nós não buscamos somente isso num homem. Queremos que eles sejam sensíveis, equilibrados, prendados, bons pais etc.

Acho que uma ideia assim: <http://2.bp.blogspot.com/-kJD4GUMDQhs/TIkMKIdavYI/AAAAAAAAAvA/Ej0GLkYcloI/s400/multi.jpg> poderia ser explorada. É um clichê quando nos referimos às mulheres, mas é pouco trabalhada quando o assunto são os homens multitarefas.

Enfim, em geral, gosto muito do blog e dos materiais que vocês desenvolvem. Parabéns! Abraços.

⁷ Em andamento junto ao Departamento de Ciências da Linguagem da UFF, com apoio da FAPERJ (Edital APQ1 2014.1).

No primeiro comentário, vemos que a resposta do leitor apenas reafirma o dizer da equipe de criação, ao afirmar que a imagem escolhida para compor a capa da publicação é, de fato, “a mais legal”.

O segundo comentário, por sua vez, pode fazer ressoar sentidos outros, uma vez que a leitora se posiciona, ao menos de início, criticamente, questionando o gesto de interpretação da revista acerca do que as mulheres querem (Em: “nós não buscamos somente isso num homem”), em seu gesto de buscar responder ao seu próprio questionamento com a imagem que recorta, entre outras, para a capa em questão. A leitora, em seu comentário, questiona esse efeito de sentido e traz uma opção de imagem (que reproduzimos a seguir, na figura 3) que, em sua interpretação, poderia ilustrar melhor o que as mulheres querem dos homens (que sejam “multitarefa”, como afirma em seu dizer). Ao mesmo tempo, ela aponta que a mídia “pouco trabalha” a imagem do homem neste lugar que, usualmente, é reservado para a mulher (o que se marca em seu dizer em: “É um clichê quando nos referimos às mulheres...”).



Figura 3: Imagem sugerida no comentário 2, disponível em: <http://2.bp.blogspot.com/_kID4GUMDQhs/T1kMKIdavYI/AAAAAAAAAvA/Ej0GLkYcloI/s400/multi.jpg> Acesso em: 02 abril 2015.

Os dizeres da leitora, no segundo comentário, embora busquem romper com os sentidos postos em evidência no dizer da equipe de criação da revista, igualmente comportam um já-dito, ao (res)significar a imagem de mulher – “multitarefa” – como aquilo que a mulher quer dos homens. Assim, vemos que, pelo funcionamento do *blog*, expõe-se, ainda que minimamente, o gesto de interpretação da revista: ao questionar a

escolha da imagem de capa, a leitora, em seu dizer, desnaturaliza o efeito de evidência de que a fotografia escolhida pela equipe de arte seria suficiente para representar “o que as mulheres querem dos homens” – ela não seria a solução tão “ideal” assim –, e consequentemente aponta para o gesto de interpretação que constitui, no caso, o discurso jornalístico.

É nessa mesma direção – de explicitar a existência da interpretação na prática jornalística – que funciona outro tipo de postagem que também comparece no *blog*, e que discute não a imagem (não-verbal) que deveria aparecer na capa, mas o próprio acontecimento jornalístico (DELA-SILVA, 2008) a ser retratado com mais evidência pela publicação naquela semana. Vejamos um exemplo desse tipo na postagem de 19 de agosto de 2014, com o título “A difícil decisão de escolher uma capa”:



Figura 4: Print Screen de postagem do *blog* Faz Caber de 19 ago. 2014. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/faz-caber/noticia/2014/08/dificil-decisao-de-escolher-uma-capa.html>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

SD5: [...] Os assuntos – cada um a seu modo e em seu grau de importância – eram todos latentes, efervescentes, circunstâncias do momento, factuais. Que assunto priorizar na capa, então?

Embora as especulações sobre a substituição de Campos por Marina fosse uma consequência da morte do candidato, priorizar o assunto da substituição seria atropelar a notícia da morte trágica e prematura de Campos,

justamente o acontecimento principal que gerou esta especulação, um assunto secundário diante da tragédia, esta sim notícia.

Ainda que a substituição de Marina tenha extrema importância para o debate do cenário político das eleições presidenciais, era imprescindível que a figura de Campos e o incidente que o envolveu tivessem prioridade como informação jornalística na capa da semana. A capa com Marina, como sugeriram centenas de leitores no Facebook, pode ser produzida nas próximas semanas como desdobramento da morte do político e as decisões a serem tomadas a partir disso.

Como se pôde notar nos mais de 4,2 mil comentários publicados, 208 compartilhamentos e 2,7 mil “curtir” no post com as opções, a capa com Eduardo Campos foi a mais citada como a mais apropriada para o momento.

DIRETOR DE ARTE

Na SD5, em que trazemos um fragmento da postagem assinada pelo diretor de arte acerca da dificuldade de se escolher uma capa, observamos novamente marcas que sustentam o lugar da interpretação na prática jornalística. A capa poderia ser outra, mas é o imaginário acerca do que é a notícia e do que são os seus desdobramentos que, neste caso, justifica a escolha. O gesto de interpretação que subjaz a construção da capa, ao ser dado a conhecer nas postagens do *blog*, passa a fazer parte dos processos de constituição de outro arquivo: o arquivo das capas da revista *Época*, que agora coexistem na rede eletrônica com aquelas que igualmente poderiam ter sido publicadas no mesmo período, mas não o foram.

Contudo, admitir a interpretação e o sentido outro no jornalismo não parece ser mesmo tarefa das mais fáceis. Vejamos as seguintes passagens retiradas das postagens no *blog* que apresentamos anteriormente:

(1) A capa escolhida foi essa. Esta imagem foi a solução ideal.

(2) ... era imprescindível que a figura de Campos e o incidente que o envolveu tivessem prioridade como informação jornalística na capa da semana.

(3) Como se pôde notar nos mais de 4,2 mil comentários publicados, 208 compartilhamentos e 2,7 mil “curtir” no post com as opções, a capa com Eduardo Campos foi a mais citada como a mais apropriada para o momento.

Em todas elas, vemos que é reafirmado o efeito de sentido de que a “solução ideal” existe e é ela que chancela a escolha do jornalista por uma capa e não outra, a escolha do designer por uma imagem e não outra. Mesmo ao apontar para o gesto de interpretação no jornalismo, nesse seu movimento de constituir arquivos, o *blog* reafirma a existência do sentido unívoco, reafirma o imaginário do não lugar para a interpretação no jornalismo.

Para finalizar

Para finalizar este percurso, recorremos a uma afirmação de Orlandi (2007) acerca do funcionamento da mídia:

A mídia é um grande evento discursivo do modo de circulação da linguagem. Enquanto tal, ela é um acontecimento de linguagem que impõe sua forma de gerenciamento dos gestos de interpretação, sempre na distinção do que se deve apreender como sentido unívoco (literal) e o que admite plurivocidade interpretativa. Com a mídia há uma reorganização do trabalho intelectual e uma nova divisão do trabalho de leitura. (ORLANDI, 2007, p. 96).

O *blog* Faz Caber, um exemplar desse funcionamento da mídia na atualidade, reorganiza o gesto de leitura que constitui arquivos com as capas de uma publicação jornalística. No entanto, por mais que busque se sustentar no imaginário da interatividade com o leitor, ao dar a ver os bastidores de produção de uma capa de revista, reafirma a divisão do trabalho de leitura e interpretação: às publicações jornalísticas é dado produzir a capa ideal e ao leitor cabe apenas a apreciação da escolha óbvia que a constitui. Quando muito, a ele também cabe ratificar a decisão da revista... uma afirmação que se marca em números, no gesto de comentários, compartilhamentos e curtidas na rede eletrônica.

Referências

- BORGES, J.L. A Biblioteca de Babel. In: **Ficções**. São Paulo: Editora Globo, 1998. p. 38-43.
- DELA-SILVA, S. O arquivo da felicidade: apontamentos sobre a noção de arquivo e o seu funcionamento no discurso da mídia. In: **Anais do VI SEAD -Seminário de Estudos em Análise do Discurso**[recurso eletrônico]. Porto Alegre-RS: UFRGS, 2013. Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/6SEAD/SIMPOSIOS/OArquivoDaFelicidade.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2015.
- _____. Das cartas de leitores às redes sociais: o espaço para o sujeito na revista *Superinteressante*. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 42, p. 1200-1214, 2013a.
- _____. Os “novos” espaços para os sujeitos e(m) seus processos de (contra-)identificação com o discurso midiático. In: GRIGOLETTO, Evandra *et al.* (Orgs.). **Identidade e espaço virtual: múltiplos olhares**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013b, p. 73-92.
- _____. **O acontecimento discursivo da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV como grande mídia**. 2008. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp. Campinas, SP, 2008.
- DELA-SILVA, S.; LUNKES, F. E o casamento acabou: uma análise do arquivo de Veja sobre o imaginário da mulher divorciada. **Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 9, n. 11, p. 135-148, 2014.

ERBOLATO, M.L. **Técnicas de codificação em jornalismo**. Redação, captação e edição no jornal diário. 5 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

FAZ CABER. Sobre. Página do Facebook. 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/fazcaber/info>. Acesso em: 10 nov. 2014.

HANSEN, F. **(In)verdades sobre os profissionais de criação**: poder, desejo, imaginação e autoria. Porto Alegre: Entremeios, 2013.

MITTMANN, S. Formação discursiva e autoria na produção e circulação de arquivos. **Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 9, n. 11, p. 31-40, 2014.

NUNES, J.H. O discurso documental na História das Idéias Lingüísticas e o caso dos dicionários. **Alfa**, São Paulo, n. 52 (1), p. 81-100, 2008.

ORLANDI, E. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5 ed. Campinas: Pontes Editores, 2007.

_____. Análise de Discurso. In: LAGAZZI RODRIGUES, S.; ORLANDI, E.P. (Orgs.). **Introdução às ciências da linguagem**. Discurso e textualidade. Campinas-SP: Pontes, 2006. p. 11-31.

_____. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. **RUA**, Campinas. n. 4, p. 9-19, 1998.

PÊCHEUX, M. [1981]. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E.P. (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso, 3 ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2010. p. 49-59.

_____. [1969]. Análise automática do discurso (AAD-69). Em **Por uma análise automática do discurso**, organizado por Françoise Gadet e Tom Hak, 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 61-161.

ROMÃO, L.M.S.; LEANDRO-FERREIRA, M.C.; DELA-SILVA, S. Arquivo. In: MARIANI, B.; MEDEIROS, V.; DELA-SILVA, S. (Orgs.). **Discurso, arquivo e...** Rio de Janeiro: 7 Letras/FAPERJ, 2011. p. 11-21.

Editora
Universitária  UFPE

Coleção *L* Letras
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

PPGL
UFPE
Programa de
Pós-Graduação
em Letras

Editora
Universitária  UFPE

